



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
THAÍS GOMES TEIXEIRA

**GOLPE, UMA PALAVRA GASTA:
A SATURAÇÃO DOS SENTIDOS NOS *POSTS*-EDITORIAS DA FOLHA DE S.
PAULO NO INSTAGRAM**

Palhoça-SC
2023



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

THAÍS GOMES TEIXEIRA

**GOLPE, UMA PALAVRA GASTA:
A SATURAÇÃO DOS SENTIDOS NOS *POSTS*-EDITORIAS DA FOLHA DE S.
PAULO NO INSTAGRAM**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Prof^a. Dr^a. Juliana da Silveira (Orientadora)

Palhoça-SC

2023

T26 Teixeira, Thaís Gomes, 1993-

Golpe, uma palavra gasta : a saturação dos sentidos nos posts-editoriais da folha de S. Paulo no instagram / Thaís Gomes Teixeira. – 2023.

99 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Orientação: Profa. Dra. Juliana da Silveira

1. Análise do discurso. 2. Discurso Jornalístico. 3. Instagram (Rede social on-line). 4. Editoriais Políticos. 5. Folha de S. Paulo. I. Silveira, Juliana da. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

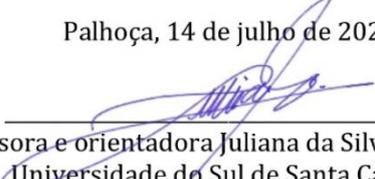
CDD (21. ed.) 401.41

THAÍS GOMES TEIXEIRA

**“GOLPE, UMA PALAVRA GASTA: A SATURAÇÃO DOS SENTIDOS NOS POSTS-EDITORIAIS DA
FOLHA DE S. PAULO NO INSTAGRAM”**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 14 de julho de 2023.



Professora e orientadora Juliana da Silveira, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

presente por videoconferência
Professora Silmara Dela Silva Doutora.
Universidade Federal Fluminense


Professora Giovanna Gertrudes Benedetto Flores, Doutora.
Pós-doutoranda UFF


Professora Solange Maria Leda Gallo, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina


Professor Guilherme Adorno de Oliveira, Doutor.
Universidade Estadual de Maringá


Professora Nádia Régia Maffi Neckel Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Aos meus pais (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Mais que um espaço para agradecimentos, esse é um lugar de memórias. Um momento de recordação e gratidão por todos aqueles que estiveram presentes durante o processo de pesquisa, pelos que me apoiaram e acreditaram que era possível chegar até aqui. Cada uma dessas pessoas, em momentos distintos, tiveram uma participação ativa durante esses dois anos, principalmente nos momentos de dúvida, insegurança, incerteza e medo. Muitas vezes pensei que não daria conta e que isso aqui não era para mim. E todas as vezes que externalizei isso, tive a sorte de ter ao meu lado pessoas que depositaram mais fé em mim que eu mesma. Obrigada por compartilharem esse sonho junto comigo.

Aos meus professores, alguns que me acompanham desde a graduação, e que foram imprescindíveis para que eu construísse um pensamento crítico, e olhasse o mundo por outras perspectivas. Com vocês, primeiro aprendi a ser jornalista, depois pesquisadora e, agora, também, analista do discurso. Obrigada por compartilharem o conhecimento de uma vida inteira comigo. Ter chegado até aqui também é mérito de vocês.

À minha orientadora, Juliana, com quem aprendi a compartilhar não só ideias, mas também planos para o futuro. Obrigada pela paciência, dedicação e toda contribuição feita durante esse processo. Obrigada duas vezes por abrir para mim as portas da docência, me ensinar o que é ensinar, e mostrar um caminho de possibilidades e oportunidades que era difícil de eu enxergar. Eu sei que dei trabalho – obrigada por ter confiado em mim.

Por fim, à minha família. Em especial meu irmão, com quem dividi inúmeros medos, angústias e conquistas ao longo desses dois anos e que sempre se mostrou um lugar seguro - obrigada por incontáveis vezes me impulsionar a seguir em frente. E à minha tia e minha avó, que possibilitaram todas as condições estruturais, financeiras e emocionais fundamentais para que eu pudesse ter certeza das minhas escolhas e decisões até aqui.

RESUMO

Golpe: uma palavra gasta, mas nem tanto. Afinal, como os sentidos são produzidos em um espaço enunciativo informatizado? O que afeta a sua circulação? Como as sobredeterminações técnicas e discursivas atravessam esses dizeres? Parto dessas provocações para olhar como o jornal Folha de S. Paulo discursiviza os golpes do/no Brasil no Instagram, produzindo, ao mesmo tempo, um contingenciamento e uma fragmentação dos sentidos. Ancorada na Análise do Discurso francesa, esta pesquisa tem como objeto editoriais políticos da Folha de S. Paulo, que mencionam de maneira direta ou indireta os golpes de 1964 e 2016, e que foram publicados em formato de *post* no perfil do jornal, entre 2018 e início de 2023. Também observo como os comentários feitos nessas publicações, e a interação (inédita) de sujeitos-usuários/leitores com a instituição imprensa no espaço dos comentários rompe com as regularidades do discurso jornalístico sobre os golpes do/no Brasil nesse espaço, (re)significando esses acontecimentos políticos, e a própria função-social do editorial.

Palavras-chave: 1. Análise do Discurso. 2. Discurso Jornalístico. 3. Instagram. 4. Editoriais Políticos 5. Folha de S. Paulo

ABSTRACT

Coup: a worn out word, but not that worn out. After all, how are the senses produced in a computerized enunciative space? What affects their circulation? How do the technical and discursive overdeterminations go through these sayings? I start from these provocations to look how the newspaper Folha de S. Paulo discursivizes the coups of/in Brazil on Instagram, producing, at the same time, a contingency and a fragmentation of the senses. Anchored in French Discourse Analysis, this research takes as its object political editorials from Folha de S. Paulo that directly or indirectly mention the coups of 1964 and 2016, and that were published in post format on the newspaper's profile between 2018 and early 2023. I also observe how the comments made in these publications, and the (unpublished) interlocution of subject-users/readers with the press institution in the space of the comments breaks with the regularities of the journalistic discourse about the coups of/in Brazil in this space, (re)signifying these political events, and the very social-function of the editorial.

Keywords: 1. Discourse Analysis 2. Journalistic Discourse 3. Instagram 4. Politics Editorial 5. Folha de S. Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro do Miro com o arquivo de <i>posts</i> -editoriais selecionados para a pesquisa..	13
Figura 2 - Montagem com as três versões do post com o texto editorial utilizadas pela FSP .	21
Figura 3 - <i>Post</i> sobre a abertura do processo de impeachment de Dilma.	25
Figura 4 - Post com um vídeo-reportagem sobre os figurinos usados por Marcela Temer.	27
Figura 5 - Comentário extraído de um post da FSP, sobre a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, publicado dia 15/04/2016.	32
Figura 6 -Comentário extraído de um post da FSP, que mostra manifestantes de verde-amarelo comemorando o afastamento de Dilma Rousseff, publicado dia 12/05/2016.	32
Figura 7 - Post-Editorial "Brasil à Direita" publicado em 8/10/2018 no perfil da FSP.	37
Figura 8 - post-editorial de 01/01/2020. No impresso, esse editorial se intitula “Travessia” .	43
Figura 9 - Post-editorial de 22/02/2020. No impresso, ele se intitula "Foliões na política". ...	48
Figura 10 - Post-editorial de 26/02/2020. No impresso, o editorial se intitula "Limite a Bolsonaro".	52
Figura 11 - Post-editorial "Resposta a Bolsonaro" publicado no dia 22/04/2020.	59
Figura 12 - Post-editorial intitulado “Unidade Já”, publicado em 02/06/2020.	63
Figura 13 - Post-editorial intitulado “Os centros se movem”.	66
Figura 14 - Post-editorial intitulado “Aparelho militar”, publicado em 08/03/2021.	73
Figura 15 - Post-editorial intitulado "Rastros Bolsonaristas" publicado dia 18/06/2020.	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Recorte dos editoriais impressos "O País tem pressa" e "Governo novo"	31
Quadro 2 - Recorte dos comentários extraídos do post-editorial “Brasil à Direita”	38
Quadro 3 - Recorte dos comentários extraídos do post-editorial “Brasil à Direita”	40
Quadro 4 - Recorte dos comentários extraídos do post-editorial "Travessia".....	46
Quadro 5 - Recorte dos comentários extraídos do post-editorial "Foliões na Política".....	49
Quadro 6 - Recorte dos comentários extraídos do post-editorial "Limite a Bolsonaro".....	54
Quadro 7 - Comentários extraídos do post-editorial "Limite a Bolsonaro" que tiveram um número expressivo de curtidas	56
Quadro 8 - Comentários extraídos do post-editorial "Resposta a Bolsonaro"	60
Quadro 9 - Recorte da legenda do post-editorial “Unidade Já”.	65
Quadro 10 - Recorte dos editoriais "Diretas-Já" e "Recado cabal" publicados no jornal impresso da FSP	65
Quadro 11 - Recorte dos comentários extraído do post-editorial "Aparelho militar"	71
Quadro 12 - Recorte 1 de comentários extraídos do post-editorial "Rastros bolsonaristas"....	79
Quadro 13 - Recorte 2 de comentários extraídos do post-editorial "Rastros Bolsonaristas" ...	80
Quadro 14 - Recorte de comentários extraídos do post-editorial “Troca de Guarda”......	83
Quadro 15 - Comentários recortados do post-editorial “Brasil à direita” de 2018.....	86
Quadro 16 - Comentários recortados do post-editorial “Foliões na Política” de 2020.....	86
Quadro 17 - Comentários recortados dos <i>posts</i> -editoriais “Limite a Bolsonaro” e “Resposta a Bolsonaro” de 2020.....	87
Quadro 18 - Comentários recortados do post-editorial “Os centros se movem” de 2020.	87
Quadro 19 - Comentários recortados dos <i>posts</i> -editoriais “Aparelho Militar”, “Rubicão Institucional” e “Cautela Máxima” de 2021.....	88
Quadro 20 - Comentários recortados do post-editorial “Golpismo no armário” de 2023.	88

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	UM GOLPE CONTÍNUO.....	15
2.1	A LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO	18
2.2	UM PASSEIO PELO FEED DA FSP NO INSTAGRAM.....	24
2.3	UMA DISPUTA SIMBÓLICA ENTRE GOLPE E IMPEACHMENT.....	28
3	A ARQUITETURA DO GOLPE NO PERFIL DA FSP	36
3.1	O “ACIDENTE HISTÓRICO” DE 2018	48
3.2	A “PERIGOSA AVENTURA” BOLSONARISTA.....	51
3.3	O “PRESIDENTE GOLPISTA”	58
4	O GOLPE AO VIVO.....	69
4.1	“GOLPE É PALAVRA GASTA, JÁ!”.....	76
4.2	“SEM ANISTIA”	81
4.3	“PEGA QUE O FILHO É TEU”: A RESISTÊNCIA PRESENTE.....	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Sempre tive a sensação de que vivíamos em ciclos que nunca se fechavam. É como se repetíssemos os mesmos acontecimentos ano após ano, década após década, com novos personagens, mas desfechos semelhantes. De certo modo, esse sentimento foi o que me trouxe até aqui. Um dia, quando ainda estava no início desta pesquisa, me perguntaram o que mais poderia dizer sobre o golpe de 1964, ou o golpe de 2016¹, que já não havia sido dito. Porém, depois de inúmeros editoriais analisados e incontáveis horas rolando o *feed* do Instagram, entendo que ainda há muito o que ser dito sobre os golpes do/no Brasil, principalmente quando falamos de jornalismo nas plataformas digitais².

Sendo assim, me ancoro metodologicamente na Análise do Discurso francesa para dar conta das complexidades que envolvem a prática jornalística e a sua relação com as tecnologias digitais. A AD é uma linha de pesquisa que relaciona três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. A partir da articulação desse tripé teórico, é possível expandir os estudos jornalísticos para uma perspectiva crítica e política, enriquecendo as discussões e trazendo novas perspectivas para o jornalismo contemporâneo. E isso é possível porque a AD não se baseia na transmissão da informação, que propõe uma transparência nos discursos. Pelo contrário, para Orlandi (2005), há no texto uma opacidade e uma espessura que tira os discursos da evidência e possibilita refletir de uma maneira mais aprofundada sobre o que nos traz os estudos da comunicação.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, (a AD) trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologias: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 2005, p.17).

Para Orlandi (2005, p.20), a AD é um gesto de interpretação a partir dos dispositivos teóricos e analíticos construídos pelo próprio analista, que vão relacionar sujeito e sentidos no funcionamento dos discursos, produzindo, assim, novas práticas de leitura. Desse modo, a AD

¹ Aqui, refiro-me ao processo de impeachment que afastou Dilma Rousseff da presidência da república em 2016. Entendo que esse foi um movimento golpista, processo histórico que vai ser destrinchado ao longo da pesquisa.

² De acordo com SRNICEK (2016), as plataformas são estruturas digitais que possibilitam a interação entre dois ou mais grupos. Para ele, essas plataformas “(...) são muito mais que empresas de internet ou de tecnologia, uma vez que podem operar de qualquer lugar (...) [elas] produzem e dependem do efeito de rede social: quanto mais usuários usam a plataforma, mais valiosa ela se torna. O *Facebook*, por exemplo, se tornou uma rede social padrão simplesmente por causa do grande número de pessoas presente nela”. (SRNICEK, 2016, p.30, tradução nossa).

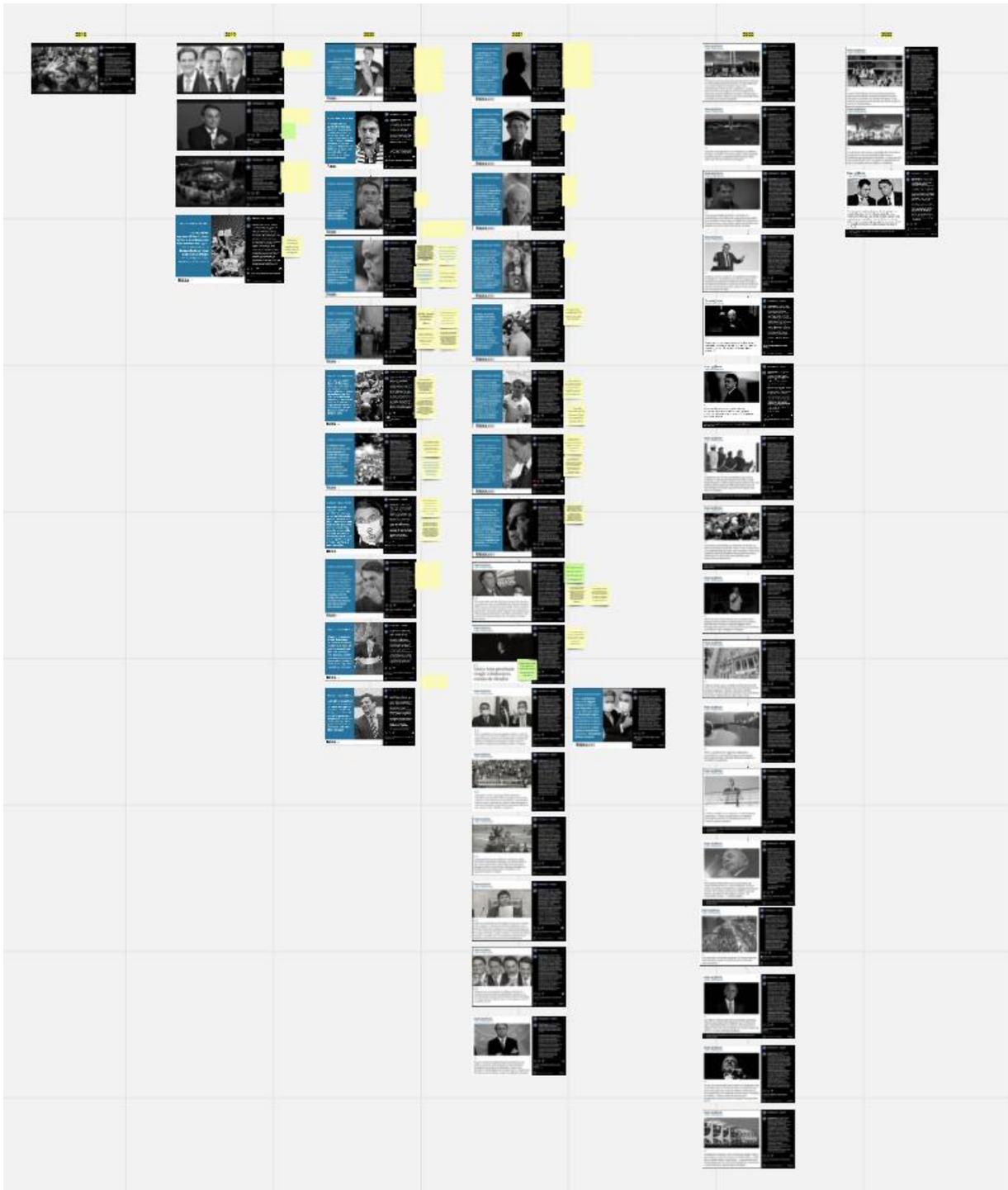
não procura atravessar um texto para encontrar um sentido, mas sim questionar como esse texto vai significar e produzir sentidos na interlocução entre os sujeitos discursivos. Partindo, então, desse arcabouço teórico-metodológico, estruturei a pesquisa procurando observar como o efeito de transparência presente em plataformas como o Instagram atravessam o jornalismo, fazendo com que a circulação midiática que acontece ali passe por sobredeterminações técnicas, discursivas e político-econômicas. Como objeto de estudo, dediquei-me a observar de que maneira os textos editoriais publicados em um perfil jornalístico do/no Instagram contingenciam sentidos, ao mesmo tempo que produzem efeitos fragmentados quando atravessados por uma interação coletiva e sobredeterminados por condições de produção próprias da plataforma. Como *corpus* de análise, foi estruturado um arquivo de pesquisa composto por alguns editoriais do jornal Folha de S. Paulo, que mencionam de maneira direta ou indireta, o significante golpe, e que circularam em formato de *post*³ no perfil do jornal no Instagram, entre 2018 e 2023. Além disso, apresento também recortes de alguns comentários feitos nessas publicações. Ao final, procurei compreender como os *golpes* do/no Brasil são discursivizados pelo jornal Folha de S. Paulo no Instagram, produzindo novos gestos de leitura e interpretação sobre acontecimentos políticos que marcaram a formação social brasileira, como o golpe de 1964 e o golpe parlamentar/jurídico/midiático de 2016.

A escolha do jornal Folha S. Paulo para ser o ponto focal desta pesquisa não se deu por acaso, e está intimamente conectada com os próprios acontecimentos que trago aqui como ponto de partida das análises. Durante a ditadura militar, e nos meses que precederam o golpe de 1964, a FSP, por meio dos seus editoriais, atuou diretamente para justificar e legitimar golpe. Durante a pesquisa, será apresentado alguns recortes desses editoriais que mostram como o jornal se colocou prontamente ao lado dos militares, construindo uma narrativa pró-golpe. O mesmo se deu em 2016, quando o jornal, também por meio dos seus editoriais, apoiou abertamente o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. E, ainda que esses editoriais tenham sido de épocas e contextos sociais diferentes, eles se aproximam e evidenciam uma regularidade presente na linha editorial do jornal, de estar alinhado às forças políticas e econômicas hegemônicas. Além disso, a proposta de observar o funcionamento desses editoriais na plataforma Instagram se dá devido ao nosso atual contexto social, que atravessa a prática jornalística. Ao longo dos últimos anos, o uso de plataformas como o Instagram, Twitter, Facebook, Youtube, por empresas de jornalismo tem ganhado cada vez mais destaque nos

³ Texto publicado em uma plataforma digital. Ele pode ser feito em diversos formatos: vídeo, imagem, escrito, áudio, multimídia etc.

estudos da comunicação. O que começou como espaço de circulação e midiaticização, se tornou também um espaço de produção jornalística. Hoje, jornais como a FSP, não só utilizam essas plataformas para distribuir seus conteúdos, como também passaram a criar textos nativos para esses espaços, como é o caso do editorial que no perfil da Folha de S. Paulo no Instagram passa ter um espaço próprio, ganhando novos atributos, em uma série denominada “O que a Folha pensa”. A partir dessas reflexões iniciais, iniciei o percurso de construção do arquivo de pesquisa, que exigiu uma garimpagem manual no perfil da FSP no Instagram. Para que esses recortes não fossem analisados de maneira isolada, foi necessário o desenvolvimento de uma metodologia para a composição desse arquivo, colocando-os em relação com outros *posts*, considerando o contexto e as condições de produção daquelas publicações. Desse modo, construí uma linha do tempo com os *posts* organizados por ano e na sequência em que foram publicados. Abaixo, segue um recorte do arquivo construído na plataforma Miro:

Figura 1 - Quadro do *Miro* com o arquivo de *posts*-editoriais selecionados para a pesquisa



Na figura 01, temos uma linha do tempo que se inicia em 2018 e vai até janeiro de 2023. Dentro desse período, foram selecionadas publicações do jornal Folha de S. Paulo que faziam parte da série “O que a Folha pensa”, e que faziam alguma menção – direta ou indireta – da palavra ‘golpe’ e/ou que relatassem acontecimentos políticos do/no Brasil de quando foram publicados. A partir desse arquivo inicial, foi construída uma documentação para que todos os

componentes técnicos e discursivos observados pudessem ser consolidados. Para isso, criou-se uma planilha⁴ onde foram compiladas algumas informações como: (1) data da publicação; (2) quantidade de comentários feitos; (3) menções a palavra golpe nas publicações; (4) o título do editorial que circulou no jornal impresso; (5) o descritivo da fotografia utilizada na publicação; (6) qual a chamada para ação utilizada pelo jornal ao final da legenda da publicação, incluindo as hashtags. Além disso, também foi construído um arquivo com os comentários extraídos dessas publicações. Para ter os comentários na íntegra, foi utilizado a plataforma *exportcomments.com*. Nesse segundo arquivo, foram mapeados comentários que mencionavam diretamente a palavra ‘golpe’, a fim de compreender como os sentidos dos acontecimentos de 1964 e 2016 eram produzidos e materializados nesses comentários. Contudo, percebi ao longo da pesquisa que os comentários se encontravam intrinsecamente relacionados não só ao que estava escrito nas publicações, mas também ao modo de circulação desses *posts*. Isso fez com que eu deixasse de observar os comentários de maneira isolada, e passasse a considerar uma imbricação entre eles e as publicações analisadas. Considerando esse percurso de construção do arquivo de pesquisa, apresento a seguir um breve resumo de cada capítulo.

Na primeira parte, faço uma articulação teórica relacionado o objeto de pesquisa com algumas noções da AD. Além disso, trago um breve contexto do significante golpe, tendo como ponto de partida o golpe de 1964. Nos subcapítulos, apresento como se dá a legitimação do discurso jornalístico no Instagram, o processo de formulação e circulação dos editoriais em formato de *post* e como o jornal Folha de S. Paulo constrói, a partir do funcionamento do discurso jornalístico, uma dicotomia entre golpe/impeachment, direcionando os sentidos de leitura e interpretação desses significantes. Já na segunda parte, trago alguns recortes do arquivo de pesquisa, composto por *posts*-editoriais⁵ e alguns comentários feitos nessas publicações. Aqui início as análises apresentando de que maneira a FSP discursiviza os golpes de 1964 e 2016, (re)significando um e apagando o outro, respectivamente. Nos subcapítulos, utilizo o recorte de alguns enunciados de *posts*-editoriais para apresentar como é construído um “novo” imaginário de golpe, produzindo, ao mesmo tempo, um contingenciamento e uma fragmentação dos sentidos na circulação dessas publicações. A terceira e última parte exploro alguns comentários feitos nos *posts*-editoriais e como essa interação coletiva entre instituição imprensa e os sujeitos dos comentários rompe com o processo discursivo do discurso jornalístico.

⁴ A planilha foi construída no *Google Sheets* e está com acesso público aqui: <https://bit.ly/3NmGL2H>

⁵ Trato aqui como *post*-editorial o texto editorial que é publicado no jornal impresso, mas que circula no Instagram em formato de *post*. Ao longo da pesquisa, sustento essa definição a partir das análises feitas e da articulação teórica-metodológica.

2 UM GOLPE CONTÍNUO

08 de janeiro de 2023, milhares de pessoas vestindo roupas verde-amarelo e carregando a bandeira do Brasil invadem a Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF. Sem uma ação policial efetiva, os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal (STF), que simbolicamente representam o Estado brasileiro, são depredados em poucas horas. O que por quatro anos foi chamado de uma aventura golpista⁶ pela mídia hegemônica, se concretizou para além das disputas simbólicas nas plataformas digitais. E mesmo que a cadeia de eventos do dia 08 de janeiro possa ser contada de maneira cronológica, ainda há muitas camadas que precisam sair da evidência para que possamos compreender como esse acontecimento histórico e político se conecta com tantos outros golpes brasileiros. Para Arantes (2010), a ditadura militar no Brasil não teve um fim. Pelo contrário, “abriu as portas para um verdadeiro processo descivilizatório”. fazendo com que se instaurasse um outro tipo de golpe:

Basta (...) olhar para o Estado e a sua Constituição, por ela mesmo definido em 1988, como sendo democrático e de direito. O que poderia então restar da ditadura? (...) Na opinião de um especialista em instituições coercitivas, Jorge Zaverucha, pelo menos no que se refere às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, polícias militares e segurança pública (...) a Carta outorgada pela ditadura em 1967, bem como sua emenda de 1969, simplesmente continua em vigor. (...) Porém suas conclusões não são menos dissonantes do que as repertoriadas até agora. A começar pela mais chocantes de todas (se é que esse efeito político ainda existe): a constitucionalização do golpe de Estado. (...) (ARANTES, 2010. p. 212-213).

A história da política do Brasil está repleta de golpes que foram (re)significados conforme as posições de poderes dominantes. Para Althusser (1985), esses poderes podem ser entendidos como os aparelhos de Estado, que funcionam de maneira repressiva ou ideológica, marcando uma posição na luta de classes e ocupando um lugar estrutural na sociedade. O Aparelho Repressivo de Estado (ARE) é composto por todas as instituições que funcionam por meio da violência, enquanto o Aparelho Ideológico de Estado (AIE) são instituições e/ou empresas (pública ou privadas) que funcionam por meio da ideologia, como é o caso das instituições religiosas, familiares, jurídicas, políticas, de informação, culturais, entre outras.

⁶ No editorial **Capitólio Caboclo**, publicado em 11 de janeiro de 2022, a Folha de S. Paulo escreve que os militares passaram os últimos três anos negando as aventuras golpistas de Bolsonaro. O editorial está disponível em <https://acervo.folha.com.br/>

O papel do aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, como aparelho repressivo, em garantir, pela força (física ou não) as condições de políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. Não apenas o aparelho de Estado contribui para a sua própria reprodução (existem no Estado as dinastias políticas, dinastias militares e etc.) mas também, e sobretudo o Aparelho de Estado assegura pela repressão (da força física mais brutal às simples ordens e proibições administrativas, à censura explícita ou implícita, etc.) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos do Estado. (ALTHUSSER, 1985. p. 74)

Sendo assim, concordamos com Arantes (2010) quando ele diz que a herança da ditadura, uma vez assegurada pela impunidade da Lei da Anistia⁷, que absolveu torturadores, além de normalizar a violência política, criando um “Estado de emergência econômica permanente”. É a partir desse contexto que vamos falar dos golpes do/no Brasil, entendendo que eles não são apenas rupturas democráticas, como a que aconteceu em 1964, mas também um estado contínuo, que vai adicionando mais camadas cada vez que uma crise política, articulada pelas instâncias de poder do Capital, se instaura no país com a compactuação das elites e dos sistemas político, jurídico midiático. Independente de sua função, ao AIE têm um mesmo objetivo, que para Althusser (1985) é a reprodução das relações de produção e da exploração capitalista. Para que isso aconteça, é preciso que o AIE da informação, caracterizado pela imprensa, rádio e TV despeje “doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo” (Althusser, 1985. p.78). Trazendo essa reflexão para um contexto atual, vimos a mídia hegemônica brasileira atuar de maneira sistemática no processo de impeachment que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016, contribuindo para os efeitos de polarização política que se intensificaram ao longo dos anos, e foi o combustível para os atos golpistas de 2023. Jinkings (2016) é contundente em classificar o processo de impeachment de Dilma como golpe, e explica o porquê:

O Brasil vive um golpe de Estado.

A frase acima não admite tergiversações ou volteios em seu entendimento. A pílula não pode ser dourada. Trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos de 1960-1980. Naqueles tempos, aparecia um roteiro que se tornou clássico: as forças armadas se dividiram, um setor se aliava com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. (...) No Brasil de 1964, o engodo foi denominado “revolução”. Nenhum golpista admite que se denomine sua ação com português claro: golpe de Estado. Em 2016 isso se repete no país. A presidente legitimada eleita foi derrubada por um processo político

⁷ A Lei da Anistia foi promulgada em 1979, pelo então Presidente, e militar, João Figueredo. Ela concedeu a anistia “a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos **servidores da Administração Direta e Indireta**, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, **aos Militares** e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (BRASIL, 1979. grifo meu). Ou seja, ela igualou exilados e torturadores.

baseado em leituras clássicas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. (JINKINGS, 2016. p. 11-12)

Já para Miguel (2016), o processo de impedimento de Dilma sem que o crime de responsabilidade tivesse claramente identificado, promoveu uma ruptura social que abriu as portas para que se questionasse, ou até mesmo se duvidasse, do voto como o único meio legítimo de chegar ao poder. Essa ruptura aconteceu justamente pela aparente legalização dada ao processo de impeachment, usando a legislação como uma cortina de fumaça para dissimular a realidade golpista das acusações envolvendo a então presidenta Dilma Rousseff. Além disso, o fato do Supremo Tribunal Federal (STF) estar presente na votação de abertura do processo, reforçou ainda mais esse ar de legalidade ao que estava acontecendo.

Em 2016 não houve movimentação de tropas militares golpistas, não houve a ação de um “comando revolucionário”, nenhum ato institucional foi decretado pelos golpistas. Houve controvérsias se as chamadas “pedaladas” fiscais poderiam ou não ser caracterizadas como crime de responsabilidade, ou se seria justo promover o impeachment da presidenta Dilma Rousseff por esse motivo, já que outros presidentes, governadores e prefeitos também praticaram as “pedaladas” sem serem punidos. No entanto, nada disso foi suficiente para a construção de uma representação de que o que estava acontecendo era um golpe, capaz de se opor à simulação da ausência de ruptura institucional. A palavra de ordem, “Não vai ter golpe!”, das manifestações contra o impeachment era de ineficácia gritante, pois a ela os defensores do impeachment respondiam que não iria mesmo haver golpe, e sim processo legal do impeachment. (COELHO, 2017. p.239-240).

Se em 1964 o inimigo era o “medo do comunismo”, em 2016 esse inimigo passa a ser o “medo da desestabilização econômica”, uma reação que também tem suas raízes na ditadura militar. Criada nos anos 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – que foi a base jurídica para o processo de impeachment de Dilma – dá continuidade ao que havia sido iniciado na década de 1970 (ARANTES, 2010), durante o governo militar do general Emílio Garrastazu Médici, período conhecido como o “milagre econômico”⁸, e “anos de chumbo” - este último devido ao aumento da repressão.

(...) Do Banco Central ao Código Tributário, passando pela reforma administrativa de 1967, a Constituição de 1988 incorporou todo o aparelho estatal estruturado pela ditadura. É preciso voltar a lembrar também que o discurso da ditadura era o da ortodoxia econômica, que o mesmo Estado delinquente, cujos agentes executavam uma política de matança seletiva, se declarava, nas constituições outorgadas,

⁸ O “milagre econômico” foi o período da ditadura militar entre 1967-1973, sob o comando do general Médici, caracterizado pelo rápido crescimento econômico; aumento na concentração de renda; ampliação do capital financeiro internacional; estímulo à indústria automobilística e de bens duráveis; e de obras faraônicas como a usina de Itaipu, a ponte Rio-Niterói e o início da Transamazônica (GENTILLI, 2004).

meramente subsidiário da iniciativa privada, e que assim sendo as estatais deveriam operar não só com a eficiência das empresas privadas, mas também com total autonomia em relação ao governo “oficial”, mas não em relação ao sorvedouro dos negócios privados. Vem da ditadura a consagração lógica empresarial como prática administrativa do setor público. (ARANTES, 2010. p. 221)

Partindo do princípio de que, como nos diz Orlandi (2005), os sentidos são muitos, mas não qualquer um, compreendemos que as relações de poder constituídas produzem sentidos a partir de uma imbricação constitutiva entre sujeito, língua, história e tecnologia. Sendo assim, precisamos compreender como o jornal Folha de S. Paulo, atravessado pelas normatizações técnicas e discursivas do Instagram, discursiviza os golpes do/no Brasil, construindo um determinado imaginário sobre esse significante.

2.1 A LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Para falar sobre o discurso jornalístico, precisamos antes compreender os processos de constituição da imprensa no Brasil. Para Sodré (1966), a história da imprensa pode ser compreendida a partir da própria história do desenvolvimento capitalista. Há aí uma relação mútua, um vínculo que vai perpassar toda a trajetória da imprensa brasileira, até os contemporaneidade. Sendo assim, entendemos que a imprensa hegemônica, ou seja, aquela que atua diretamente na manutenção do *status quo*, funciona como um AIE, assumindo uma posição-sujeito institucional, com processos de legitimação bem definidos e constituídos ao longo de séculos através das suas relações de poder. Segundo Mariani (1998), o discurso jornalístico funciona de maneira didática, organizando sentidos, nomeando e produzindo explicações sobre determinados acontecimentos. O que faz com que esses acontecimentos circulem de uma maneira homogênea, sem que haja debates ou contradições nesse processo. Sendo assim, compreendemos que o discurso jornalístico vem de um lugar já legitimado e sustentado por efeitos intrínsecos a ele: o de imparcialidade e neutralidade. Mas essas não são as únicas características que definem a legitimidade do discurso jornalístico.

Desde o primeiro jornal impresso, as formas de escrita da prática jornalística possuem características significativas, como é o caso do editorial, um texto que faz parte do formato opinativo e que tem uma determinada função na prática jornalística. Para Mont’Alverne e Marques (2015), o editorial é como o jornal exerce seu papel social direcionando seus leitores

para um certo modo de compreensão do mundo, a partir da realidade apresentada por ele. Os autores ainda complementam:

Embora as empresas jornalísticas (...) se apresentem, frequentemente, como mediadoras neutras, objetivas e imparciais, sabe-se que o processo de coleta, elaboração e distribuição de conteúdos informacionais é influenciado, dentre outros elementos, pelos princípios, compromissos e interesses de cada agente. (...) O editorial, espaço opinativo reservado à instituição jornalística, no qual a empresa apresenta suas posições acerca de diversos assuntos, é, provavelmente, o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados no jornalismo. (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2015. p. 122)

Assim, compreendemos que os editoriais não só apresentam uma versão dos fatos, como direcionam sentidos para que esses fatos sejam lidos e interpretados em consonância com a sua posição-sujeito. Para Guerreiro Neto (2017), tanto questões internas da empresa jornalística, quanto fatores externos, definem o posicionamento de um editorial. Essas questões são o que, discursivamente, chamamos de condições de produção, ou seja, as condições históricas que um determinado discurso é produzido. Orlandi (2005), explica que os sentidos de um discurso não estão apenas nas palavras e nos textos, eles são evidenciados na relação que o discurso tem com a sua exterioridade (contexto sócio-histórico) e nas condições em que ele é produzido. Ou seja, o discurso não está relacionado com a intenção dos sujeitos, mas sim com os efeitos produzidos a partir de processos discursivos. Sendo assim, uma vez assumida a posição de AIE, a mídia hegemônica, aqui representada pelo jornal FSP, filia-se a uma Formação Discursiva dominante – quer será nomeada em um momento futuro ao longo deste trabalho -, definindo o que pode e deve ser dito. É desse modo que os editoriais da FSP vão produzir determinados sentidos à medida em que silenciam outros. Para Orlandi (2007), os sentidos também existem no silêncio. Isso porque o dizer algo possui uma relação intrínseca com o não dizer.

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante. (...) o silêncio não é um mero complemento de linguagem. Ele tem significância própria. (...) o silêncio é a garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é, pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar do “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade, para o sujeito, de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que da realidade significante. (ORLANDI, 2007, p. 23-24).

Além disso, o editorial é o único texto jornalístico assinado pela Instituição Imprensa, e na Folha de S. Paulo é veiculado, geralmente, na página 2 do jornal impresso, enquanto no

site são publicados na seção opinião. Desse modo, para avançarmos na discussão sobre o efeito de legitimação, é importante reforçar que o editorial sempre esteve presente nos periódicos. Na mídia hegemônica, essa opinião se entrelaça às relações de poder, direcionando o posicionamento político do jornal dentro de uma determinada formação social. Portanto, é fundamental que compreendamos por quais processos de legitimação esse texto jornalístico se constitui. Gallo (2011) explica que o texto jornalístico faz parte de um processo discursivo que se dá pelo Discurso da Escrita (DE), que se materializa nas instituições de poder. O efeito produzido por essa forma discursiva, que possui normas determinadas para que seja considerado como tal, é o de unidade, de fechamento, o efeito-autor. (Gallo, 2011. p.3). A autora ainda coloca que os textos que se inscrevem nessa discursividade podem se apresentar de diversas formas, mas mantém características específicas.

Muitos discursos podem ser considerados discursos de escrita, por exemplo, o discurso científico, o discurso médico, o discurso político, o discurso jurídico, e tantos outros. Todos materializados em instituições de poder. Nessa relação entre escrita e instituição, a legitimação de uma ressoa na outra. Por exemplo, a escrita de um cientista é legitimada pela instituição de pesquisa responsável, da mesma forma em que a instituição se legitima pela pesquisa realizada pelo pesquisador. (GALLO, 2018, p. 428)

No caso do texto editorial, ele é legitimado pela própria instituição imprensa, enquanto ela se legitima através da prática e do fazer jornalístico, que conta com normatizações específicas, como aquelas já citadas, e que são diferentes de uma reportagem e de um anúncio, por exemplo. Contudo, o DE não é a única forma presente nos processos de discursivização. Gallo (2011) também propõe uma outra forma-discurso que não possui o mesmo processo de legitimação que o DE, uma vez que se relaciona com outros modos de organização social não materializados nas instituições de poder: o Discurso da Oralidade (DO). Aqui, são considerados todos os discursos que se fundam na tradição oral, e que não passaram pelo mesmo processo de legitimação daqueles que atingiram o estatuto de Discurso da Escrita. São as conversas do cotidiano, textos que não se fecham e nem produzem um efeito de autoria. (Gallo, 2011. p. 4).

Aproximando essa articulação teórica com o objeto de estudo desta pesquisa, é preciso retomar uma terceira forma-discurso formulada por Gallo, que dá conta de observar como o discurso jornalístico também passa por um processo de legitimação dentro de espaços digitais, como o Instagram, é o Discurso da Escritorialidade. Ao compreender que na internet funcionam os espaços enunciativos informatizados, e onde também há circulação de discurso, notou-se que o processo de legitimação “não estava relacionado ao reconhecimento, nem ao efeito de

unidade: o efeito-autor. Ao contrário, estava fortemente determinado pela repetibilidade, visibilidade e quantidade.” (GALLO, SILVEIRA, 2017. p. 173). Sendo assim, esses discursos que circulam ali, ao mesmo tempo que não possuem as mesmas normas institucionais do DE, também não se originam apenas de uma tradição oral. Isso implica em dizer que o Discurso da Escritorialidade é um processo discursivo não estável, mas que produz um efeito de autoria e, conseqüentemente, de fecho. Desse modo, entendemos que o editorial que circula no Instagram como *post*, assume a forma-discurso da escritorialidade, sendo, então, produzido em condições específicas, sobredeterminadas por condições técnicas da plataforma, e que não estão unicamente relacionadas ao processo de institucionalização e legitimação dos editoriais publicados no jornal impresso, mas que continuam produzindo um efeito de legitimidade por circularem no perfil oficial da FSP no Instagram. É assim que o discurso jornalístico presente nesses editoriais se legitima.

Percebemos o funcionamento desse processo de legitimação nas mudanças estéticas que o jornal fez no formato dos *posts* com o texto editorial, publicados entre 2018 e o início de 2023. Durante esse período, houve três mudanças que refletiram em uma necessidade de aproximar o usuário/leitor daquela plataforma às características institucionalizadas pelo jornal impresso. Vejamos a figura 2:

Figura 2 - Montagem com as três versões do post com o texto editorial utilizadas pela FSP



Fonte: Recortes retirados do Instagram da Folha de S. Paulo. Montagem elaborada pela autora (2023).

Até o dia 7 de dezembro de 2019, o *post* com o texto editorial era feito com uma foto preto e branco e uma legenda com trechos do editorial que havia sido publicado no impresso. Com exceção do primeiro *post*, publicado no dia 8 de outubro de 2018 – representado na primeira imagem da figura 2, os outros *posts* apresentados não trazem o título na legenda. Na primeira mudança estética, a FSP produz uma peça gráfica composta por uma fotografia em preto e branco ao lado direito, e uma parte do texto do editorial no lado esquerdo, com algumas palavras e frases destacadas em negrito. Além disso, o jornal deixa de utilizar o nome “EDITORIAL” no início da legenda, para inserir na peça gráfica a frase “O QUE A FOLHA PENSA”, que nada mais é do que uma paráfrase de “editorial”, feita de maneira autoexplicativa.

É importante destacar que a fotografia é um recurso utilizado apenas no Instagram. No jornal impresso, somente o texto escrito é publicado. Já na terceira mudança estética, o jornal muda a cor predominante da peça gráfica, que deixa de ser azul e passa a ser branco. Há também uma mudança na orientação da fotografia, que sai da lateral e passa a compor a parte superior, com o texto ocupando a parte inferior.

Além disso, o título “O QUE A FOLHA PENSA” permanece no topo da peça gráfica, porém o nome do jornal passa a ser escrito por extenso logo abaixo. Outro destaque nessa mudança, é que o jornal deixa de marcar em negrito trechos palavras e frases da peça gráfica, e passa a inserir o símbolo de chave e reticências no início do texto, marcando graficamente que aquele texto foi retirado de outro lugar – e, portanto, não seria uma formulação própria dali. Antes de avançarmos, é importante destacar que a presença da fotografia, junto com a mudança no nome e a composição de uma peça gráfica para ilustrar o editorial, se tornam elementos característicos desse tipo de publicação. Essa passagem marca, como veremos, o momento em que a normatização técnica do digital atua como uma força histórica, mudando a forma do editorial. Sendo assim, a partir dessas constatações, passarei a chamar o editorial publicado no Instagram de *post*-editorial, uma vez que ele carrega elementos que tornam essa publicação única. Seguindo na análise, é importante perceber como as mudanças realizadas pelo jornal estão conectadas com os processos de legitimação do discurso jornalístico naquele espaço, uma vez que cada elemento adicionado no *post*-editorial buscou aproximar o usuário/leitor de uma memória institucional do jornal impresso, produzindo um efeito de equivalência. Contudo, esse efeito não se sustenta e se dará sempre contraditoriamente, uma vez que, devido às normatizações técnicas do próprio Instagram, não é possível escrever no *post* o mesmo editorial que é publicado no impresso, o que obriga o autor a fazer um recorte deste texto e, portanto, mudar aí o seu modo de formulação.

Além disso, a plataforma também não permite hiperlinks na legenda, o que limita a possibilidade de o usuário/leitor continuar lendo aquele editorial no site do jornal. Esse funcionamento é uma normatização técnica da plataforma atravessada por determinações econômicas, uma vez que esses aplicativos têm seu modelo de negócios estruturado no engajamento. Além disso, na sua fase atual de concentração massiva de usuários, ele precisa criar mecanismos de retenção, fazendo com que o usuário permaneça a maior parte do tempo ali, interagindo e navegando. Isso se relaciona com o que Zuboff (2021) classificou de Capitalismo de Vigilância, em que grandes monopólios tecnológicos passam a estruturar seus modelos de negócio a partir da extração de dados, principalmente daqueles dados considerados

“excedentes”, ou seja, os rastros de comportamento deixados por esses usuários nas plataformas em que estão inseridos.

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como "inteligência de máquinas" e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde (...) A conexão digital é agora um meio para fins comerciais de terceiros (...) Em vez de trabalho, o capitalismo de vigilância se alimenta de todo aspecto de toda a experiência humana. (ZUBOFF, 2021. p.19-20)

Desse modo, mesmo o perfil do jornal convidando o usuário/leitor para ir até o seu site, as normatizações técnicas do Instagram limitam essa ação para que o usuário consuma aquele conteúdo na própria plataforma. Isso acaba afetando os gestos de leitura e interpretação do texto editorial que circula ali, fazendo com que ele se encerre nele mesmo, produzindo um efeito de fecho, como se fosse um texto nativo daquele espaço. Podemos ver isso na maneira como a FSP finaliza as legendas dos *posts*-editoriais. Primeiro, é usado o enunciado “Acesse [folha.com/instagram](https://www.folha.com.br/instagram) (link no perfil) e leia o editorial completo”. Depois, com primeira mudança estética, o jornal passa a usar os enunciados “Leia editorial completo em [folha.com/instagram](https://www.folha.com.br/instagram) (link no perfil) e “Leia editorial em [folha.com/instagram](https://www.folha.com.br/instagram) (link na bio)”, sendo que o uso da palavra “completo” aparece de maneira irregular. Desse modo, compreendemos que os enunciados vão mudando conforme o jornal passa a explorar mais os *posts*-editoriais e, conseqüentemente, vai mensurando a maneira como os usuários/leitores estão se relacionando com essas publicações. Para Borelli (2012), as chamadas que aparecem ao final das legendas fazem parte de uma mudança na prática jornalística, a partir da entrada das plataformas digitais nas redações. Ela chama esses enunciados de “autorreferencial” e “correferencial”, que nada mais é do que a forma como a mídia encontrou de se autolegitimar naquele espaço enunciativo. Retomamos, então, o que trazem Gallo e Silveira (2017) sobre os espaços enunciativos informatizados e como as normatizações técnicas direcionam os gestos de leitura e interpretação desse arquivo:

A maneira como se processa a circulação dos textos e dos discursos, hoje, está substancialmente afetada pela condição de possibilidade dada pelos espaços enunciativos informatizados, seus dispositivos digitais e seus algoritmos, que desenham procedimentos de seleção, visibilidade e apagamentos, entrecruzando aquilo que é da ordem da memória discursiva com aquilo que é da ordem da memória metálica. (GALLO e SILVEIRA, 2017, p. 191)

Entendemos, portanto, que o perfil da Folha de S. Paulo no Instagram não pode ser considerado uma representação do jornal impresso, como acontece no *site*. Pelo contrário, existem limitações e regras específicas dessa plataforma que exigem novas formulações para que o texto circule ali. Isso é o que Gallo (2011) chama de *textualização*⁹, um processo que surge a partir do confronto de duas formações discursivas dominantes, relacionando uma memória institucional a uma atualidade (Gallo, 2011. p. 3). No caso dos editoriais aqui analisados, podemos perceber essa *textualização* ao observar a contradição presente entre o discurso jornalístico e o discurso tecnicista-econômico do Instagram. Esse discurso tecnicista-econômico é a Formação Discursiva dominante o discurso jornalístico da FSP nesse espaço enunciativo informatizado é filiado, e determina o que deve e o que pode ser dito ali. Além disso, é por meio da *textualização* que aquilo que está sendo dito no perfil do jornal tenha um efeito de legitimidade.

2.2 UM PASSEIO PELO FEED DA FSP NO INSTAGRAM

Para entendermos como os *posts*-editoriais produzem sentidos no Instagram, precisamos recuperar as regularidades discursivas do jornal nessa plataforma. Já vimos que a FSP fez três mudanças estéticas nos *posts*-editoriais, agora vamos observar como o *feed* do jornal evoluiu nesse período e, principalmente, fez circular publicações relacionadas aos principais momentos políticos do país nos últimos anos. Como o Instagram não possui nenhum mecanismo de arquivo que fosse possível acessar o *feed* do jornal em outros anos, fez-se necessário uma garimpagem manual para que fosse possível marcar as regularidades presentes no perfil da FSP. Além disso, o Instagram possui uma ferramenta que permite que os *posts* sejam arquivados, sendo possível a visualização apenas pelo dono da conta. Desse modo, não é possível garantir ou afirmar que a configuração do *feed* apresentada aqui é exatamente a mesma de quando as publicações foram feitas. Contudo, podemos ter uma ideia de como foi o percurso discursivo da FSP nesta plataforma, uma vez que mesmo ocultando um ou outro *post*,

⁹ Noção apresentada por Gallo (2011) e trabalhada em sua tese de doutorado.

ainda é possível encontrar pistas que marcam a posição-sujeito do jornal em relação aos principais acontecimentos políticos que envolvem esta pesquisa.

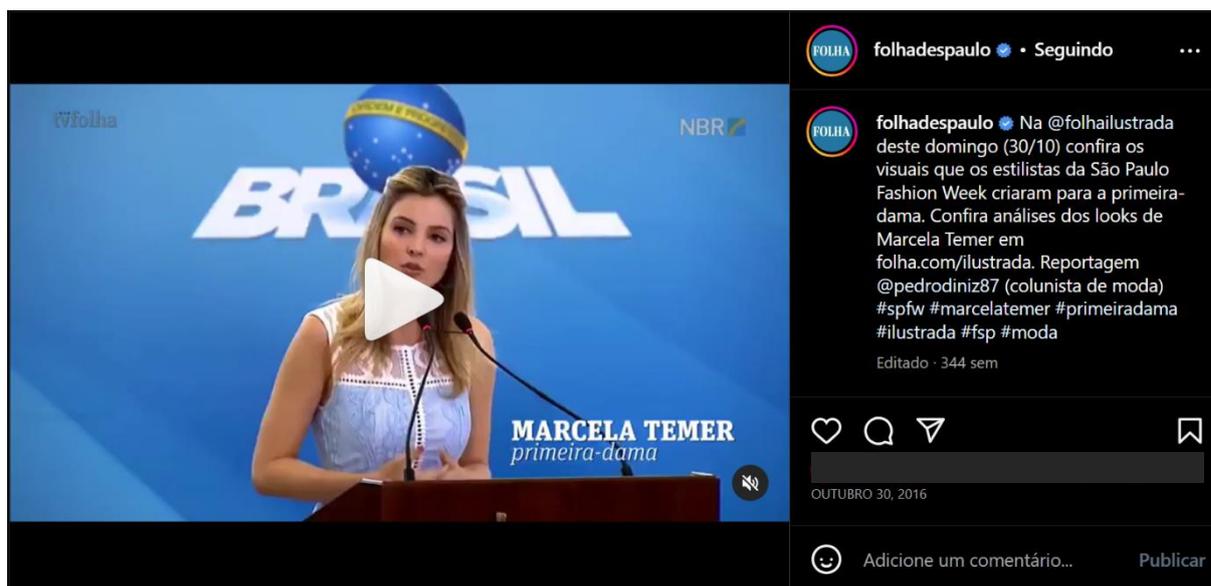
A presença do jornal Folha de S. Paulo no Instagram foi um processo gradativo, principalmente no que diz respeito a publicação dos *posts*-editoriais. Nos anos de 2016, 2017 e 2018 não foi possível encontrar nenhum vestígio desse tipo de publicação no perfil do jornal, sendo que o primeiro foi localizado apenas em outubro de 2018. Essa ausência também se reflete nos assuntos que eram tratados por outros formatos de *posts*, que ora publicavam recortes de matérias e reportagens, ora coberturas de acontecimentos históricos e políticos de repercussão nacional. Em síntese, o jornal selecionava alguns conteúdos que publicava no site, fazia um recorte conforme o formato do *post* que iria circular, e publicava. Em boa parte desse período, as fotos eram predominantes no perfil sendo que o uso de peças gráficas para ilustrar alguma publicação só era acionado quando se queria chamar atenção para algum assunto que o jornal considerava mais importante. Um exemplo disso é o *post* de divulgação da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. O *post* é composto por uma peça gráfica de fundo preto, com a logo do jornal e o texto escrito “URGENTE” em amarelo. Ao lado, tem uma foto em preto e branco do rosto de Dilma. Na legenda, o jornal explica que o Senado havia aberto o processo de impeachment, e que o usuário/leitor poderia ter mais informações acessando o site no link folha.com/poder.

Figura 3 - *Post* sobre a abertura do processo de impeachment de Dilma.



Começamos esta análise pontuando que esse foi um dos poucos *posts* encontrados que tratavam sobre o golpe/impeachment de 2016. Como observado na estrutura do *feed* do jornal, entre esse período e o ano de 2018, a FSP evitou tratar de pautas políticas no Instagram, reservando esse espaço apenas para eventos de grande repercussão nacional. Além disso, evidenciou-se um processo de apagamento/silenciamento do golpe/impeachment de Dilma a partir do momento em que esse acontecimento havia sido concluído. Um exemplo disso é o *post* em que a FSP usa como gancho o São Paulo Fashion Week, para criar um conteúdo sobre os figurinos que os estilistas fizeram para a recém primeira-dama Marcela Temer. Esse *post* foi publicado no dia 30 de outubro de 2016, dois meses após ser concluído o processo que afastou Dilma da presidência e empossou seu vice, Michel Temer.

Figura 4 - Post com um vídeo-reportagem sobre os figurinos usados por Marcela Temer.



Como podemos observar na Figura 4, essa publicação é um vídeo produzido pela TV Folha que traz a opinião de diversas pessoas que estiveram no São Paulo Fashion Week sobre o estilo de Marcela Temer. Na legenda que acompanha o vídeo, o jornal fala que aquele seria um dos conteúdos do caderno de variedade e cultura, a Folha Ilustrada. Na sequência, é explicado que na reportagem será apresentada uma análise dos visuais produzidos por estilistas para Marcela. A legenda encerra direcionando o usuário/leitor para ler a reportagem no site da FSP, sem o link, uma vez que a plataforma não permite hiperlinks nas legendas. Ela ainda menciona que aquela é uma reportagem feita pelo colunista de moda do jornal, Pedro Diniz - que teve seu perfil do Instagram marcado na publicação. Esse *post* é publicado ainda no auge da crise política do afastamento de Dilma. Michel Temer recém tinha assumido e existia um esforço da mídia hegemônica para legitimar o processo de impeachment e silenciar os sentidos de golpe que circulavam em relação àquele acontecimento. Além disso, Dilma era uma memória viva da ditadura militar no Brasil, uma vez que ela foi presa e torturada pelos militares na década de 1970. Portanto, trazer um *post* sobre Marcela Temer como primeira-dama nesse contexto, produz sentidos que contribuem para legitimar o processo de impeachment, ao mesmo tempo que silencia a história de luta política de Dilma Rousseff durante o regime militar. Cabe lembrar, inclusive, que a Folha de S. Paulo, assim como outros veículos da imprensa tradicional, apoiou o golpe de 1964. Considerando a imbricação entre os enunciados presentes no vídeo e na legenda, entendemos que o *post* apresentado é uma forma de legitimar e normalizar o processo de impeachment, como se isso já tivesse ficado no passado. Esse silenciamento de *posts* políticos e a ausência de *posts*-editoriais no perfil do jornal durante um período tão

importante para política brasileira, ao contrário do que acontecia no site e no impresso, fez com que se construísse naquele ambiente um imaginário de que o país havia voltado a normalidade com Michel Temer na Presidência.

Entretanto, como já vimos anteriormente, o Instagram não é um ambiente em que os gestos de leitura e interpretação são estáveis. Pelo contrário, ele próprio desestabiliza os sentidos, fazendo com que outras interpretações apareçam na medida em que os *posts* vão circulando. Esse funcionamento discursivo do Instagram faz com que compreendamos o porquê da Folha de S. Paulo não conseguir produzir essa estabilização de sentidos sobre o processo de impeachment nesse espaço. Diferente do que acontece no impresso, e em outros suportes legitimados pelo DE, no Instagram o controle sobre os gestos de leitura e interpretação se perde, abrindo espaço para as contradições.

2.3 UMA DISPUTA SIMBÓLICA ENTRE GOLPE E IMPEACHMENT

No dia 26 de outubro de 2014, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita presidenta do Brasil com 62,12% dos votos válidos. O 2º mandato de Dilma, com Michel Temer (MDB) como vice, era a continuação de mais de uma década em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve ocupando o cargo presidencial marcado, principalmente, pelos programas sociais chamados à época de Bolsa Família (2003) e Minha Casa, Minha Vida (2009).

Os anos petistas foram acompanhados por uma sensação de que hierarquias seculares estavam sob ameaça. (...) grupos em posição subalterna passaram a reivindicar cada vez mais o direito de falar com sua própria voz, a questionar sua exclusão de muitos espaços, a reagir à violência estrutural que os atinge. (...) Os privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo incontestada, e perderam também a exclusividade na posição de prestígio. (Miguel, 2016. p. 34)

Por outro lado, Boito Jr. (2016) aponta que as políticas econômica, social e externa adotadas no período petista estavam mais conectadas aos interesses de grandes empresas nacionais do que nas necessidades das grandes massas. O autor ainda pontua que, até 2014, havia o apoio de diversos setores produtivos, como construção civil e naval, aos governos petistas. Em síntese, essa foi a conjuntura política na qual se deflagrou a crise que deu origem ao processo de impeachment de Dilma, menos de dois anos após sua reeleição. Durante todo o ano de 2015, as mesmas associações empresariais, que em outros períodos estiveram ao lado

do PT, passaram a falar de um campo neoliberal ortodoxo, principalmente quando a FIESP passou a liderar a “vanguarda do golpe institucional”, após ter apoiado sucessivamente os governos de Lula e Dilma (BOITO JR., 2016, p. 29). Esse apoio da elite empresarial brasileira ao golpe/impeachment foi fundamental para reforçar ainda mais o efeito de legalidade do processo, ao mesmo tempo em que retomou a memória pré-64 - um golpe que também contou com o apoio do setor empresarial. Já Miguel (2016) entende que o golpe político de 2016 teve um personagem essencial, que foi a mídia hegemônica. Para ele, embora todo o processo tenha sido rápido, houve anos de preparação “com o trabalho de deslegitimação dos governos eleitos levado a cabo pela mídia (...)”. Isso mostra como a imprensa brasileira ocupa seu lugar de hegemonia, constituído ao longo do tempo como um AIE.

E isso não é de agora. Desde os primeiros jornais impressos no Brasil, temos uma mídia que colaborou na legitimação de governos, atuando direta ou indiretamente nos debates políticos, o que segundo Flores (2014, p. 45) seria a missão política e pedagógica da imprensa, “a de difundir ideias numa época de transformação”. Esse comportamento pôde ser observado nos principais acontecimentos históricos do/no Brasil ao longo dos séculos, onde ora os periódicos se colocavam ora a favor e ora em oposição ao debate político em questão. Foi assim durante todo processo de Independência do Brasil, com os jornais divididos entre monarquistas e republicanos; na luta pela abolição da escravatura, com abolicionistas e escravocratas; durante a Ditadura Militar (1964-1985), com boa parte da mídia tradicional apoiando o regime; na redemocratização, com as Diretas Já (1983-1984); na eleição e impeachment do Collor, na década 1990; e, mais recentemente, se colocando defensora da controversa operação Lava-Jato¹⁰, que foi a combustível para a deflagração da crise política e social que culminou no golpe/impeachment em 2016. Percebemos, então, nesse funcionamento, uma polarização que vai costurar toda a história da imprensa brasileira – em menor ou maior escala.

A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim das contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas

¹⁰ Em 2014, uma operação da Polícia Federal que investigava lavagem de dinheiro desmantela um esquema de corrupção na Petrobrás. Conhecida como Operação Laja Jato, ela foi a responsável por agravar a crise política do segundo governo Dilma, que teve seu ápice com a prisão do então ex-presidente Lula. Em junho de 2019, o portal The Intercept Brasil fez uma série de reportagens com documentos e conversas de aplicativos vazadas entre Deltan Dallagnol e o juiz Sérgio Moro, que mostravam parcialidade no processo de julgamento de Lula, assim como a obtenção ilegal de provas para incriminar os alvos da operação. Esse episódio ficou conhecido como “vaza-jato”, e colocou em dúvida tanto os métodos usados pela Laja-Jato, quanto os propósitos de Dallagnol e Moro em colocar como alvo excepcionalmente os políticos petistas, ainda que outros partidos tivessem sido citados nas delações premiadas.

seriam resolvidos. Assim, todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes. (SODRÉ, 1966, p. 380)

Ainda que esse comportamento citado por Sodré (1966) seja uma referência à imprensa no início do século XX, podemos perceber suas marcas até hoje na mídia hegemônica, que segue determinada pelas relações de poder constituídas. Ao explicar como se deu a passagem da pequena para a grande imprensa, Sodré (1966, p. 315) explica que os jornais passaram a fazer parte de grandes estruturas empresariais, afetando os modos de circulação e alterando a maneira como o jornal passou a se relacionar com seus anunciantes, com a política e, também, com seus leitores. Com essa mudança, a prática jornalística se funde com o modelo de negócios capitalista, assumindo ainda mais a sua posição de “guardiã” *status quo*. Desse modo, entendemos que a imprensa, enquanto AIE, tem um papel fundamental na estabilização dos sentidos, funcionando como instituição que (re)produz as posições dominantes produzindo um efeito de literalidade, ao mesmo tempo em que apaga o processo hegemônico de uma determinada interpretação (ALTHUSSER, 1985, p.68). Como aparelho ideológico, a mídia garante a reprodução de determinados sentidos, mantendo a ordem e o alinhamento à ideologia dominante. É desse modo que o jornal FSP se posiciona durante todo o período do processo de impeachment de Dilma. Sua função, como AIE, é a de justamente normalizar esse acontecimento, evitando as contradições e a produção de múltiplos sentidos.

Podemos perceber isso quando acessamos o arquivo digital do jornal Folha de S. Paulo. Disponibilizado no endereço eletrônico <https://acervo.folha.com.br/>, é possível ter acesso a todas as edições impressas do jornal, assim como seus editoriais. Ali, ao recuperar os editoriais publicados durante o período pré e pós o golpe de 2016, assim como o período pré e pós o golpe de 1964, entendemos que é pela repetição em forma de paráfrase que o discurso jornalístico da FSP vai cristalizando determinados acontecimentos ao longo do tempo. Discursivamente, compreendemos a paráfrase como sendo um processo de efeitos de sentido, que retorna um já-dito reformulado, abrindo espaço para novos sentidos sejam produzidos. (Radde, 2020. p. 225). Sendo assim, quando olhamos para este arquivo digital presente no site do jornal, é preciso analisá-lo a partir de um olhar analítico. Para Dela-Silva (2017), esses arquivos se apresentam apenas como um “conjunto de documentos disponível para consulta”, com sentidos estabilizados.

Em seu clássico texto “Ler o arquivo hoje” (1981), Pêcheux já nos advertia acerca da distância entre pensar o arquivo simplesmente “no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’ (PÊCHEUX, [1981] 2010, p.51) e a necessidade de se questionar as condições de produção do arquivo e a sua

opacidade, empreendendo um gesto de leitura para além de uma possível leitura literal, que considere o arquivo em seu funcionamento e em sua historicidade. (...) A questão a ser problematizada (...) é a maneira como tais arquivos tendem a ser significados (...). Desse modo, apaga-se o fato de quem um arquivo sempre é não todo. (...). (DELA-SILVA, 2017. P. 134)

A partir dessa reflexão, Dela-Silva (2017) aponta como os dizeres *sobre* produzidos pela mídia derivam de um gesto de interpretação “que constitui efeitos de sentidos para aquilo sobre o que se fala”. Para a autora, é esse gesto de interpretação que vai produzir “efeitos de evidência dos sentidos, tomando parte no processo de naturalização (...)” (Dela-Silva, 2017. p. 139). Entendemos, portanto, que essa naturalização é um gesto interpretativo a partir da leitura desse arquivo de documentos – no caso, edições do jornal impresso da FSP – possibilitando com que encontremos ali esse processo de cristalização dos sentidos sobre os golpes de 2016 e 1964. Para Mariani (1998), esse é o funcionamento próprio do discurso jornalístico, onde “mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si”.

No contexto da crise política em 2016, o discurso jornalístico sobre o processo de impeachment ganhou cada vez mais força, à medida que esses sentidos foram naturalizados como ritos jurídicos legais, que encontravam respaldo na Constituição Federal. A partir disso, percebemos que a grande mídia, aqui representada pela FSP, passa a atuar categoricamente para reforçar o efeito de legalidade do processo, evidenciando uma crise econômica e responsabilizando Dilma por isso. Podemos ver esse movimento nos editoriais impressos “**O País tem pressa**”, publicado em 18 de abril de 2016, e “**Governo Novo**”, publicado em 01 de setembro de 2016, conforme os trechos destacados:

Quadro 1 - Recorte dos editoriais impressos "O País tem pressa" e "Governo novo"

(...) Seja como for, nem pela via jurídica, nem pelas ruas cabe contestar o resultado, legítimo do ponto de vista constitucional e político. Reflete a vontade da maioria da população, e deriva de uma ação conduzida conforme regras sancionadas pelo Supremo Tribunal Federal (...). (O PAÍS TEM PRESSA, 2016. p.2)

(...) As acusações de fraude orçamentária, porém, embora pertinentes enquanto motivo para impeachment, nunca se mostraram irrefutáveis e soaram, para a maioria leiga, como tecnicidade obscura – e, para uma minoria expressiva, como pretexto de um “golpe parlamentar” (...). (GOVERNO NOVO, 2016. p.2)

Ao mesmo tempo em que os editoriais impressos trabalhavam para reforçar esse efeito de legalidade, no Instagram vimos um silenciamento em relação ao golpe/impeachment. A ausência de *posts*-editoriais que tratassem desse assunto mostra como o jornal atuou para (re)significar esse acontecimento naquele espaço, produzindo um efeito de apagamento dos acontecimentos de 2016. Entretanto, mesmo com a ausência dos *posts*-editoriais, a falha desse efeito de legalidade é evidenciada nos comentários em outras publicações do jornal no

Instagram. Assim, a memória do golpe de 2016 retorna ao fio do discurso, produzindo outros efeitos e outros gestos de leitura, para além daqueles que são apresentados no impresso e no site da FSP. Segundo Marilena Chauí (2016), as manifestações populares que engrossaram o coro a favor do processo de impeachment evidenciaram a polarização política que o país se encontrava, fazendo com que os sentidos de golpe fossem evidenciados, mesmo com o discurso jornalístico funcionando em sua forma didática e autoritária. Para exemplificar essa questão, trago recortes de dois comentários¹¹ feitos em *posts* no perfil da FSP no Instagram:

Figura 5 - Comentário extraído de um post da FSP, sobre a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, publicado dia 15/04/2016.

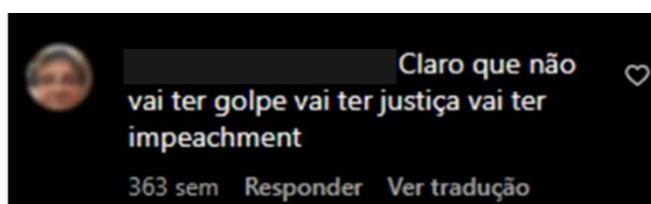
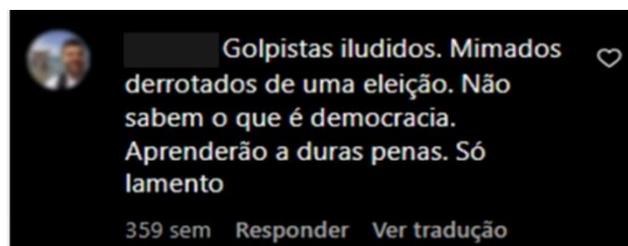


Figura 6 - Comentário extraído de um post da FSP, que mostra manifestantes de verde-amarelo comemorando o afastamento de Dilma Rousseff, publicado dia 12/05/2016.



Podemos ver na figura 5 que o comentário busca diferenciar golpe e impeachment a partir da palavra “justiça”. Nesse caso, há o entendimento de que o golpe é errado e que vai contra o que está na lei. Quando é dito que “Não vai ter golpe, (...) vai ter impeachment”, entendemos que esse indivíduo se filia ao discurso jornalístico sobre aquele acontecimento, reforçando os efeitos de legalidade do processo. Isso acontece devido a eficácia do simbólico, que faz com que esse indivíduo assuma uma posição dentro da luta de classes e seja interpelado pela ideologia em sujeito, fazendo com que haja uma identificação em relação aos discursos em circulação. Para Pêcheux (1988), esse processo de organização das posições políticas e

¹¹ Optou-se por borrar a imagem e cobrir a identidade de quem fez os comentários com uma tarja preta. Todos os outros comentários apresentados nesta pesquisa também terão a identidade coberta.

ideológicas é o que resulta nas Formações Ideológicas (FI), de onde deriva as Formações Discursivas (FD) que “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 1988, p. 147). Sendo assim, compreendemos que o enunciado apresentado na figura 5 mostra um sujeito que se insere no discurso pró-impeachment.

(...) o sentido de uma palavra (...) não existe ‘em si mesmo’. (...) é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aquele que as emprega (...) elas adquirem seus sentidos em referência às formações ideológicas. (...) Isso equivale afirmar que as palavras, expressões, proposições etc, recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos falantes (em sujeitos do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “Na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1988, p. 146-147).

Assim, os sujeitos recebem da formação discursiva a qual estão inseridas as interpretações possíveis da sua realidade, “enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”. (PÊCHEUX, 1988, p. 149), tornando possível que um mesmo significante produza diversos efeitos, uma vez que essa produção está intrinsecamente ligada ao sujeito e a sua relação com os sentidos. É o que acontece com golpe/impeachment, em que uma palavra recebe o sentido da outra, e vice-versa, conforme a FD que o sujeito está inscrito e a posição que ele ocupa. Essa posição, segundo Pêcheux (1988), é o que sustenta os sentidos dentro dos discursos.

(...) diferentes indivíduos, relacionando-se com um sujeito do saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes posições. Assim aquela mesma forma-sujeito (...), ao materializar os saberes vindos do interdiscurso, pode ocupar diferentes posições de sujeito no discurso. (...) A AD parte do pressuposto de que o sujeito não é a fonte do sentido, mas se forma por um trabalho de rede de memória, acionado pelas diferentes formações discursivas, que vão representar, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes nesse discurso. (GRIGOLETTO, 2007, p. 3)

Continuando com Pêcheux (1988), entendemos que é pela ideologia que as evidências de sentido são fornecidas, fazendo com que todos saibam “o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve”. Ainda segundo o autor, são essas evidências que fazem com que palavras e enunciados produzam um efeito de transparência, o que ele chama

de “*caráter mundial do sentido*” (Pêcheux, 1988, p.146). Essas evidências das palavras e enunciados são as “pistas” que o analista do discurso deve observar.

Os dizeres não são (...) apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com a sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito mas não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2005, p.30)

Retomando a figura 05, entendemos que esse sujeito assume tanto uma posição pró-impeachment, filiando-se ao mesmo conjunto de FD’s do jornal FSP, quanto uma posição golpista, contradição que se evidencia no comentário da figura 06, quando o sujeito do segundo comentário nomeia os indivíduos que apoiaram o processo de impeachment de “golpistas”, afirmando que eles “não sabem o que é democracia”. Como podemos ver, o comentário da figura 06 convoca outra memória sobre esse acontecimento, fazendo com que os sentidos de *golpe* e *impeachment* entrem em disputa. Recorremos, então, a memória discursiva que tira ambas as palavras da evidência e as (re)significa:

O modo de circulação dos sentidos no discurso eletrônico nos faz pensar que, pela sua especificidade, produz consequências sobre a função-autor e o efeito-leitor que ele produz. E estas consequências estão diretamente ligadas à natureza da memória a que estes sentidos se filiam. E, certamente, à materialidade significante de seus meios. (...) A memória discursiva é a que se constitui pelo esquecimento. (...) produzindo o efeito do já-dito. Isto é, nossas palavras trazem nelas outras palavras. (ORLANDI, 2006).

Aqui é interessante observar que os dois comentários foram recortados de publicações diferentes, sendo que o comentário da figura 5 é de um *post* sobre a votação do processo de impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados, que mostra uma foto com diversos deputados aglomerados na fila de inscrição para a votação. Já o segundo comentário, presente na figura 6, foi retirado de um *post* com uma foto de algumas pessoas vestidas de verde-amarelo, comemorando em frente a FIESP o afastamento de Dilma da presidência. Como podemos notar, as fotografias que ilustram cada uma das publicações dos comentários mencionados produzem diferentes efeitos e gestos de leituras à medida que vão circulando naquele espaço. Enquanto a fotografia na Câmara dos Deputados reforçou para alguns os sentidos de legalidade do processo de impeachment, a fotografia das pessoas de verde e amarelo em frente a FIESP, por outro lado, produziu um efeito que retomou a memória do golpe. A partir dessa reflexão, vamos nos

aprofundar nessa relação entre a publicação e os sujeitos dos comentários, uma vez que entendemos a importância que esses sujeitos têm, não só nos gestos de leitura, mas também devido a interação observada aqui entre o jornal e esse sujeito que é atravessado tanto pelo discurso jornalístico, quanto pelo discurso tecnicista da plataforma em que estão inseridos. Para Silveira (2021) esse sujeito presente nos comentários é significado de duas maneiras: a primeira por ser um sujeito-consumidor, que faz parte de um determinado “público-alvo” das próprias plataformas; e a segunda por ser um sujeito-leitor, que possui um gesto de leitura e interpretação a partir de um “efeito de livre determinação dos sentidos” (ORLANDI, [1986] 2014. p. 48). Segundo a autora, esse sujeito-leitor é assujeitado tanto pelo individualismo quanto pelos mecanismos coercitivos das instituições, o que faz com que os efeitos produzidos a partir da relação com o texto não sejam qualquer um, embora possam ser muitos.

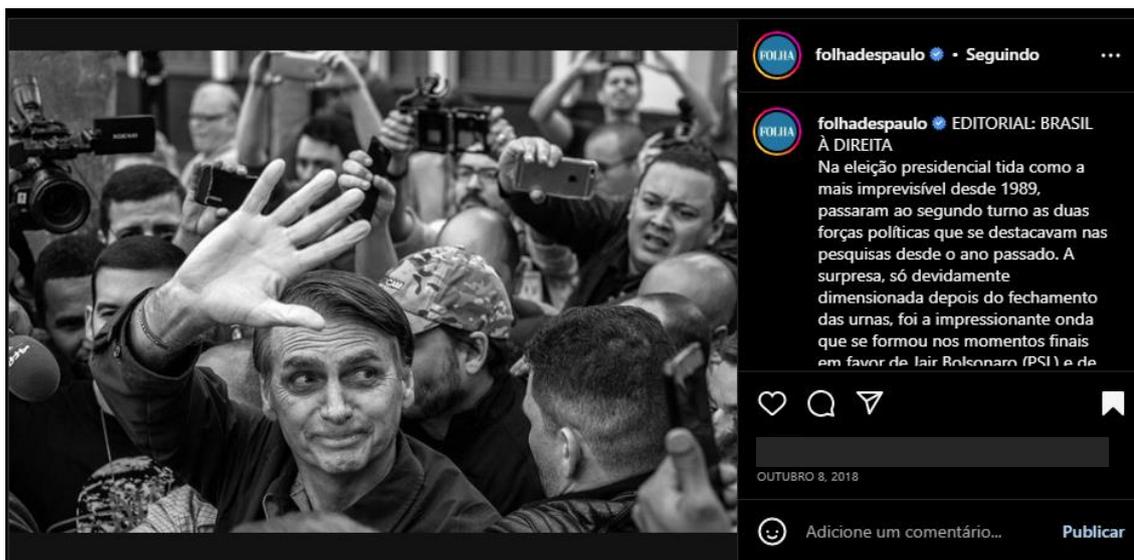
No caso dos comentários apresentados, entendemos que há ali uma sobredeterminação técnica, uma vez que a plataforma faz aquela publicação aparecer na *timeline* dos seus usuários, que podem ou não ser os mesmos leitores do jornal impresso, porém são sujeitos-consumidores de conteúdos que o Instagram entende como sendo relevante conforme os hábitos e interações que aquele sujeito tem na plataforma. Ao mesmo tempo, também há uma sobredeterminação discursiva, entendendo que esses sujeitos-leitores sofrem um atravessamento do discurso jornalístico e da instituição imprensa, enquanto um AIE de informação. Sendo assim, entendemos que esses sujeitos dos comentários (SILVEIRA, 2021) também passam a ser sujeitos-autores, na medida em que ao comentarem a publicação que o jornal fez no Instagram produzem outros sentidos para esse texto. Isso faz com que o texto que circula naquele espaço não se restrinja apenas ao discurso jornalístico da FSP, mas carregue também traços que de um discurso ordinário (SILVEIRA, 2021). Essa multiplicidade de sentidos produzida por diferentes discursos sobre um mesmo texto é o que possibilita com que as palavras golpe e impeachment sejam constantemente (re)significadas. As consequências disso é um efeito de polissemia em relação ao significante golpe, que passa a fazer parte de uma constante disputa simbólica para a nomeação do acontecimento de 2016. E é justamente sob esse efeito polissêmico em relação ao golpe - que materializa as disputas nos *posts*-editoriais e seus comentários - que três anos após o golpe/impeachment de Dilma, esse significante voltará a circular no Instagram da FSP, com efeitos diferentes, outros silenciamentos e uma nova construção simbólica.

3 A ARQUITETURA DO GOLPE NO PERFIL DA FSP

Até aqui fizemos um percurso que pretendeu dar conta de recuperar uma parte da historicidade da palavra golpe no Brasil. Isso foi necessário para que pudéssemos compreender como sentidos de golpe vão se produzir no perfil da FSP no Instagram a partir de 2019, quando Jair Bolsonaro assume a presidência do País, após um conturbado processo eleitoral. A partir das análises dos *posts*-editoriais e dos comentários vamos perceber que, ao mesmo tempo em que o jornal busca produzir novos sentidos para golpe, (re)significando-o e produzindo um apagamento tanto do golpe de 1964 quanto do golpe de 2016, nos comentários esses efeitos se fragmentam, possibilitando não só que essas memórias sejam retomadas, como produzindo um efeito de “falha” no discurso jornalístico. As sobredeterminações técnicas da plataforma, assim como os atravessamentos dos discursos econômico e tecnicista, tornam-se também fatores dominantes, fazendo com que aquele sujeito-leitor, que aqui passaremos a chamar de sujeito do comentário, produza sentidos fragmentados de golpe, furando o efeito de contingenciamento produzido pelo jornal.

Nosso ponto de partida é, então, o golpe/impeachment de 2016. Como já mencionado, durante os dois anos após o afastamento de Dilma, não foi encontrado nenhum *post*-editorial publicado no perfil da FSP sobre este assunto. O mesmo aconteceu em 2018, ano eleitoral em que diversos acontecimentos políticos explodiram no país, como a prisão de Lula pela Operação Lava Jato, chefiada pelo então juiz Sérgio Moro. Contudo, esse comportamento do jornal começa a mudar a partir de outubro de 2018, após Jair Bolsonaro (PSL) passar pelo primeiro turno das eleições presidenciais. Na ocasião, a FSP publicou seu primeiro *post*-editorial – que foi possível localizar – chamado “**Brasil à direita**”. Esse *post*-editorial começou a circular – no Instagram e no impresso - dia 8 de outubro de 2018, um dia após o primeiro turno. Diferente das fotos que acompanhavam os recortes de matérias, reportagens e coberturas jornalísticas, a foto do editorial vem em preto e branco, característica própria desses *posts*-editoriais da FSP.

Figura 7 - Post-Editorial "Brasil à Direita" publicado em 8/10/2018 no perfil da FSP.



Na figura 07 temos um recorte do *post*-editorial publicado no perfil da FSP no Instagram. A publicação apresenta uma fotografia em preto e branco de Jair Bolsonaro, então presidenciável, e que estava em evidência no contexto político das eleições de 2018. Seu oponente direto era Fernando Haddad, do PT, que assumiu a candidatura do partido após a Operação Lava Jato prender o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na legenda, vemos que o jornal traz o título do editorial, chamado de “Brasil à Direta”, seguido do texto editorial. Como já vimos anteriormente, aqui não é publicado o mesmo texto do editorial que circula no impresso. Devido às limitações da plataforma, apenas uma parte do texto é possível replicar aqui. Sendo assim, o jornal escolhe quais os trechos que farão parte da legenda do *post*-editorial, como no caso apresentado. De modo geral, o texto do editorial faz uma análise do primeiro turno das eleições, apontando possíveis motivos para que Bolsonaro tenha mantido um favoritismo, em contraponto com Haddad, que, de acordo com o jornal, só conseguiu passar para o segundo turno devido ao favoritismo de Lula no Nordeste, que possui o quarto maior colégio eleitoral do País – o Estado da Bahia. Percebemos isso pelo enunciado “Os votos do Nordeste, onde ainda se impõe a força do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), levaram Fernando Haddad à rodada final”. Ao apresentar uma “justificativa” para que Haddad tenha ido ao segundo turno, o jornal produz os efeitos de imparcialidade e objetividade, ainda que a sua opinião estivesse ali, uma vez que o texto se trata de um editorial, esses efeitos são o que possibilita a eficácia do discurso jornalístico, uma vez que o jornal utiliza de um senso comum, que é a popularidade de Lula nos Estados do Nordeste, como um fato.

a ‘objetividade’ dos fatos, ie, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já construído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação dos sentidos. O que constitui uma propriedade do discurso jornalístico? É a sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, é sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É também o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Estas propriedades estão (...) no cerne da produção jornalística. (MARIANI, 1998, p. 63)

Além disso, o jornal produz sentidos sobre a conjuntura política brasileira naquele momento, evidenciado pelo título do editorial que o caminho que o país estaria trilhando naquelas eleições seria voltado para um alinhamento político à direita. Trazer esse enunciado como título do editorial evidencia a polarização que o Brasil se encontrava nas eleições de 2018. Dizer que o Brasil estaria à direita, mostra que existe uma esquerda a qual existe uma oposição. Historicamente, a Folha de S. Paulo sempre teve um alinhamento político conectado às relações de poder capitalista e neoliberal, e traz esse posicionamento para seus editoriais. No caso do *post*-editorial apresentado na figura 06, o jornal coloca Bolsonaro como um “azarão” político, evidenciando isso a partir do enunciado “foi a impressionante onda que se formou nos momentos finais em favor de Jair Bolsonaro (PSL)”. Não há aqui um movimento de apoio ao candidato, mas sim um reforço no discurso antipetista, que vem sendo inflado desde o golpe de 2016. Para apoiar a análise, e observarmos como desde o primeiro *post*-editorial os sentidos de golpe vão sendo retomados, trago dois recortes de comentários presentes nessa publicação. O primeiro recorte mostra os comentários que mais receberam curtidas de outros usuários da plataforma. Já o segundo recorte mostra a fragmentação dos sentidos de golpe produzidos por esse *post*-editorial. Vejamos o quadro a seguir¹²:

Quadro 2 - Recorte dos comentários extraídos do *post*-editorial “Brasil à Direita”

<p>██████████ (428 curtidas) Parabéns Nordeste! Somos sinônimo de luta ao preconceito! E dando aula aos intruídos "sulistas" que hj só pregam ódio e intolerancia. Orgulho de nós e sigamos no combate pq dia 28 tem mais demonstração de cidadania e respeito ao proximo!!</p>
<p>██████████ (198 curtidas) Obrigada NORDESTE 🍀</p>
<p>██████████ (169 curtidas) A votação dos Nordestinos não foi devida a uma imposição do Lula ou do PT, foi por sensatez, inteligência, amor ao próximo e conhecimento da História do Brasil BR.</p>
<p>██████████ (124 curtidas)</p>

¹² Devido a extensão na quantidade de comentários presentes nos arquivos, optou-se por apresentar os comentários em forma de quadro e não de imagem. O texto dos comentários foi mantido exatamente o mesmo, sem que fossem feitas quaisquer modificações em possíveis falhas de digitação do usuário.

O povo nordestino é um povo por quem tiro meu chapéu, enquanto o restante come ovo e rota caviar, pura gente metida a rico, quer ser oq não é até na política

██████████ (118 curtidas)

É tanto que somos considerados a segunda nação mais ignorante do mundo...Tantos votos pra um doente patético desse. Nojo! 🤢

██████████ (115 curtidas)

Eu como Baiano, e viajante do nosso sertao baiano, vejo a miseria que o nosso povo passa! E eu digo como prova do que vi, o PT destruiu nosso país, o pobre continua pobre, e os governos do PT assaltou os cofres publicos do nosso País com a maior corrupcao da historia! Problema dos pobres nordesditos é a falta de informacao, ficam a mercer do unico meio que tem, a midia!

Como podemos perceber, os quatro comentários mais curtidos por outros usuários/leitores dizem respeito ao que o jornal trouxe sobre Haddad só ter conseguido ir disputar o segundo turno devido aos votos do Nordeste, evidenciando tanto a polarização, mencionada anteriormente, quanto o senso comum de que o Nordeste brasileiro é em sua maioria petista, portanto, também de esquerda. Além disso, os enunciados “luta contra o preconceito”, “dando aula aos intruídos "sulistas" que hj só pregam ódio e intolerancia “, “sensatez”, “amor ao próximo”, “povo por quem tiro o meu chapéu” presentes nos primeiros comentários mostram que há um pré-construído em relação a população nordestina, que se evidencia no último comentário, quando o usuário fala dos “pobres nordestinos” sofrem com a “falta de informação” e por isso votam majoritariamente no PT. Esses pré-construídos e essa polarização vão permear todos os comentários presentes nessa publicação, e se mostrar como uma regularidade em relação à interação dos sujeitos-usuários/leitores, com o discurso jornalístico da FSP. É interessante perceber nesses comentários que tiveram maior interação, que a menção à Bolsonaro e ao Brasil estar “à Direita” não acontece de maneira direta, mas se mostra presente quando vemos esses sujeitos demonstrarem sua “gratidão” ao nordeste por aquele pleito eleitoral ter ido para o segundo turno. Com exceção do último comentário, não vemos aqui uma filiação desses sujeitos aos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico nesse *post*-editorial, causando aí uma falha nesse discurso, que acontece justamente pela possibilidade de existir um espaço imbricado à publicação que permite com que os sujeitos-usuários/leitores passem a ser também sujeitos-autores dessa publicação, produzindo novos gestos de leitura do texto em questão.

Ao analisar os comentários durante uma apresentação síncrona em um congresso acadêmico, Silveira (2021) nos traz que esses comentários “se situam na fronteira entre o público e o privado”, e mesmo que eles não modifiquem substancialmente a prática de um discurso já legitimado, eles produzem “efeitos e deslocamentos”. (Silveira, 2021. p. 289). No caso dos comentários presentes no *post*-editorial da FSP no Instagram, podemos perceber esses

deslocamentos uma vez que no jornal impresso não há esse espaço de interação. O espaço dos comentários propõe uma nova relação entre o discurso jornalístico, o discurso da escritorialidade – ao qual o *post*-editorial está inscrito, e o discurso ordinário dos sujeitos dos comentários, produzindo conflitos, falhas e a fragmentação dos sentidos. Vejamos agora o segundo recorte feito dos comentários presentes na publicação da figura 06, e que mencionaram o significante golpe:

Quadro 3 - Recorte dos comentários extraídos do *post*-editorial “Brasil à Direita”

[Redacted]
 Como que pode uma pessoa eleita no país todo (exceto Nordeste) ir pro segundo turno? Tem golpe aí, mas não tem problema, arrebentamos no 1º turno e vamos atropelar no 2º! #B17 #BolsonaroPresidente17 #17 #NãoaComunismo"
 [Redacted]
 @na_sugiyama Para quem apoiou o golpe.... O que esperar?

No primeiro comentário, o usuário questiona o fato de haver segundo turno. Para ele, houve um “golpe” já que Bolsonaro não foi eleito logo no primeiro turno. Perceba que aqui a palavra golpe não remete necessariamente a nenhuma dos dois acontecimentos que marcamos anteriormente (o golpe de 1964 e o de 2016). Pelo contrário, ela é colocada como um substantivo, que semanticamente podemos remeter a frase popular “tem coisa aí”, ou seja, algo está errado em ter segundo turno. Há aqui uma (re) significação do sentido de golpe ao mesmo tempo em que acontece um processo de “banalização”, da palavra, apagando os sentidos políticos que ela reclama. Por outro lado, vemos no segundo comentário uma resposta de outro sujeito-usuário/leitor em que esses sentidos apagados no comentário anterior são retomados. Ao dizer “Para quem apoiou o golpe... o que esperar?”, esse usuário/leitor retoma tanto a memória do golpe de 1964 quanto o de 2016. Já sabemos que o jornal Folha de S. Paulo apoiou o Golpe Militar em 1964, assim como atuou ativamente para reforçar o discurso antipetista e de legalidade do processo de impeachment em 2016, culminando em um novo golpe de Estado. Toda a historicidade de golpe que recuperamos nos capítulos anteriores é evidenciada nesse enunciado, assim como a falha no discurso jornalístico. Essa interação entre os sujeitos dos comentários e a Instituição imprensa, enquanto um AIE, se dá no confronto entre os diferentes efeitos produzidos a partir de diferentes gestos de leituras em um espaço enunciativo informatizado, como o Instagram. É na circulação desse *post*-editorial, controlada por definições algorítmicas, que faz com que diferentes sujeitos, ocupando diferentes posições, escrevam suas opiniões em uma espécie de coautoria com o *post*-editorial, possibilitando não só a fragmentação do significante golpe, como também os múltiplos sentidos que um *post*-

editorial pode produzir a partir de suas determinações técnicas. Esse funcionamento vai determinar como a FSP discursiviza sobre os golpes do/no Brasil no seu perfil do Instagram, assim como os comentários vão evidenciar as falhas e contradições do discurso jornalístico nesse espaço. A partir disso, compreendemos que a instituição impressa, enquanto AIE, vai sempre apresentar uma determinada realidade com objetivo de manter a reprodução das relações de produção (ALTHUSSER, 1985. p.78), o que discursivamente impossibilita que a FSP formule outros dizeres sobre golpe, que não sejam os de apagamento e silenciamento dos golpes passados, assim como a sua (re)significação conforme as condições de produção dadas.

Ao mesmo tempo, também é preciso considerar nessa relação a sobredeterminação do Instagram em relação à essas condições de produções. Desse modo, entendemos que a plataforma também poderia funcionar como um AIE de informação, na medida em que distribui e faz circular o que é produzido pela FSP conforme regras próprias, gerido por algorítmicos, também com o objetivo de manter a reprodução das relações de produção de um Estado Neoliberal.¹³ Pêcheux (1988, p.131), faz uma leitura de Althusser quando diz que os AIE não expressam a dominação de uma ideologia dominante, mas sim, são o lugar e o meio para que ela se realize. Além disso, esses aparelhos não reproduzem simplesmente as relações de produção, mas constituem de maneira simultânea e contraditória as condições ideológicas de transformação dessas relações.

(...) essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta. (...) Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classes: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” - seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (luta de classes) na ideologia. (PÉCHEUX, 1988, p.131-132)

Voltando a Althusser, é importante trazer como o lugar de cada sujeito é marcado dentro da ideologia, sendo ocupado por entidades abstratas, como o céu, a humanidade, o Capital, a Nação (Althusser, 1985, p.8). São esses símbolos específicos que fazem com que a ideologia funcione. Sendo assim, o efeito ideológico é uma condição necessária para a reprodução das relações de produção, sem que se confunda com mecanismos propriamente

¹³ Nos capítulos seguintes será destrinchada a relação entre o Instagram e a ideologia Neoliberal, suportando, assim, a hipótese de as plataformas digitais também serem consideradas como um AIE de informação.

econômicos. É a partir dessa costura e da compreensão do funcionamento da ideologia sobre os sujeitos, que os gestos de leitura e interpretação se tornam possíveis.

Para a Análise do Discurso: a. a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (...) b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos). c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. (ORLANDI, 2005, p. 19-20)

Sendo assim, ao pensarmos na instituição imprensa como um AIE, situando-a dentro de um contexto de luta de classes, podemos observar como o seu funcionamento se dá a partir da perspectiva discursiva. No caso da mídia hegemônica, essa posição é determinada pela sua identificação em relação à sua formação ideológica dominante. Desse modo, entendemos que o jornal Folha de S. Paulo, que faz parte dessa mídia hegemônica, assume uma posição-sujeito institucional, o que vai determinar a maneira como os enunciados referentes a *golpe* são formulados nos *posts*-editoriais que circulam no Instagram. Avançamos um pouco mais no tempo, para janeiro de 2020, um ano após o capitão reformado do exército, Jair Bolsonaro (PSL) ganhar as eleições e tomar posse como Presidente do Brasil. Com mais de 57 milhões de votos, Bolsonaro venceu seu adversário nas urnas, Fernando Haddad (PT), em meio a um país dividido e imerso numa onda crescente de descrédito com o sistema político e seus representantes.

À medida que o Brasil se digitalizava, ficava cada vez mais evidente o tamanho das massas excluídas do espaço público e da conversa política (...). As instituições enfrentavam dificuldades mortais para transportar autoridade e poder para esse novo território. A ideia de poder vertical, com sua lógica de lugares vazios e personagens em ocupação transitória, foi dando lugar ao fato de que o poder digital seguia outra lógica. Famílias empoderavam seus costumes e seus preconceitos, indivíduos excluídos organizam-se em grupos de ressentimento e resistência, comunidades formadas pela identidade de gênero, raça e orientação sexual segmentavam discursivamente o consumo (DUNKER, 2022, p. 172).

Nesse contexto, tínhamos também um conjunto formado pela mídia tradicional, as elites e o empresariado voltado para objetivos econômicos neoliberais, que com a vitória de Bolsonaro, eram representados pelo então Ministro da Economia Paulo Guedes – a cara do programa econômico de Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Essa foi a configuração política do país no primeiro ano de governo. Ao passo em que essa conjuntura era construída e observada nos editoriais do jornal impresso, o mesmo não acontecia no Instagram. Durante todo ano de 2019 e boa parte do começo de 2020, a FSP raramente fez *posts*-editoriais, e quando o fez foram em momentos específicos, geralmente devido à grande repercussão, e, geralmente, com o discurso econômico atravessando o discurso jornalístico. Esse era um reflexo não só

desses objetivos em comum a favor de pautas econômicas, como um atravessamento indissociável produzido pela plataforma, que com o passar do tempo foi naturalizando sua origem econômica, voltada aos interesses privados de grandes monopólios corporativos¹⁴. Sendo assim, compreendemos que os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico da FSP sobre golpe no Instagram, não poderiam circular sem o atravessamento do discurso econômico, o que possibilitou que novos gestos de interpretação fossem mobilizados e outras formações imaginárias fossem construídas na relação dos sujeitos com esse significante. É o que acontece após anos de silenciamento sobre o golpe/impeachment de 2016 no perfil do jornal. Quando, em janeiro de 2020, a FSP traz novamente as palavras golpe e impeachment para os *posts*-editoriais, os sentidos já são outros, como podemos observar na figura 8:

Figura 8 - post-editorial de 01/01/2020. No impresso, esse editorial se intitula “Travessia”.



Esse é um *post*-editorial publicado no dia 1º de janeiro de 2020. Nele, a FSP faz uma breve avaliação sobre o primeiro ano do governo Bolsonaro. Percebemos que no texto que está presente na arte temos algumas formulações destacadas em negrito. A foto utilizada é a de Bolsonaro, sorrindo com um ar meio debochado, apontando para a faixa presidencial. Podemos notar que, nesse *post*-editorial, ao mesmo tempo em que a FSP produz um efeito de descontentamento em relação a Bolsonaro, ela vai reforçar sua posição-sujeito institucional, direcionando sentidos sobre impeachment e golpe, trazendo novamente uma explicação

¹⁴ Hoje as principais plataformas de comunicação (Instagram, Facebook, Whatsapp, Twitter, Telegram...) fazem parte de monopólios empresariais internacionais, sendo que as três primeiras plataformas citadas compõem apenas uma empresa, a Meta.

didática sobre cada uma dessas palavras. Notemos que na arte a palavra golpe não aparece de maneira direta, porém temos um sentido destacado no enunciado “Presidente hostil aos valores democráticos de 1988”. Ao usar o adjetivo “hostil” para se referir a Bolsonaro, a FSP produz um efeito de alerta em relação ao comportamento do Presidente. O complemento “aos valores democráticos de 1988” reforçam esse efeito, como se fosse um aviso de que as ações de Bolsonaro poderiam, em algum momento, levar a uma possível ruptura do Estado democrático representado pela CF. Recorrendo à memória discursiva, compreendemos que os sentidos aqui mobilizados estão relacionados ao golpe de 1964, uma vez que Bolsonaro é um capitão reformado do exército. Desse modo, o sentido de golpe relacionado a uma ruptura militarizada, violenta e repressiva passa a circular junto com esse *post*-editorial. Como podemos perceber, ao mesmo tempo em que a FSP retoma um certo sentido para golpe, ela também silencia e apaga os sentidos sobre o golpe de 2016. Ao dizer que, pela “primeira vez ela [a Constituição de 88] teve testada a sua integridade”, isso impossibilita falar que em 2016 houve um golpe e não um impeachment já que, pelo enunciado em questão, até Bolsonaro assumir a presidência, a Constituição não havia sido “ferida”. Outro silenciamento presente aqui é o fato histórico já mencionado do apoio da Folha de S. Paulo ao golpe militar de 1964. Sabe-se, a partir dos próprios editoriais da FSP, que o jornal não só defendeu a tomada de poder pelos militares, como permaneceu boa parte da ditadura ao lado do regime. Em contrapartida ao que circulava no Instagram, no editorial impresso o jornal mobilizava outros sentidos a partir de enunciados que não são formulados no *post*-editorial, inclusive o título, “Travessia”. Vejamos o recorte a seguir:

(...) o medo do impeachment parece acosar o mandatário, contribuindo para as constantes reviravoltas em suas intenções e medidas, o que não deixa de ser uma prova da ubiquidade dos mecanismos de prevenção dos abusos de poder. (...) A área econômica desponta como exceção nas habilidades técnicas, mas não nas políticas. (...) A reforma da previdência e o avanço na do saneamento básico se devem mais ao esforço do Congresso. (...) A aceleração da atividade econômica surge agora como o maior, senão for o único, elemento para salvar o mandato da mediocridade. (TRAVERSIA, 2020, p. 02)

Nesse trecho do editorial, o jornal traz o enunciado “o medo do impeachment parece acosar o mandatário”. Podemos perceber que neste caso, ao usar a palavra impeachment, os sentidos mobilizam a memória do golpe/impeachment de Dilma, produzindo um efeito de

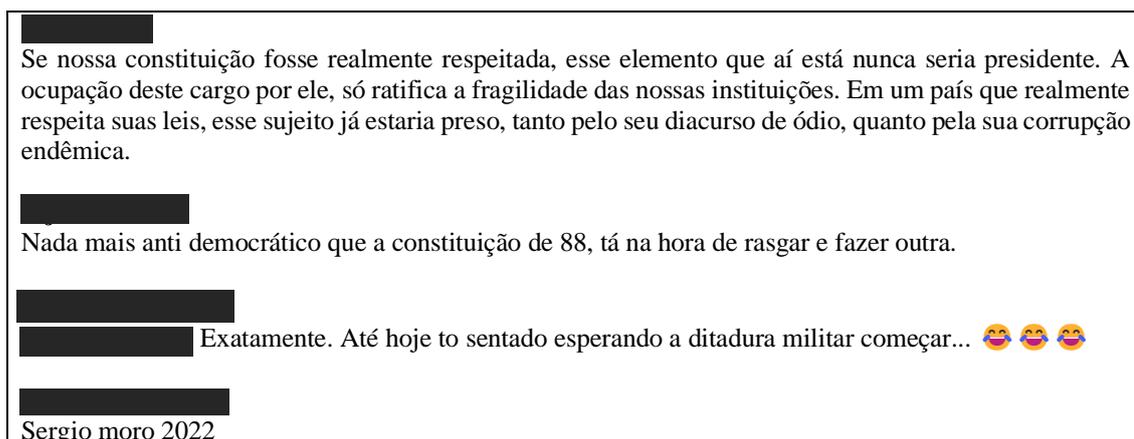
repetição. Esse enunciado também aproxima a figura política de Dilma a de Bolsonaro¹⁵, como se ambos tivessem cometido crimes cuja consequência seria o impeachment. Também podemos ver nesse enunciado o atravessamento do discurso econômico quando o jornal cita que a “área econômica desponta como exceção”, e que “A aceleração da atividade econômica” seria o único fator capaz de “salvar” o governo. Aqui há novamente um efeito que aproxima Bolsonaro de Dilma, com a FSP trazendo a pauta econômica como uma definidora de um bom ou mau governo. No caso de Bolsonaro, a pasta econômica que vai bem – chefiada pelo ministro liberal Paulo Guedes – é a única coisa que poderia salvá-lo de um impeachment. Já no caso da Dilma, fica evidente que o fato de ter interferido diretamente em questões econômicas foram os “motivos” que a levaram até o caminho do impeachment. Podemos perceber nessa relação que o jornal utiliza o instrumento legal do impeachment como uma “arma” a serviço da manutenção do Estado liberal, o que vai marcar a posição da FSP ao longo dos seus editoriais. Sendo assim, temos na circulação do jornal impresso um editorial que retoma toda a historicidade do golpe de 2016, ao passo em que no Instagram circula um *post*-editorial que silencia e apaga esses sentidos, colocando em evidência apenas a hostilidade de Bolsonaro em relação à democracia, ou seja, mobilizando outros sentidos para golpe.

Além das questões já observadas em relação a significação de golpe, podemos pontuar também nesse jogo entre o editorial e o *post*-editorial, a diferença no efeito-leitor provocada pelo impresso e pelo Instagram. Enquanto no impresso espera-se que o efeito-leitor seja de apoio à gestão econômica do governo Bolsonaro, ainda que o Presidente teste a Constituição, no Instagram o mesmo não acontece. Isso se dá devido a presença do sujeito do comentário, como já apresentamos anteriormente. Como no jornal impresso não há a possibilidade de uma interação direta com o sujeito-leitor, o efeito-leitor se dá a partir das instâncias de poder legitimadas dos discursos da escrita e jornalístico. Já o efeito-leitor produzido a partir do sujeito do comentário é produzido a partir do discurso da escritoralidade e atravessado pelo discurso

¹⁵ Para que seja possível conectar o nome de Jair Bolsonaro com Dilma Rousseff no título do editorial, é necessário recuperar a memória política que coloca essas duas figuras lado a lado. Para além de adversários no campo político, o jornal coloca Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro em uma mesma posição, unindo os dois a partir do nome e sobrenome e mostrando que o futuro de Bolsonaro enquanto Presidente estaria caminhando para o mesmo lugar de Dilma, produzindo dois apagamentos: (1) o reforço a legitimidade do processo de impeachment – quando entendemos como um processo golpista; (2) o único evento que coloca Bolsonaro e Dilma em um mesmo campo – ainda que de lados opostos – que foi o momento de fala do Bolsonaro na votação da Câmara dos Deputados pela abertura do processo que tiraria Dilma da presidência, em abril de 2016. Na ocasião, Bolsonaro fala, em sua justificativa de voto, que sua motivação seria “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Ustra foi o responsável por torturar Dilma quando foi presa, em 1970, durante a ditadura militar no Brasil. Assim, ao colocar essas duas figuras lado a lado no título do editorial, o jornal apaga tanto a evidência da tortura, quanto o seu apoio institucional ao golpe militar de 1964 e o golpe de 2016. (TEIXEIRA, 2021, p.766)

econômico e tecnicista da plataforma. Isso faz com que o efeito-leitor produzido seja fragmentado, possibilitando uma multiplicidade nos gestos de interpretação daquele *post*-editorial, o que não acontece no editorial. Vejamos alguns recortes de comentários feitos na publicação da figura 8:

Quadro 4 - Recorte dos comentários extraídos do *post*-editorial "Travessia"



Como podemos observar nos comentários apresentados, o efeito-leitor produzido pelo *post*-editorial é diferente daquele produzido pelo editorial no jornal impresso. Isso acontece porque os trechos escolhidos para formular o *post*-editorial direcionam os sentidos para a questão da resistência da Constituição Federal em relação aos movimentos hostis de Bolsonaro. Já no editorial a questão da gestão econômica positiva se evidencia, produzindo um efeito de imparcialidade na medida em que tanto os pontos positivos quanto negativos do Governo Bolsonaro são apresentados ali. Retomando os comentários, percebemos como a fragmentação dos sentidos produzem diferentes gestos de leitura desse texto. Quando um sujeito-usuário/leitor diz que “Nada mais anti democrático que a constituição de 88”, ele fura o discurso jornalístico daquele *post*-editorial, produzindo um outro efeito-leitor que entra em contradição com os sentidos que aquele texto está produzindo. Outro comentário que produz esse efeito de falha no discurso jornalístico é o que diz que “Se nossa constituição fosse realmente respeitada, esse elemento que aí está nunca seria presidente”. Mesmo assumindo uma posição contrária àquela do sujeito-usuário do comentário anterior, esse enunciado afirma que a Constituição já havia sido ferida apenas por ter permitido com que Bolsonaro se tornasse Presidente, aqui intervém uma memória de possíveis crimes cometidos por Bolsonaro contra a Constituição antes mesmo das eleições. Por outro lado, em contradição com esse comentário, temos outro sujeito usuário que diz estar esperando o golpe militar, um efeito dos discursos polarizados que circularam durante as eleições de 2018. Esses sentidos apontam, entre outras coisas, para uma

contradição incontornável, presente na política brasileira e na memória do processo de escrita de sua Constituição vigente, que reside no fato de o Bolsonaro ser uma figura militar ocupando o cargo presidencial. E, como não podemos deixar de notar, temos um comentário que diz “Sergio moro 2022”, que materializa de modo singular a posição da FSP neste editorial, fazendo referência ao então Juiz Sergio Moro, uma das figuras de destaque nos principais acontecimentos da Operação Lava Jato. Moro empunhava um discurso anticorrupção que, junto com o discurso neoliberal de Paulo Guedes, foi o carro-chefe da ascensão de Bolsonaro no cenário das eleições presidenciais de 2018. Inclusive, Sergio Moro tornou-se Ministro da Justiça de Bolsonaro, passando a ser a imagem simbólica do governo de luta contra a corrupção, reforçando os discursos antipetista e contra a esquerda que, no caso desse comentário, vem ocupar imaginariamente o lugar de presidente ideal, aquele que responderia positivamente à agenda econômica elogiada pelo editorial, mas sustentada por uma figura não militar.

Todos esses enunciados presentes nos comentários da publicação fazem com que tenhamos, ao mesmo tempo, inúmeros discursos que se encontram em contradição o tempo todo com o discurso jornalístico, fazendo circular sentidos fragmentados, tanto sobre o que está sendo dito no *post*-editorial, quanto em relação a palavra golpe, uma vez que esse significante continua sendo formulado nos comentários. Percebemos aí a eficácia do simbólico, retomando o significante golpe sem que ele seja diretamente mencionado no texto do *post*-editorial. Vemos também o funcionamento do discurso jornalístico, que mesmo falhando – como vimos nos comentários, exerce a sua força enquanto um AIE, na (re)significação de golpe ao longo do tempo, silenciando e apagando o golpe de 2016, e reativando uma memória do golpe militar de 1964, ao convocar característica como autoritarismo, hostilidade e ruptura democrática violenta.

Em seu funcionamento o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros (...) (MARIANI, 1998. p. 60)

Desse modo, compreendemos que a FSP (re)significa e atualiza os sentidos de golpe ao aproximar Bolsonaro desse significante. Nas próximas análises, veremos como a palavra golpe passa a ser repetida categoricamente pelo jornal, com menção direta ou parafrástica. Também vamos observar que, mesmo a FSP produzindo um contingenciamento de sentidos em

relação aos golpes do/no Brasil, a interação com os sujeitos dos comentários faz com que aconteça justamente o oposto, produzindo um efeito de “vazamento” desses sentidos.

3.1 O “ACIDENTE HISTÓRICO” DE 2018

Durante a trajetória de pesquisa algo que me chamou atenção foi como a FSP construiu uma narrativa sobre Bolsonaro que o infantilizava, minimizando suas ações, ao mesmo tempo em que também produzia um efeito de alerta toda vez que ele mobilizava sentidos sobre um golpe de Estado, como se as ameaças feitas contra a democracia fossem apenas uma “birra”. Vejamos o *post*-editorial a seguir:

Figura 9 - Post-editorial de 22/02/2020. No impresso, ele se intitula "Foliões na política".



Na figura 9, o *post*-editorial segue com as mesmas críticas a Bolsonaro, adjetivando sua vitória nas urnas como um “acidente histórico”. Quando o jornal fala em “acidente”, há dois efeitos possíveis nesse significante. O primeiro que busca reforçar o discurso dominante do jornal, que busca se afastar da figura de Bolsonaro ao dizer que a sua vitória não deveria ter acontecido. Ao mesmo tempo, outro efeito paira nesse significante: a de que a sua eleição não foi ao acaso, não foi a vitória de um “azarão” político *outsider*. Quando olhamos para a palavra “histórico” associada a esse substantivo, entendemos que houve ali um acontecimento que marcou a história do país, ou seja, um ponto de passagem para algo novo, que não se esperava.

A foto que acompanha esse *post*-editorial traz mais elementos para compreender esse efeito de sentido. A montagem conta com o rosto de Bolsonaro colado em uma figura um pouco cômica, fazendo alusão ao título do editorial, publicado no impresso, chamado de “foliões na política”. Embora o título não esteja presente na publicação, a fotografia dá conta de reproduzi-lo, considerando que esse *post*-editorial é publicado dia 22 de fevereiro de 2020, um sábado de carnaval. A montagem feita na fotografia que acompanha o *post* faz uma referência às máscaras de carnaval de Bolsonaro que se popularizaram durante o carnaval, mas que já era um adereço familiar desde a época das manifestações contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Na ocasião, usavam-se máscaras de Dilma e Lula como presidiários, adereço que também esteve presente em outros carnavais. Essa maneira “cômica” e “debochada” de tratar os líderes políticos é um efeito da relação que se passou a ter com a política brasileira nos últimos anos. Além disso, o tom caricato da fotografia reforça um efeito de descrédito, sentido que é constantemente retomado pela FSP quando fala sobre Bolsonaro. Desse modo, o efeito sobre a imagem de Bolsonaro apresentada no perfil do jornal no Instagram é o de que ele não deve ser levado a sério. Vejamos alguns comentários recortados desse *post*-editorial:

Quadro 5 - Recorte dos comentários extraídos do *post*-editorial "Foliões na Política"

██████████
 Não foi um acidente histórico, o Trump não foi um acidente histórico. Empresas, mídia, mercado, agentes colaboraram para que as sociedades fossem inflamadas. Não foi sem querer.

██████████
 Tarde demais né folha???

██████████
 Acidente não! Bolsonaro é o efeito colateral do golpe que a grande imprensa e os ricos ajudaram a eleger

████████████████████
 Bom mesmo é o Lula e sua instituição de corrupção, né?

██████████
 Folha precisa ser mais patriota e torcer para a coisa dar certo e não ficar só torcendo contra, o povo não aceita mais isso

Como podemos ver no recorte, ainda que o jornal busque contingenciar os sentidos sobre golpe, eles vazam através dos comentários. Notemos que alguns sujeitos-usuários contestam o adjetivo de “acidente histórico” dado à eleição de Bolsonaro, relacionando-o como uma consequência do golpe de 2016. Isso fica evidente nos enunciados “não foi sem querer”, “tarde demais” e “Bolsonaro é o efeito colateral do golpe”. Desse modo, ainda que o jornal produza um apagamento do golpe de 2016, a interação do *post*-editorial com os sujeitos dos comentários produz um efeito de resistência a esse apagamento, uma vez que esses sentidos

estão sempre sendo retomados, como já vimos nas análises anteriores. Por outro lado, esses enunciados entram em uma disputa simbólica com outros enunciados, formulados por sujeitos-usuários que falam de uma posição diferente e são afetados por outros discursos em circulação. Isso se marca em comentários como “Bom mesmo é o Lula e sua instituição de corrupção, né?”, nesse caso há um atravessamento do discurso lavajatista, que colocou Lula como “chefe” de um esquema de corrupção no País, o que foi representado por um diagrama com o nome de Lula no centro e diversas palavras-chaves como “Petrolão”, “Governabilidade Corrompida”, “Depoimentos”, “Poder de decisão” e “Maior beneficiado” ligadas a ele por meio de setas.

O diagrama feito pela Operação Lava Jato para explicar e sustentar as denúncias contra Lula, acabou “viralizando” como o “PowerPoint de Lula”, passando a circular em diversas plataformas digitais. Em outro comentário, temos um sujeito-usuário/leitor que diz “Folha precisa ser mais patriota e torcer para a coisa dar certo e não ficar só torcendo contra o povo não aceita mais isso”. Assim como o primeiro comentário produzia um efeito de contestação em relação ao que o jornal havia escrito no texto da publicação, esse último comentário também produz um efeito de contestação, porém isso acontece a partir de um outra posição-sujeito, contrária tanto à posição do jornal quanto à posição do sujeito-usuário/leitor do primeiro comentário. Essa relação contraditória produz novos gestos de leitura, tanto em relação ao texto do *post*-editorial quanto em relação aos sentidos de golpe que ficam pairando nessas interlocuções de maneira fragmentada. Além disso, quando o último comentário diz que “o povo não aceita mais isso” e que o jornal deveria ser mais “patriota”, ele não só expõe a falha do discurso jornalístico, como também apresenta um sujeito-usuário identificado com o discurso bolsonarista que, como veremos nas próximas análises, produz um efeito de massa a partir da mobilização de símbolos, como a bandeira do Brasil, e a exaltação do nacionalismo.

O fenômeno mais típico dessa regressão ao estado de massa é a impossibilidade de se fazer escutar por argumentos ou fatos, além da relativa irrelevância das fontes (...) Os interlocutores repetem monólogos com crescente agressividade. A regressão ao funcionamento de massa, com sua estereotipia e sua certeza dogmática, produziu um extenso sentimento de divisão social, rompendo laços e dissociando relações. (DUNKER, 2022. p. 174-175)

Ao falar sobre a diferença entre massa, grupo e classe, Dunker (2022) nos apresenta a noção de massas digitais, que funcionam a partir de uma outra idealização da política, com líderes que confrontam as institucionalidades e pregam o sentimento “antipolítico”. O autor explica que quando grupos de referência começam a funcionar como massas digitais e “quando a idealização de um líder torna cada um de nós um herói em potencial, os afetos assumem uma

dinâmica segregativa” (Dunker, 2022. p. 169). Esse funcionamento vai ao encontro do que Silva Junior (2021) fala sobre produção de um novo pacto social a partir do desenvolvimento e consolidação do neoliberalismo. Ele destaca duas mudanças, em especial, que transformaram nossas estruturas sociais: (1) a alteração na composição política brasileira, com um ressentimento profundo à política tradicional; (2) a internet, que transformou a relação da mídia com as tecnologias, e seu uso na política, em um fato irreversível (Silva Junior, 2021, p. 268). Essa transformação não só abriu espaço para a solidificação da ideologia neoliberal, como aproximou ainda mais essas novas tecnologias às instâncias de poder. Segundo o autor, o neoliberalismo trouxe a presença de um sujeito atravessado pela formação discursiva neoliberal, com suas formas de verdade, valores morais e instituições sociais. Para ele, há nesse sujeito uma ideia de liberdade que está associada a uma não-submissão às normas sociais (Silva Junior, 2021, p. 271). A seguir, veremos tanto o funcionamento das massas digitais proposta por Dunker (2022), quanto a caracterização desse novo pacto social neoliberal apresentado por Silva Junior (2021).

3.2 A “PERIGOSA AVENTURA” BOLSONARISTA

Com o passar do tempo, fui percebendo que a FSP começou a atribuir o significativo golpe a Bolsonaro de maneira parafrástica, a partir de títulos e frases de destaque, produzindo um efeito de alerta. Ou seja, ele ainda não deu um golpe, mas pode acontecer a qualquer momento. Ao mesmo tempo, o jornal também produzia o efeito de infantilização de Bolsonaro, quase em um tom desafiador, como quem diz: você não é capaz! Essa balança de efeitos vai permear os *posts*-editoriais que circularam entre 2020 e 2022. Podemos perceber que esse movimento produz um já mencionado contingenciamento dos sentidos, direcionando os gestos de leitura e interpretação de golpe para uma ruptura violenta e militarizada. Vejamos o *post*-editorial a seguir:

Figura 10 - Post-editorial de 26/02/2020. No impresso, o editorial se intitula "Limite a Bolsonaro".



Na figura 10 o jornal retoma o enunciado “medo do impeachment”, que havia trazido no editorial impresso do dia 01 de janeiro de 2020. Dessa vez, o destaque segue em todo o recorte: “(...) talvez **apenas o medo do impeachment possa deter a perigosa aventura Bolsonaro**”. Nesse enunciado podemos perceber que a FSP faz uma metáfora em relação ao golpe, colocando-o como uma “perigosa aventura”, reforçando o sentido de impeachment como uma arma para deter uma possível ruptura democrática, ou seja, um golpe de Estado. Além disso, o jornal associa essa “perigosa aventura” a “Bolsonaro”, nome que ganha um status de adjetivo quando o jornal traz regularmente nos *posts*-editoriais os apoiadores do então Presidente, chamando-os de bolsonaristas. Essa é a maneira como o jornal condensa as complexidades das relações políticas, reduzindo-as a nomes como “bolsonaristas”, “petistas”, “lulopetistas”, e criando representações simbólicas de cada um desses grupos.

O maior risco para a democracia brasileira reside na emergência de discursos que se ajustam ao que Theodor Adorno chamou de “síndrome fascista”, cujo afeto dominante é o ódio segregativo. Aqui, a mera existência do outro, que não experimenta os mesmos valores e não goza da mesma maneira que “nós”, torna-se uma ofensa perturbadora. (...) Aqui predomina a identificação de massa e uma espécie de reação hipnótica de ódio que age por contaminação. Esse deslizamento acontece em raciocínios do tipo: se o PT sediu casos de corrupção, as pessoas que simpatizam com ele são automaticamente defensoras da corrupção – no fim, elas mesmas corruptas. (DUNKER, 2022. p. 183)

É pelo esquecimento que a FSP produz esse efeito de massificação que Dunker (2022) cita acima. Entendemos que ao nomear Bolsonaro e os bolsonaristas como um “perigo”, o jornal esquece sua natureza opressora e produz um apagamento do seu envolvimento com o golpe de

1964, e com o golpe de 2016. Além disso, ele produz um novo inimigo, que deixa de ser apenas o “medo do comunismo” e passa a ser também o “medo do bolsonarismo”. Contudo, vamos perceber que esse movimento acontece devido ao alinhamento do jornal a sua posição dominante neoliberal. Não há, de fato, um compromisso contra o avanço do bolsonarismo, e sim um compromisso com as pautas neoliberais e a agenda econômica. Percebemos isso quando a esquerda volta a ficar em evidência na cena política, com as eleições de 2022, na figura de Lula. Nesse contexto, o jornal se apressa em aproximar a figura de Lula a de Bolsonaro, reforçando a FD dominante da FSP e seu apoio e compromisso com a terceira via política.

Encontra-se no discurso jornalístico uma discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor (e para o próprio sujeito que enuncia da posição ‘jornalística’) e é nesta discursivização – um falar *sobre* de natureza institucional – que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciado, localmente, o que não pode e não deve ser dito. (MARIANI, 1998. p. 97)

Assim, ao mesmo tempo que a FSP evidencia um possível golpe de Bolsonaro, o jornal também direciona sentidos para que outras forças, que não necessariamente militarizadas ou autoritárias – na condição de um ARE, produzam esse efeito de ruptura democrática. Ainda que essas questões não apareçam como óbvias nos *posts*-editoriais, existe o funcionamento de uma memória discursiva que permite com que os sentidos desses enunciados saiam do efeito de transparência. Para Orlandi (2007), o silêncio não vem da falta, mas sim do excesso. Não trazer nos *posts*-editoriais o contexto histórico e político, muito devido às limitações daquele espaço enunciativo, não significa que a historicidade esteja apagada, mas sim, silenciada. É uma ilusão de unidade, que produz um efeito de que aquele texto existe apenas ali e se feche nele mesmo. Sendo assim, observa-se que a “dispersão dos sentidos e do sujeito é uma condição de existência do discurso” que “toma a aparência de unidade. Essa ilusão de unidade é o efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo” (Orlandi, 2007, p. 19). Compreendemos, portanto, que é nessa falta que o jornal vai construindo esse imaginário sobre golpe, sempre fazendo uma oposição ao impeachment, num jogo de bem e mal.

É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o “nada”. Mas o silêncio significa esse “nada” se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresentam. (ORLANDI, 2007. p.47)

Seguindo nessa mesma perspectiva, Dela-Silva (2015) trabalha com a noção de acontecimento jornalístico¹⁶ que se constitui a partir de dizeres que circulam na mídia, e produzem efeitos “para e por sujeitos”, instaurando outras discursividades. É, também, exatamente o que nos propõem Mariani (1998), quando diz que o discurso jornalístico funciona a partir da inserção de dizeres organizando filiações de sentidos que cristalizam uma memória do passado e constroem uma memória do futuro.

A partir disso, entendemos que a imprensa hegemônica, aqui representada pelo jornal Folha de S. Paulo, direciona, através do discurso jornalístico, as interpretações possíveis para golpe, contingenciando os sentidos para que não haja dúvidas em relação ao processo de impeachment de 2016, assim como não haja dúvidas de que golpe está relacionado a uma ruptura democrática, nos mesmos moldes militarizados, violentos e autoritários como aconteceu em 1964. Para destrinchar mais essa questão, Orlandi (2007) explica como os gestos de interpretação de “índio” também é contingenciado:

Como o índio foi excluído da língua e da identidade cultural brasileira? Com efeito, o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala, mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. (...) eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem, sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo. (ORLANDI, 2007. p.57-58)

Porém, essas fronteiras são borradas quando compreendemos que os comentários presentes nas publicações funcionam como uma adição ao texto, produzindo um outro efeito-leitor que faz vaziar os sentidos contingenciados pelo discurso jornalístico. Vejamos o recorte de dois comentários publicado no *post*-editorial da figura 10:

Quadro 6 - Recorte dos comentários extraídos do *post*-editorial "Limite a Bolsonaro"

Vocês tiveram a parcela de culpa na candidatura e eleição desse verme como presidente. Não há um dia pós-golpe que vocês estejam com as mãos limpas

Tem q dar um golpe militar neste país só assim eles vão evacuar aquelas casas de mãe Joana.

¹⁶ Segundo Dela-Silva (2015) a produção da notícia esta, geralmente, relacionada ao fato em si, o acontecimento empírico. A noção de acontecimento jornalístico vem para mostrar o relato jornalístico como um gesto interpretativo. “(...) o relato jornalístico não se constitui por uma evidência em função de um fato, mas como resultado de um gesto interpretativo a partir de uma posição ideológica (PÊCHEUX, 1997a [1975]). O acontecimento jornalístico consiste em uma construção do jornalismo, enquanto uma prática discursiva da/na mídia e, como sabemos, a existência dos acontecimentos discursivos não se confunde com a existência empírica dos acontecimentos, quaisquer que sejam eles.” (DELA-SILVA, 2015. p. 222).

Tanto o primeiro comentário quanto o segundo recuperam a memória dos golpes do/no Brasil. Enquanto o primeiro aponta a responsabilidade da FSP no golpe de 2016, e reforça a vitória de Bolsonaro nas eleições como uma consequência desse golpe, o segundo retoma o golpe militar de 1964, porém evidenciando a contradição presente na circulação fragmentada dos sentidos de golpe. Segundo Orlandi (2006), “o modo de circulação dos sentidos no discurso eletrônico nos faz pensar que, pela sua especificidade, produz consequência sobre a função-autor e o efeito-leitor que ele produz”. Essas consequências, mencionadas pela autora, estão diretamente relacionadas à memória a qual esses sentidos se filiam. Vamos pegar como exemplo o enunciado do segundo comentário, que possibilita com que os discursos pró-ditadura retornem. Nesse caso, o sujeito-usuário/leitor atribui um sentido positivo ao golpe, embora a própria palavra “golpe” seja referente a algo negativo. Quando ele diz “tem que dar um golpe militar neste país”, esse enunciado evidencia a contradição produzida pela circulação fragmentada dos sentidos de golpe, uma vez que esse sujeito do comentário não consegue, por exemplo, dizer “revolução” no lugar de golpe, transformando esse significante em algo positivo. Percebemos que há presente ali uma memória de que os militares já estiveram no poder uma vez, e de que eles “arrumaram” a casa, como evidenciado na sequência desse recorte: “só assim eles vão evacuar aquelas casas de mãe Joana.” Nesse caso, “casas da mãe Joana” refere-se aos poderes legislativo e judiciário, os quais foram alvos de críticas e investidas autoritárias de Bolsonaro e seus apoiadores – contexto que é trazido pelo texto da publicação. Aqui o efeito de despolitização sistemática, fruto da polarização e, em grande medida, da espetacularização da política feita pela imprensa, também funciona atribuindo sentidos positivos a golpe, já que militares não são iguais os políticos que transformam os poderes na “casa da mãe Joana”. Assim, esse sujeito filia-se tanto ao discurso militar quanto ao discurso da ditadura, uma vez que um não pode ser dissociado do outro, o que naturaliza para ele a defesa de um golpe militar, uma vez que essa se justificaria como uma reação “do povo” contra políticos que provocam a desordem no país. Dunker (2022) explica que essa reação se dá devido ao agrupamento de pessoas que possuem identificações em comum e, por isso, se sentem fortes e poderosas. Esse processo de massificação também traz como consequência o negacionismo, que reforça tanto o discurso militar quanto o da ditadura.

O delírio ganha mais consistência e tem mais efeitos terapêuticos quando se expande como crença coletiva. Enquanto isso, a crença coletiva e sua rede de expectativas direciona o delírio, acrescenta-lhes detalhes, provas e contraprovas. Isso traz um efeito pacificador e identificatório, pois nomeia e narrativiza o mal-estar, explora ideias que não são apenas psicóticas, mas que, justamente por aparecerem em delírios psicóticos,

captam, ao modo de um sismógrafo social, o sonho, a inquietude coletiva de uma época. Desde sempre, esse tipo de captura política assediou e impulsionou a emergência do fascismo. Mas, no caso brasileiro, havia um ingrediente a mais. Um contingente substancial de pessoas que se viam excluídas do debate público, que viviam a política como uma espécie de novela por cujos últimos capítulos nos interessamos, como uma decisão de campeonato em busca de nosso voto, para uma nova onda quadrienal de participação. (DUNKER, 2022. p. 113)

Essa relação entre delírio coletivo e fascismo, é um componente importante para compreendermos de que maneira os dizeres sobre a ditadura retornam ao fio discursivo. Vejamos, agora, mais um recorte dos comentários feitos na publicação da figura 10. Dessa vez, são comentários que tiveram um grande número de curtidas por outros sujeitos-usuários:

Quadro 7 - Comentários extraídos do post-editorial "Limite a Bolsonaro" que tiveram um número expressivo de curtidas

<p>██████████ (296 curtidas) E o grande sonho da Folha e da Globo. O povo não irá permitir. Vocês é que estão jogando gasolina na fogueira. Vocês querem tumultuar o país.</p>
<p>██████████ (460 curtidas) me poupem! o melhor presidente que esse país já teve! #teambolsonaro</p>
<p>██████████ (445 curtidas) Ninguém quer saber o que a folha pensa...</p>

Há nesses comentários não só o efeito de descrédito em relação ao próprio jornal FSP, como também o funcionamento das massas digitais, como mencionado por Dunker (2022). Percebemos que há um efeito de negação ao que está sendo dito pelo *post*-editorial, ao mesmo tempo em que há um enaltecimento da figura política de Bolsonaro como “o melhor presidente que esse país já teve”. Além disso, o expressivo número de curtidas nos comentários mostra que, mesmo esses sujeitos não enunciando na posição de um comentarista, há uma identificação em relação àquele discurso que se materializa pelo *like* deixado no comentário. E aí, podemos observar também as sobredeterminações técnicas do Instagram, que cria ferramentas como a curtida nos comentários para que a “interação” entre indivíduos que compartilham dos mesmos interesses possa acontecer de uma maneira que deixe rastros em uma memória técnica da plataforma. São esses rastros que possibilitam que esses gestos funcionem, de um lado, como aprovação ao que está sendo afirmado no comentário, podendo assim ser entendido como um mecanismo de legitimação por quantificação uma vez os comentários mais curtidos passam a ter mais visibilidade e maior chance de aparecer como adição do *post*-editorial, e, por outro lado, como um mecanismo que permite com que os algoritmos modulem gestos de leitura e

direcionem aos usuários aquilo que eles desejam que vejam e que, supostamente, seria aquilo que eles desejariam ver, com base em seus gestos de aprovação e/ou desaprovação. É justamente esse funcionamento que produz um efeito de massa, aproximando os sujeitos em um espaço onde os discursos passam ser mediados também por instâncias de poder econômicas. Desse modo, os sentidos sobre os golpes do/no Brasil vão sendo produzidos a partir dos gestos de leitura e interpretação de sujeitos em condições de produção específicas da plataforma em que estão inseridos, sendo atravessados constantemente pelo discurso do consumo e da exposição. Ou seja, na mesma medida em que esses sujeitos consomem tudo o que circula na sua *timeline*, eles também são estimulados a se expor, seja por meio de um comentário ou de uma interação, como o like. Também é preciso reforçar como os algoritmos interferem diretamente na circulação das publicações, sem que fique claro ou evidente os critérios utilizados, uma vez que os algoritmos são criados a partir de decisões empresariais¹⁷.

Ao longo dos últimos anos vimos cada vez mais as instituições jornalísticas investirem e concentrarem esforços para estarem em plataformas digitais como o Instagram. Sendo assim, uma vez inseridas nesses espaços, a linha editorial do jornal deixa de ser o único fator determinante na formulação dos enunciados. A aproximação da instituição imprensa com os sujeitos-leitores que, em primeira instância são sujeitos-usuários dessa plataforma, impõe à imprensa uma nova forma de interação com seu leitor, agora presente nos comentários, fazendo com que isso também se tornasse um fator relevante para a produção de sentidos na circulação dos *posts*-editoriais. Usando como exemplo nosso objeto de estudo, hoje, o perfil da Folha de S. Paulo possui mais de 3 milhões de seguidores, ou seja, sujeitos-usuários/leitores que recebem as publicações e atualizações da FSP nas suas *timelines*. Um público heterogêneo, que não necessariamente pode ser considerado o mesmo do impresso, e que possui acesso gratuito e ilimitado a tudo o que é publicado ali. Para Dunker (2022), as novas tecnologias possibilitaram que o "mercado do saber e das notícias" se tornassem acessíveis e "indiferentes a antigas hierarquias e regras reguladoras". Segundo o autor, essa configuração fez surgir "um novo sistema de reconhecimento, hierarquia simbólica e autoridade". Já Morozov (2018), ao falar

¹⁷ Silveira (2017) explica que os algoritmos são criações de empresas e corporações e que possuem um propósito e um objetivo específico. Eles são criados como produtos que devem ser eficazes, porém com uma aparência neutra. "Nem os softwares, nem os algoritmos nele contidos são neutros. Eles geram efeitos e foram criados e desenvolvidos para determinadas atividades (...) os algoritmos são invisíveis, complexos e escritos em linguagem matemática. Por ser invisíveis, para muitos, os algoritmos não são percebidos, na prática é como se não existissem. O grande problema é que a sua invisibilidade e virtualidade geram efeitos reais e de grande relevância. (...) não são visíveis, nem perceptíveis, mas são contundentes na execução de suas finalidades". (SILVEIRA, 2017.p. 271-272)

das grandes empresas de tecnologia que constroem aplicativos como o Instagram, traz uma definição bastante apropriada dessa relação das plataformas digitais com a ideologia neoliberal:

(...) o Vale do Silício fica feliz em nos fornecer uma multiplicidade de ferramentas para enfrentar o sistema, ferramentas produzidas lá mesmo (...) Não resta quase nenhuma restrição social, econômica ou política que o Vale do Silício não tenha se empenhado em romper (...) O apelo global desse tipo de retórica somente pode ser entendido se lermos essas tendências em contraposição a outras duas: a primeira é o surgimento da desconfiança pós-moderna diante de tudo o que seja remotamente consolidado - de imediato percebido como corrupto e a serviço de interesses escusos -, e a segunda, o triunfo da ideologia neoliberal subsequente à Guerra Fria que suprimiu com êxito os aspectos não econômicos da nossa existência social, fazendo com que a identidade de consumidor se sobrepujasse a de cidadão (MOROZOV, 2018, p. 18-20).

Dunker (2022) entende que esse comportamento é o resultado da produção de um efeito de individualismo, egoísmo e indiferença ao outro, características do neoliberalismo e que vão ser captadas pelas plataformas digitais para reproduzir esses efeitos nas relações constituídas ali. Vejamos adiante como a FSP sobe o tom com Bolsonaro, atribuindo-lhe o adjetivo “golpista”, e como esse movimento volta-se contra o próprio jornal, que vai modificando a maneira de formular os *posts*-editoriais em busca de recuperar o efeito de legitimidade que é contestado nos comentários.

3.3 O “PRESIDENTE GOLPISTA”

Durante todo período analisado, a FSP fez escolhas em relação à formulação dos *posts*-editoriais, que vão desde usar ou não título na legenda, até a fotografia e as hashtags imbricadas nas publicações. Todas essas escolhas e direcionamentos são efeitos da posição-sujeito que o jornal ocupa, enquanto um AIE. Vejamos a publicação a seguir:

Figura 11 - Post-editorial "Resposta a Bolsonaro" publicado no dia 22/04/2020.



Como podemos observar, o *post*-editorial gira em torno do discurso de “sotaque golpista” que Bolsonaro fez na ocasião para as pessoas que estavam protestando contra as ações de isolamento e distanciamento social devido a pandemia de covid-19. O texto do editorial fala sobre o inquérito que o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, iria abrir para investigar as falas golpistas desse dia, que entre outras, estavam a incitação para a volta do AI-5, fechamento do Congresso Nacional e do STF e intervenção militar. Em uma parte do seu discurso, Bolsonaro disse que os manifestantes poderiam contar com ele “para fazer tudo aquilo que for necessário para que nós possamos manter a nossa democracia e garantir aquilo que há de mais sagrado entre nós, que é a nossa liberdade”¹⁸. Na publicação a FSP destaca o caráter golpista do discurso de Bolsonaro por entender que ele estava endossando o coro de palavras de ordem antidemocráticas. Além disso, achei interessante o fato de nessa publicação serem utilizadas hashtags específicas relacionadas à pandemia, ainda que o texto não mencione a crise sanitária em nenhum momento. São elas: “#coronavirus #coronavirusbrasil #Covid19”. Em nenhum outro *post*-editorial analisado nesse período foram encontradas as mesmas hashtags.

Assim como a curtida é uma maneira de mostrar para o algoritmo os interesses de um sujeito-usuário naquela plataforma, as *hashtags* são mecanismos que ajudam na pesquisa e na organização das publicações dentro da arquitetura da plataforma, funcionando como um hiperlink. Ou seja, quando você clica em uma determinada *hashtag*, ela te leva para um

¹⁸ Frase retirada da reportagem do G1 que cobriu a manifestação em questão. Acesso disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursiva-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>

fazem isso a partir de uma posição de ataque, falando em “golpe da comunicação”, que a Folha “distorce tudo” e que o jornal “não tem credibilidade”. Todos esses enunciados, historicamente, estão relacionados com discursos de resistência, filiados a sujeitos que ocupam uma posição contrária à da grande mídia. Porém, aqui vemos que esses enunciados são formulados por sujeitos-usuários filiados ao discurso bolsonarista, que usa do ataque e do descrédito às instituições como força de legitimação, a partir de uma apropriação dos discursos de resistência. Nessa perspectiva, os sentidos de golpe são apreendidos também de maneira fragmentada, fazendo vazar o contingenciamento feito pelo jornal no *post*-editorial, trazendo à tona não só a memória dos golpes do/no Brasil, como também possibilitando a circulação dos discursos negacionistas e anti-isolamento social que ganharam força durante a pandemia, e que aqui se destacam devido as condições de produção desta publicação.

Por fim, dentre os recortes feitos, um comentário me chamou bastante atenção por evidenciar um funcionamento que fui percebendo ao longo dessa trajetória de pesquisa. No último comentário, o sujeito-usuário diz “no afã de destruir o Bolsonaro está criando um mito”. Ao defender Bolsonaro, esse sujeito-usuário chega a uma conclusão em relação à publicação da FSP: o efeito de repetibilidade produzido pelos *posts*-editoriais acabam evidenciando ainda mais Bolsonaro, fazendo com que os sujeitos-usuários que se encontram filiam ao discurso bolsonarista se unam cada vez mais nesse movimento de defesa. As consequências disso é uma fragmentação dos sentidos com camadas mais opacas, possibilitando múltiplas leituras e interpretações do significante golpe, impossibilitando, resignificando ou mesmo invertendo os dizeres e os sentidos sobre o golpe de 1964, o golpe de 2016 e, mais para frente, a tentativa de golpe em 2023. Afinal, se tudo é golpe, quais são as fronteiras que delimitam os sentidos de cada um desses acontecimentos?

Entre 2020 e o primeiro semestre de 2022 os editoriais da Folha de S. Paulo subiram o tom com Bolsonaro. Se até 2019 praticamente não havia *posts*-editoriais relacionados a política e ao então Presidente, esse cenário mudou em 2020, principalmente após ser decretada a pandemia de covid-19 no Brasil. O contexto da crise sanitária fez com que as críticas do jornal a Bolsonaro aumentassem velozmente, movimento que também se refletiu no aumento da publicação de *posts*-editoriais no Instagram. As ameaças golpistas do então presidente e seus partidários se mantiveram no mesmo nível de 2019, porém com o aumento da exposição feita pela FSP – e outros veículos de imprensa – os efeitos e a fragmentação dos sentidos produzidos por esses discursos ganharam outras proporções, sem que isso, necessariamente, ameaçasse a popularidade de Bolsonaro. No editorial “Bolsonaro em alta” publicado no dia 14 de agosto de 2020, a Folha de S. Paulo traz um panorama da pesquisa Datafolha feita à época, que mostrou

como a popularidade do então Presidente havia sido recuperada, mesmo após o “desgaste causado pela pandemia”.

Depois de ter mantido a aprovação de quase um terço do eleitorado enquanto menosprezava a pandemia e confrontava os outros Poderes, o presidente Jair Bolsonaro obtém agora sua melhor avaliação desde que assumiu o posto (...) Em que pese o avanço ainda acelerado da Covid-19, que já resultou em 100 mil mortes no país, a imagem do governo melhorou em todas as faixas de renda. (...) Alguns fatores podem, em tese, ter contribuído para a mudança de humores, como a reabertura gradual das atividades, a incipiente reação da economia e o auxílio emergencial fornecido pelo governo (...). (BOLSONARO EM ALTA, 2020. p. 02)

Conhecido pelo seu negacionismo em relação a gravidade da pandemia de covid-19, Bolsonaro protagonizou inúmeras cenas, além de discursos oficiais e não oficiais, relativizando os efeitos da pandemia, promovendo aglomerações, não usando a máscara, equipamento de proteção recomendado pela OMS para evitar a proliferação do vírus, além de outros atentados a saúde pública. Hur, Sabucedo e Alzate (2021) fazem uma historiografia das falas de Bolsonaro em relação à pandemia, publicadas em reportagens feitas entre fevereiro e junho de 2020.

(...) o governo federal não adotou uma estratégia preventiva para lidar com a pandemia (...) não houve a adoção de medidas epidemiológicas e nem se criou ampla campanha de conscientização à população sobre os riscos e prevenção da Covid-19. (...) Bolsonaro também se ausentou de reuniões com chefes de Estado da América do Sul para tratar do coronavírus. (...) Logo, passou a diminuir, ou mesmo a negar (Caponi, 2020), os efeitos adversos da Covid-19, qualificando que era uma “fantasia” a crise que viria. (...) Em sua retórica, o coronavírus era representado como uma “gripezinha”, um “resfriadinho”, que não poderia interromper as atividades cotidianas. (...) Proferiu uma série de falas que se provaram equivocadas, como: o contágio seria menor no Brasil, por ser um país tropical, que atingiria mais a população idosa, que não havia riscos de complicações a pessoas com histórico de atletas, que haveria menos mortes de Covid-19 do que de H1N1, que parecia que o coronavírus já está indo embora etc. Para minimizar os efeitos da doença falou sobre uma suposta força e resistência do corpo do brasileiro. (...) ainda disse que os governadores que pregam o isolamento têm “medinho” do vírus. (HUR, SABUCEDO E ALZATE, 2021. p. 555).

Contudo, esse comportamento de Bolsonaro em relação à covid-19 não foi amplamente explorado pelos *posts*-editoriais da Folha de S. Paulo no Instagram. Ainda que as críticas ao governo continuassem, as publicações eram mais direcionadas aos discursos de tom golpista e aos seus apoiadores, chamados de bolsonaristas. Essa nomeação da imprensa contribuiu para reforçar os sentidos de polarização e disputa naquela plataforma, além de produzir o efeito da necessidade de uma unificação, a partir de dizeres que reforçavam sentidos de que a saída seria um caminho que não fosse nem à esquerda e nem bolsonarista, a favor da democracia. É o que evidencia o *post*-editorial intitulado “Unidade Já”, publicado em 02 de

junho de 2020. É interessante perceber que esse tom de unidade a favor da democracia adotado pela FSP aqui, é muito semelhante ao adotado durante as manifestações de 2016, que pediam o golpe/impeachment de Dilma, bem como o utilizado em 1964, na Marcha da Família com Deus Pela Liberdade¹⁹, e nas Diretas Já, em 1984. Existe nesse ciclo histórico uma regularidade discursiva que coloca a FSP sempre alinhada à ideologia dominante e às relações de poder constituídas. Percebe-se, pela trajetória que fizemos até aqui, que nunca houve por parte da Folha de S. Paulo uma legitimação em relação ao governo Bolsonaro, pelo contrário. Embora o jornal não deixe marcado seu posicionamento político nos editoriais, percebemos por meio das análises, que as denúncias feitas pelo jornal ora de um governo, ora de outro, são evidências que indicam a sua posição em relação a conjuntura política brasileira. Como demonstrado em diversas oportunidades, há tanto nos editoriais publicados no jornal impresso, quanto nos *posts*-editoriais críticas em relação aos partidos e posições de esquerda, sobretudo o PT, como também a partidos e posições de direita, representados constantemente pela figura de Bolsonaro e do bolsonarismo. Assim, o jornal produz um efeito de neutralidade, colocando todos em um mesmo cesto, ao mesmo tempo em que deixa marcada sua posição em relação ao Estado Neoliberal. Ou seja, é a partir de uma suposta neutralidade partidária, que a FSP vai formulando enunciados que se movem conforme as condições de produção daquele dizer. Podemos observar isso nos recortes a seguir:

Figura 12 - Post-editorial intitulado “Unidade Já”, publicado em 02/06/2020



¹⁹ A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade teve início em 1964, pré-golpe militar. Para além do discurso religioso dessas manifestações, tínhamos também a presença de um discurso pró-intervenção militar, o que fez com que esse acontecimento ficasse marcado como um símbolo do movimento golpista de 64. Nos dias atuais, temos anualmente a “Marcha para Jesus”, uma manifestação de cunho religioso, e que, de certo modo, funciona como uma paráfrase da Marcha de 1964.

Na figura 12 podemos observar que toda a publicação carrega sentidos determinados, assim como uma memória histórica e discursiva acerca de golpe e impeachment. A foto utilizada pelo jornal para ilustrar o *post*-editorial é uma imagem de arquivo em preto e branco das Diretas Já, movimento popular entre 1983 e 1984 dirigido por diversas lideranças políticas, que tinha como objetivo eleições presidenciais diretas. O movimento das Diretas Já começou ainda sob o regime militar, no período denominado de “abertura política²⁰” e aconteceu em meio a campanha pela Lei da Anistia. As Diretas Já chegaram a reunir milhões de pessoas nas principais capitais brasileiras, de diversos setores da sociedade, inclusive as elites, o setor empresarial e a mídia corporativa, que duas décadas atrás haviam apoiado o regime militar. De acordo com Nery (2010), “o regime estava em crise devido, entre outros fatores, à crise econômica que se abateu sobre o país em 1974, crise esta que levou setores da classe dominante que apoiaram o golpe civil-militar de 1964 à oposição”. Ainda segundo a autora, é a partir de 1981, quando a economia brasileira começa a entrar em recessão, que esses setores da classe dominante, descontentes com o regime, passaram a apoiar a campanha das Diretas Já.

Sabemos o contexto da fotografia devido a descrição feita embaixo da legenda, usando a hashtag #PraCegoVer. Essa hashtag é um mecanismo de acessibilidade da plataforma Instagram, que possibilita com que os aparelhos em que aquela publicação está sendo vista reconheçam aquela imagem e façam uma leitura em áudio para aqueles que não podem enxergar. Nessa publicação em específico, uma parte da descrição traz o enunciado que explica a origem daquela imagem: “Imagem dividida ao meio mostra, à direita, uma multidão no comício da campanha Diretas Já, no vale do Anhangabaú, em São Paulo”. Longe de ser uma descrição objetiva e fiel ao que está sendo mostrado na imagem, os textos que fazem parte da hashtag também carregam sentidos que vão compor aquele *post*-editorial. Com o tempo, o jornal muda o nome da hashtag para #PraTodosVerem e passa a formular um texto que mais se assemelha com uma fotolegenda do que um descritivo do que está na imagem.

Retomando o *post*-editorial, podemos perceber que a FSP mobiliza ali uma memória que remete tanto ao golpe/impeachment de 2016, quanto ao movimento das Diretas Já. Desse modo, há um direcionamento de sentidos ali possibilitando uma interpretação em relação ao momento histórico e político que o país vivia quando a publicação foi feita, em 2 de junho de 2020. Na ocasião, o Brasil já contava com mais de 30 mil mortes pela covid-19 e o então

²⁰ O período denominado de “abertura política” diz respeito aos últimos anos do regime militar no Brasil, em que uma série de medidas começam a ser tomadas para que houvesse uma transição gradual para um regime civil. No entanto, entendo que não houve, de fato, um compromisso com a redemocratização neste momento, mas uma preocupação de como essa transição iria ocorrer sem que houvesse punição dos militares e agentes públicos envolvidos no golpe.

presidente, Jair Bolsonaro, estava envolvido em diversas polêmicas relacionada à gestão da pandemia e casos de corrupção. Assim, movimentos populares emergentes despontaram pedindo o impeachment de Bolsonaro.

No texto apresentado na peça gráfica da publicação temos destacado os enunciados “investigação de crime de responsabilidade” e “setores vigilantes”. O primeiro faz uma referência direta a uma possibilidade de abertura do processo de impeachment, embora ainda não houvesse votos suficientes na Câmara dos Deputados para seguir com a investigação. Já o segundo enunciado apresenta a tônica do *post*-editorial, que pede por “Unidade Já”, conclamando setores da sociedade para se unirem contra o governo. Nesse caso “setores vigilantes” faz referência a três movimentos populares que surgiram durante esse período, chamados de “Junto”, “Basta!” e “Somos 70%”. Assim como aconteceu nas Diretas Já, esses movimentos contavam com a presença de opositores políticos do campo da direita e da esquerda, artistas, organizações da sociedade civil etc. E, embora no texto da legenda, que acompanha a peça gráfica da publicação, esses movimentos não sejam mencionados, a FSP nomeia aquilo que seria o início de um movimento contra Bolsonaro.

Quadro 9 - Recorte da legenda do *post*-editorial “Unidade Já”.

Adversários eleitorais e antípodas ideológicas põem divergências e ressentimentos à parte para defender a liberdade de expressão e outros direitos fundamentais contra os quais ladra uma minoria de fanáticos a levantar bandeiras extremistas. Bolsonaro está cercado. (UNIDADE JÁ, 2020)

Semelhante a esse enunciado, destacamos os recortes dos editoriais “Diretas-já, exige o povo”, publicado no impresso em 13 de maio de 1984, que traz a mesma tônica de unidade, e “Recado Cabal”, publicado no impresso em 15 de março de 2016, que faz referência às manifestações contra a da então presidenta Dilma Rousseff:

Quadro 10 - Recorte dos editoriais "Diretas-Já" e "Recado cabal" publicados no jornal impresso da FSP

Cumpra aos diversos comitês pró-diretas estaduais, com o empenho de todos os partidos (inclusive o grupo pró-diretas do PDS), entidades civis – e com o apoio decisivos dos governadores de oposição -, viabilizem concretamente, dentro da lei e da ordem, as formas adequadas de mobilização (...). (DIRETAS-JÁ... 1984. p. 02).
--

Superando até mesmo a dimensão dos comícios pelas Diretas-Já em 1984, um impressionante contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição. (...) Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção (...). (RECADO... 2016. p.02)

Tanto no *post*-editorial da figura 11, quanto nos recortes dos editoriais apresentados acima, podemos ver que o jornal reforça o impeachment como um instrumento legal, capaz de tirar do poder aqueles que "atentem" contra a democracia e o país. Esse movimento, novamente, impede de dizer que o acontecimento de 2016 foi um golpe, reforçando no imaginário social a diferença entre esses dois significantes. Essa retomada é importante para que o jornal consiga reforçar os sentidos de que Bolsonaro é um Presidente golpista, e que, assim como Dilma, está cometendo crime de responsabilidade e precisa ser punido com o impeachment. Além disso, o jornal aproxima a imagem de Bolsonaro à Ditadura Militar com a fotografia das Diretas Já, reforçando um simbolismo de união do povo contra a ditadura, que na publicação em questão é uma paráfrase para o Governo Bolsonaro. É a partir desse jogo de relações - em que a memória do povo nas ruas pela democracia nas diretas já é convocada para significar diferentes momentos históricos - que o jornal FSP marca a sua posição política nos *posts*-editoriais ao mesmo tempo em que se legitima como aquele que expressa a vontade popular e atua como um dos fiscalizadores da democracia. Vejamos que não há menção a uma orientação política ou outra, o que evidencia uma regularidade da FSP de sempre se colocar como imparcial, embora sua posição sempre deslize para uma posição determinada que, segundo suas próprias formulações só se encontraria no caminho de uma terceira via – nem à esquerda e nem à direita, mas totalmente alinhada ao neoliberalismo e as instâncias de poder econômicas. É o que se marca no *post*-editorial a seguir:

Figura 13 - Post-editorial intitulado “Os centros se movem”.



A figura 13 é um *post*-editorial publicado em novembro de 2020, quase cinco meses após as manifestações pró-impeachment de Bolsonaro apresentadas na figura 11. Como podemos ver, a publicação traz uma fotografia do ex-juiz e ex-ministro da justiça de Bolsonaro,

Sergio Moro, uma das figuras de maior destaque durante o golpe/impeachment de Dilma Rousseff e peça-chave na prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em junho de 2019 uma reportagem do periódico eletrônico The Intercept Brasil mostrou evidências de que a força-tarefa havia sido parcial durante todo o processo de investigação de Lula. O episódio, conhecido como “Vaza-Jato”, expôs uma série de mensagens trocadas entre as autoridades envolvidas na operação, entre elas o então Juiz Sérgio Moro. Quando Bolsonaro é eleito, em 2018, Moro – que durante as manifestações contra Dilma em 2016 era aclamado por sua cruzada anticorrupção – se torna Ministro da Justiça. Dois anos depois, ele rompe com Bolsonaro acusando-o de interferência na Polícia Federal. No dia 13 de novembro de 2020, quando esse *post*-editorial é publicado, Moro era cogitado pela mídia hegemônica como uma das principais opções da terceira via para as eleições de 2022. Seguindo na análise da publicação, o texto que está junto com a foto na peça gráfica destaca os enunciados “senso de urgência” e “união contra Bolsonaro e a esquerda”. Esses enunciados, acompanhados da imagem de Sergio Moro, convocam uma memória em relação às manifestações contra Dilma, ao mesmo tempo em que mobiliza sentidos de oposição ao Bolsonaro, em um mesmo gesto que aproxima o presidente ao significante corrupção, assim como ocorrerá nos processos de discursivização da lava-jato que associava o PT e o presidente Lula à corrupção. Produz-se, assim, um efeito de equivalência entre as ações de Bolsonaro e da esquerda. O título, chamado “Os centros se movem”, reforça a posição-sujeito do jornal alinhada à uma posição identificada com a direita ou centro-direita brasileira e, nesse sentido, a uma ideologia neoliberal, marcada em seu texto pelo significante “ingrata”. Nesse caso, ingrata seria a sua tarefa em definir a missão da direita brasileira em escapar tanto de forças da esquerda, quanto da própria direita, que despontariam pela força de uma polarização para os extremos de cada um desses lados.

Outro destaque interessante em relação a essa publicação é o enunciado que finaliza o texto presente na legenda. Percebi que a FSP começou a inserir o texto “um jornal a serviço da democracia” sempre ao final das legendas, até o resultado do 2º turno das eleições presidenciais de 2022. Esse enunciado é uma paráfrase do slogan da Folha de S. Paulo - “um jornal a serviço do Brasil” -, que vem escrito logo após a marca do jornal no topo do impresso. Essa é uma marca própria dos *posts*-editoriais e produz um efeito de apagamento do apoio da FSP ao golpe de 1964, assim como impossibilita dizer que também houve o apoio do jornal ao golpe de 2016, colocando-o como defensor da democracia, e reforçando o que ele entende com sua função social. Ao falar sobre o funcionamento do discurso jornalístico, Mariani (1998) explica que ele é uma modalidade de discurso *sobre* que atua na institucionalização dos sentidos. Desse modo, compreendemos que a FSP busca reforçar esse lugar de autoridade em relação aos outros

discursos que circulam naquele espaço, e é justamente nesse processo que algo se rompe no discurso jornalístico no Instagram. Vejamos a seguir como a presença dos comentários nos *posts*-editoriais evidenciam essa falha do/no discurso jornalístico, retomando sentidos que o jornal apaga e silencia, além de produzirem novas significações para golpe, a partir de diversas posições-sujeito. Aqui, tanto o comentário individual quanto a interação naquele espaço produzem sentidos diversos que vão circular sob a mediação da plataforma.

4 O GOLPE AO VIVO

Atualmente, o Brasil é o 2º país com mais usuários ativos no Instagram, perdendo apenas para os Estados Unidos²¹. Segundo uma pesquisa recente feita pela empresa Opinion Box, a média de usuários que acessam o aplicativo pelo menos uma vez por dia subiu de 84% para 92%, sendo que deste percentual, pelo menos 53% acessam várias vezes ao dia. Outro dado sobre a plataforma, mostra que a média de usuários que mantém o Instagram aberto o dia todo dobrou de 2020 para 2021. Esses são apenas alguns números que mostram o quanto essa plataforma está inserida no cotidiano dos brasileiros. Não é por acaso que a mudança na composição gráfica observada nos *posts*-editoriais da Folha de S. Paulo aconteceu em paralelo ao aumento de popularidade da plataforma. Hoje, o Instagram faz parte da empresa Meta, um monopólio de aplicativos de comunicação composto pelo *Facebook* e pelo *Whatsapp*. Juntos, esses três aplicativos somam mais de 6 bilhões de usuários ativos no mundo. No Brasil, são cerca de 400 milhões usuários ativos nas três plataformas. Olhando para esse cenário, conseguimos compreender a potência com que os discursos circulam e significam nesses espaços.

Assim como o rádio e a televisão, que rapidamente se popularizaram, as plataformas de comunicação também seguiram o mesmo caminho. Porém, diferente do que aconteceu com o rádio e a TV, as plataformas produziram uma rachadura nos processos de comunicação. No caso dos jornais, a relação entre sujeito-enunciador e sujeito-leitor tiveram modificações profundas, borrando os limites entre o discurso da escrita e o discurso da oralidade. Agora, os sujeitos-leitores também são sujeitos-autores, na medida em que são autorizados a enunciar em um espaço que antes não era possível. No Instagram, o sujeito do comentário e a instituição imprensa estão em um mesmo nível de enunciação, sem barreiras para que um acesse o outro. Se por um lado essa configuração produz uma crise em relação ao discurso jornalístico, por outro produz um efeito de liberdade, de poder dizer, que afeta todos os sujeitos-usuários inseridos naquele espaço enunciativo informatizado. Esse efeito de liberdade é o mesmo produzido pela ideologia neoliberal e pelas plataformas digitais, que regulam a circulação desses discursos e sentidos.

²¹ Levantamento feito pela empresa Opinion Box em fevereiro de 2022. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>

Os sentidos se movimentam, se modificam, dependendo da posição em que estamos inscritos como sujeitos-leitores, no aqui e agora das nossas circunstâncias históricas, sociais, políticas e culturais (...). Trabalhar sob a tutela da equivocidade significa situar-se na contramão, muitas vezes, do senso comum, da normalidade semântica e da historicidade previsível. Significa assumir um modelo singular de refletir sobre a linguagem, os fatos da língua e as posições do sujeito, operando as contradições e enfrentando os paradoxos com que nos deparamos ao analisar os objetos discursivos (...). (LEANDRO-FERREIRA, 2019. p. 281-282)

Como vimos anteriormente, o lugar dos comentários é por onde vazam os sentidos contingenciados pelo discurso jornalístico nos *posts*-editoriais. Porém, ali também são produzidos outros sentidos que passam a circular e ganhar força devido às sobredeterminações técnicas do Instagram. Desse modo, ao mesmo tempo que temos um movimento de resistência, recuperando constantemente os sentidos de golpe que o discurso jornalístico da FSP apaga e silencia, também temos um processo de (re)significação de todos esses sentidos que circulam ali, na medida em que cada comentário vai adicionando um novo gesto de leitura. A partir disso, comecei a me questionar não apenas como a FSP discursiviza os golpes do/no Brasil no Instagram, mas também como os comentários (re)significam esses golpes a partir de posições diversas e interlocuções mediadas por algoritmos. Os *posts*-editoriais dos quais os comentários foram extraídos fazem parte do arquivo desta pesquisa, sendo que a seleção foi feita naqueles que mencionaram a palavra golpe de maneira direta ou indireta. Os recortes apresentados a seguir foram escolhidos baseados nos seguintes critérios: (1) comentários que recuperavam a memória de golpe de 1964 e 2016; (2) comentários que questionavam a legitimidade e credibilidade do jornal FSP; (3) comentários que se apresentaram de maneira regular nos *posts*-editoriais analisados; (4) comentários que produziam novos sentidos sobre golpe; Além disso, para que pudéssemos observar as regularidades presentes nas publicações da FSP e os efeitos disso nos comentários exportados, foi construída uma planilha em que fosse possível analisar, primeiro, todos os componentes técnicos-estruturais do *post*, e, posteriormente, analisar os componentes discursivos, fazendo uma interação da publicação com o espaço dos comentários. Dos 21 *posts*-editoriais selecionados e que tiveram os comentários exportados na íntegra, 13 apresentavam uma fotografia de Bolsonaro; em 6 deles o título do editorial não foi mencionado na publicação; todos falavam sobre golpe e ameaças golpistas, de maneira direta ou indireta; e em 14 dessas publicações, a FSP passa a citar seu slogan “Um jornal a serviço do Brasil”, que fica logo abaixo do nome no topo do jornal impresso, na forma de metonímia: “Um jornal a serviço da democracia”. A partir dessas considerações, vejamos o recorte de alguns comentários feitos no *post*-editorial intitulado “Aparelho militar”:

Quadro 11 - Recorte dos comentários extraído do post-editorial "Aparelho militar"

██████████ Não é bom para o Brasil e a perseguição sistemática da Folha de São Paulo ao governo do presidente.

██████████ GENERAIS DE 64 ENGANADOS PELA CLASSE DOMINANTE BURRA PARA APOIAREM O GOLPE, SENTIRIAM VERGONHA DO ATUAL DESGOVERNO MEDÍOCRE INCOMPETENTES INCONSEQUENTE

██████████ É verdade não é bom @folhadespaulo É ÓTIMO A PRESENÇA DE MILITARES NA POLÍTICA E NAS ESTATAIS ASSIM QUERO VER ESSES CORRUPTOS ROUBAR 😏

██████████ Avante Bolsonaro! Avante Brasil! Agora sim, um pouco de Ordem e Progresso! Chora esquerda!

Esse *post*-editorial foi publicado no dia 08 de março de 2021, cerca de dois anos após a posse presidencial. Durante esse período, o jornal publicou por volta de 17 *posts*-editoriais direcionados a Bolsonaro, com menção direta ou indireta a ele, com fotografias, prioritariamente, também do então presidente. Entendemos que na circulação dessas publicações no Instagram inúmeros sujeitos, com diferentes posições, são incentivados a interagir de alguma maneira com esses *posts*. Isso faz com que múltiplos discursos se façam presentes no espaço dos comentários, produzindo efeitos diversos em relação ao gesto de leitura daquele *post*-editorial. Além disso, sabemos que as determinações algorítmicas da plataforma distribuem as publicações conforme o comportamento de interação dos usuários, isso significa que quanto mais a FSP publicava *posts*-editoriais com assunto “Bolsonaro”, mais esses *posts* circulavam tanto entre aqueles que eram contra o então presidente, mas também entre aqueles que o apoiavam e o defendiam. Essa modulação fez com que o efeito de polarização política, produzido ao longo dos últimos anos, se materializasse nos comentários. Também percebemos como a repetição parafrástica produzida pelo discurso jornalístico sobre Bolsonaro ao invés de cristalizar a imagem de “golpista” e “autoritário”, produziu efeitos contrários, fazendo com que inúmeros sujeitos-usuários passassem a questionar a credibilidade do jornal, apontando, inclusive, uma perseguição política em relação ao governo. Podemos ver isso no primeiro comentário do recorte, quando o sujeito-usuário diz que há uma “perseguição sistemática” do jornal em relação a Bolsonaro, e que isso “Não é bom pro Brasil”. Há nesse comentário não só uma demonstração de apoio a Bolsonaro, como também um efeito de negação ao que diz a publicação. Esse sujeito-usuário, que não necessariamente é um sujeito-leitor da FSP mas que foi impactado por essa publicação, fura o discurso jornalístico do *post*-editorial fazendo com que outros sujeitos-usuários que compartilham dessa mesma posição interajam positivamente

com o comentário. Um exemplo disso é que esse comentário teve 23 curtidas. Esse efeito de reconhecimento produzido por uma interação coletiva naquele espaço dos comentários, faz com que os gestos de leitura e interpretação sobre aquele tópico abordado se espalhem de maneira fragmentada e não controlada. Dunker (2021) explica o funcionamento dessas “novas massas” e “novos coletivos digitais”. Quando o AIE da informação passou a ser acessível a partir de uma interação que ainda não existia, surge “um novo sistema de reconhecimento, hierarquia simbólica e autoridade” (Dunker, 2021. p. 173). É isso que permite com que aquele sujeito-usuário do primeiro comentário diga que há uma perseguição do jornal em relação ao governo. O autor ainda conclui:

Coletivos agrupados em torno de teorias da conspiração e grupos reunidos contra um inimigo em comum tornaram-se tão frequentes quanto pequenas sociedades que gravitam em torno de uma personalidade famosa ou uma subcelebridade criada por sua capacidade de reunir seguidores. (...) Com isso veio a linguagem *prública*²² da internet para comunicação direta do líder com sua massa. A combinação contingente de uso público e uso privado da linguagem é uma característica desse novo discurso político. (...) Quando está no ataque, a linguagem é pessoal e de baixo calão, como se estivesse em uma contenda privada ou comunitária. Quando está na defesa, o discurso bolsonarista mimetiza a retórica pública e institucional. (DUNKER, 2021. p. 173-174)

É o que vimos acontecer no primeiro comentário apresentado, com o sujeito-usuário atravessado pelo discurso bolsonarista. A partir disso, podemos perceber os confrontos presentes nos outros comentários. Esse *post*-editorial, de onde eles foram retirados, fala sobre o aumento no quadro de militares em cargos de gestão no governo Bolsonaro. Na peça gráfica que acompanha a publicação, a FSP destaca que a instituição militar estaria se associando “desnecessariamente” a uma “aventura política com traços autoritários”. Na legenda é citada uma reportagem do jornal que traz um levantamento na quantidade de militares em cargos públicos desde o governo de Michel Temer, A foto que faz parte da peça gráfica está em preto e branco, com Bolsonaro em primeiro plano e a sombra de um militar com quepe atrás dele, produzindo um efeito como se Bolsonaro estivesse de quepe. Vejamos a imagem a seguir:

²² Dunker (2021) explica que essa linguagem é uma condensação entre privado e público, o que se materializa em uma linguagem própria do digital.

Figura 14 - Post-editorial intitulado “Aparelho militar”, publicado em 08/03/2021.



A fotografia que compõe a peça gráfica do *post*-editorial “Aparelho Militar” foi tirada por Pedro Ladeira da Folhapress. Ela mostra a imagem de Bolsonaro em preto e branco, em frente a um microfone, como se estivesse discursando. Atrás dele, há a sombra da estátua de um militar, o que produz o efeito já mencionado anteriormente, de que Bolsonaro estaria usando um quepe. Esse efeito é o que Santos (2016) chama de copresença, um efeito discursivo que produz uma sensação de presença de indivíduos distintos em contextos diferentes. Segundo a autora, o enquadramento permite com que os dois contextos produzam um mesmo sentido, com um complementando e/ou unindo-se ao outro. “Os meios de comunicação utilizam-se de formas diversas para garantir que nossos sentidos atestem a evidência da copresença do corpo nos espaços discursivos da informação” (Santos, 2016. p. 781). Desse modo, ao compreendemos que a fotografia presente na peça gráfica também é considerada um texto que carrega sentidos, podemos perceber como os efeitos produzidos por ela, imbricados com o texto da peça gráfica e da legenda, direcionam a leitura desse *post*-editorial para um entendimento de que não só existiam mais militares no governo Bolsonaro, como também, ele próprio, assumia essa persona militarizada, o que acaba convocando a memória do golpe de 1964. Assim, o jornal busca por meio da composição visual dessa publicação reforçar os sentidos de que Bolsonaro não só poderia dar um golpe, como se o fizesse seria nos mesmos moldes militarizados de 64.

Podemos perceber que há aqui uma tentativa de cristalizar uma imagem ditatorial de Bolsonaro, a partir do efeito de copresença produzido pelo enquadramento da fotografia. “A imprensa tende a potencializar a forma como a copresença pode ser apreendida em uma situação comunicativa, com objetivo de produzir efeitos de verdade” (Santos, 2016. p. 781-782). E é justamente isso que percebemos na fotografia desse *post*-editorial, em que a fotografia funciona

como uma paráfrase que tem como objetivo reforçar os dizeres presentes na peça-gráfica e na legenda. Entretanto, como vimos no recorte dos comentários presente no quadro 11, os sentidos se fragmentam, a ponto de alguns sujeitos-usuários compreenderem como positiva a presença de militares no governo, à despeito da gestão Bolsonaro. São sujeitos-usuários que se filiam ao discurso pró-intervenção militar, que não necessariamente são considerados apoiadores de Bolsonaro, mas, como já comentamos em outra oportunidade, entendem que a presença militar seria necessária para “arrumar a casa”.

Voltando ao recorte dos comentários no quadro 11, retirado do *post*-editorial apresentado na figura 14, temos no segundo comentário um sujeito-usuário retoma a memória de 1964, porém a partir de outra posição-sujeito quando ele diz que “Generais de 64 enganados pela classe dominante burra para apoiarem o golpe”. Aqui se fazem presentes dois efeitos contraditórios. Ao falar que os generais de 1964 foram enganados, esse sujeito se coloca ao lado das forças militares, ressignificando os acontecimentos de 1964, como se o golpe houvesse sido uma articulação civil-política e não militar. Além disso, ele coloca os militares como se fossem “vítimas” de um golpe, deslocando a própria palavra golpe para a produção de outros sentidos. Na sequência do comentário, ele ainda continua dizendo que esses militares “sentiriam vergonha do atual desgoverno”. Percebemos aqui que, ao mesmo tempo em que esse sujeito se coloca em uma posição de defesa dos militares, também há uma posição contrária ao discurso bolsonarista, uma vez que não há aqui uma defesa do governo, pelo contrário. Percebemos nesse comentário que há uma negação e uma reafirmação do golpe de 1964 em um mesmo enunciado, a partir de novas significações desse acontecimento. Também percebemos que esse discurso vai ao encontro do discurso jornalístico presente do *post*-editorial, uma vez que lá a FSP também coloca os militares como “vítima” das ações autoritárias de Bolsonaro. É isso que permite com que esse enunciado seja formulado nessas condições, produzindo efeitos fragmentados sobre golpe.

Já o terceiro e quarto comentário do recorte mostra os sujeitos-usuários atravessados pelo discurso bolsonarista, entrando em conflito com o discurso jornalístico do *post*-editorial. Enquanto em um vemos o sujeito exaltar os militares, em outro temos um sujeito que recupera a memória da música que foi tema da copa do mundo de futebol de 1970, durante o regime militar, que tinha como enunciado “pra frente Brasil”. No comentário, o sujeito diz “avante Brasil”, fazendo uma relação direta com os dizeres da época da ditadura, como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, e até mesmo o próprio jingle da Copa de 70, que passou a ser utilizada pela ditadura militar como um hino do “milagre econômico”. Em ambos os comentários podemos perceber um efeito de saudosismo de quando os militares estavam no poder. Por estarem atravessados

pelo discurso bolsonarista, esses sujeitos não conseguem associar o regime militar à ditadura, uma vez que esse sentido é apagado tanto por outros sujeitos que ocupam a mesma posição, quanto pelo próprio Bolsonaro, que reiteradamente produziu enunciados aclamando tanto os militares do regime, quanto torturadores notórios, como o Coronel Carlos Brilhante Ustra, que torturou Dilma Rousseff quando ela foi presa pelos militares na década de 1970. Quando fazemos uma retrospectiva do funcionamento da FSP no Instagram, e olhamos para o que já foi apresentado sobre os silenciamentos e apagamentos produzidos pelo jornal neste espaço, compreendemos que esses sentidos sobre os golpes do/no Brasil são possíveis não só pela identificação desses sujeitos em relação aos discursos bolsonaristas e pró-militares que circulam tanto nesse espaço como no digital de modo geral, como também devido ao próprio processo de discursivização do jornal e da imprensa brasileira sobre os golpes. Na medida em que os sentidos contingenciados pela FSP começam a vaziar pelos comentários e circular de uma maneira cada vez mais fragmentada, os sentidos de golpe vão se (re)significando, afetando também os dizeres sobre os acontecimentos históricos e políticos do país. Assim, cada “bolha” composta por sujeitos-usuários de uma mesma filiação discursiva, produz efeitos sobre golpe dessa posição, fazendo com que o imaginário social sobre esse significante se disperse, fazendo com que mesmo um golpe de Estado em curso²³, não seja compreendido como um golpe e sim como um movimento anticorrupção, pela família e pelo bem do povo brasileiro - mesmos enunciados que circulavam no período pré-golpe de 1964. Silva Junior (2021) elucida essa questão:

(...) a paisagem política e social brasileira se alterou de modo radical. A sede por liberdade após quase 20 anos de ditadura militar (...) diante da crescente desigualdade na sociedade, deu lugar ao conservadorismo na população, tendência que lembra inquietamente o período anterior ao golpe militar. Tal conservadorismo tem sido a arma populista mais importante da economia neoliberal, cada vez mais hegemônica no mundo. (...) cooptada pela eficaz tecnologia da persuasão (...) a população demonstrou um apoio quase incondicional a um novo conservadorismo neoliberal, abraçando assim o seu tirano como se fosse seu salvador. (SILVA JUNIOR, 2021. p. 257-258).

Nos próximos tópicos, veremos como essa fragmentação nos sentidos de golpe se manifesta nos comentários dos *posts*-editoriais que, cada vez mais, subiam o tom contra Bolsonaro. Ao final, perceberemos que quanto o discurso jornalístico reafirmava o comportamento autoritário de Bolsonaro, mais coléricos se tornavam os comentários dos

²³ Entendo como golpe de Estado em curso uma estrutura neoliberal composta por governo, grandes corporações e o mercado financeiro, que impõem uma agenda contra o estado de bem-estar social.

sujeitos-usuários atravessados pelo discurso bolsonaristas. Além disso, também vamos notar como mais sentidos sobre os golpes do/no Brasil vazavam naquele espaço, tornando a interação entre os sujeitos dos comentários e a instituição impressa cada vez mais frágil e controversa.

4.1 “GOLPE É PALAVRA GASTA, JÁ!”

Quando a instituição imprensa precisa reafirmar sua posição de poder é porque ela está perdendo este lugar. Ou seja, algo já se rompeu no funcionamento do discurso jornalístico em relação à sua eficácia junto ao sujeito-leitor. E, ainda que a instituição imprensa não mude sua posição, há uma mudança significativa no efeito-leitor esperado, uma vez que os dizeres dos *posts*-editoriais não convocam os mesmos sentidos que aqueles produzidos pelos editoriais impressos. Além disso, há um deslocamento na posição que sujeito-leitor ocupava tradicionalmente, fazendo com que o efeito-leitor dos *posts*-editoriais se torne instável e intrinsecamente relacionado aos modos de circulação.

No Instagram, não existem potenciais leitores, e sim usuários. Indivíduos que criam suas contas de maneira gratuita e passam a ter acesso a todo e qualquer conteúdo publicado pela FSP naquele espaço. Não há regulação ou controle por parte do jornal de quem o segue ou comenta nas publicações. Mas há uma regulação em relação a quem recebe esse ou aquele conteúdo na sua *timeline*. Assim como os sentidos podem ser muitos, mas nunca são qualquer um, a circulação dessas publicações, mediada e regulada por algoritmos²⁴, define quem vai receber o quê, em qual momento e em determinadas circunstâncias - geralmente sem um contexto político ou social. E mesmo que o próprio usuário possa acessar por livre e espontânea vontade o perfil da FSP, isso é feito em condições específicas, geralmente movido por um desejo de saber o que está sendo dito ali. A instância da circulação dos enunciados no Instagram é opaca e regida pelos discursos neoliberal e econômico. Não há como observar os sentidos que circulam ali sem considerar os efeitos que as sobredeterminações técnicas da plataforma

²⁴ Silveira (2019) explica que “a modulação é um processo de controle de visualização de conteúdo”. As plataformas possuem sistemas de algoritmos “que distribuem” o que é criado pelos usuários – sejam pessoas ou organizações. O autor ainda explica que a modulação, para funcionar, precisa apenas encontrar determinados dizeres e direcioná-los “a segmentos da rede ou a grupos específicos, conforme critérios de impacto e objetivos previamente definidos (...) Os sistemas algorítmicos filtram e classificam palavras-chaves das mensagens, detectam sentimentos, buscam afetar decisivamente os perfis e, por isso, organizam a visualização nos seus espaços (...). (SILVEIRA, 2019. p. 21).

produzem desde o momento em que esses enunciados são formulados. Ainda que haja um contexto específico que afeta diretamente a produção desses enunciados, é a interação com os dizeres daquele *post*-editorial, afetada pelo consumo de outras publicações²⁵ de interesse daquele sujeito-usuário, que permite com que os sentidos sobre golpe sejam múltiplos. É o que acontece, por exemplo, com o *post*-editorial intitulado “Rastros Bolsonaroistas”. Vejamos a imagem a seguir:

Figura 15 - Post-editorial intitulado "Rastros Bolsonaroistas" publicado dia 18/06/2020



Como podemos perceber, essa publicação é feita no dia 18 de junho de 2020, cinco dias após um grupo bolsonaristas chamado “300 do Brasil²⁶” tentaram invadir o Congresso Nacional, em Brasília-DF. O grupo estava acampado na Esplanada dos Ministérios há cerca de 1 mês quando teve o acampamento desmontado pelas forças de segurança do DF. Na época, o país vivia um dos auges da pandemia de Covid-19, evitando-se a aglomeração de pessoas e a circulação sem máscara. Na publicação, a FSP destaca no texto que acompanha a peça gráfica

²⁵ Flores, Gallo e Neckel (2015) comentam sobre como é feita a “seleção” de leitores em uma plataforma digital. Para elas internet produz uma forma de circulação diferente, pois se oferece como um produto a qualquer um que tenha interesse em consumi-la, tendo como critério prioritário para a seleção de leitores fatores econômicos e não políticos ou sociais.

²⁶ O movimento dos “300 do Brasil” nasceu no contexto da pandemia de Covid-19, em que muitos apoiadores de Bolsonaro eram contra o lockdown. Durante o acampamento, o grupo protestava a favor do então Presidente da República, pediam a saída dos Presidentes da Câmara e do Senado, e dos Ministros do STF, além da intervenção militar - que chamavam de “intervenção do povo”. Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm>

o enunciado: "**Não há golpe, não há artigo 142, não há bravatas da minoria não democrática dos militares**" - O destaque em negrito foi feito pelo próprio jornal, na peça gráfica que compôs a publicação. Diferente de outros *posts*-editoriais, nesse a FSP não inseriu nenhuma chamada ou fez alguma autorreferência direcionando a leitura para o site. Apenas o texto da peça-gráfica e o da legenda compõem o *post*, produzindo um efeito de fecho, como se aquele texto estivesse apenas ali, e não em outro lugar. A afirmação do jornal a partir da negação utilizando o “não” é uma maneira de reforçar sua posição, enfatizando um efeito de responsabilidade assumida pelo jornal de desmentir o que Bolsonaro fala para os seus apoiadores, reforçando os sentidos de que a tentativa de golpe empenhada por ele é uma falácia e uma aventura. Ao mesmo tempo, o “não” evidencia que existe algo para ser negado, e, portanto, ressignificado. Desse modo, podemos compreender que existe sim um golpe, um artigo 142 e bravatas militares que precisam ser negadas. Entretanto, quando esses sentidos circulam no Instagram, essa evidência do que é negado pode se sobressair, fazendo com que o efeito inicial produzido por essa formulação se fragmente, como vimos nos comentários destacados. Cabe contextualizar que o artigo 142 da Constituição Federal de fato existe. Ele é uma das heranças da Ditadura Militar que se materializou em forma de lei. Embora o artigo não explicita que as Forças Armadas têm o direito de tomar o poder para “restaurar a lei e a ordem”, ele deixa a questão de maneira subjetiva, possibilitando com que outras interpretações sejam feitas, conforme a posição-sujeito daqueles que formulam o dizer sobre o Artigo 142.

Desde 1988 estava consagrada a militarização da segurança pública. A Constituição já foi emendada mais de sessenta vezes. Em suma, trivializou-se. Acresce que esse furor legislativo e constituinte emana de um executivo ampliado e de fronteiras nebulosas, governando rotineiramente com medidas provisórias com força de lei. Como, além do mais, o artigo 142 entregou às Forças Armadas a garantia da lei e da ordem, compreende-se o diagnóstico fechado por nosso autor: sem dúvida, “há no Brasil lei (rule by law), mas não um Estado de direito (rule of law)”. Num artigo escrito no auge da desconstitucionalização selvagem patrocinada pelo governo FHC, o jurista Dalmo Dellari assegurava que, na melhor das hipóteses, estaríamos vivendo

num Estado de mera legalidade formal; na pior, retomando o rumo das ditaduras constitucionais. (COELHO, 2010. p. 2013)

Vejamos agora o recorte de um comentário retirado desse *post*-editorial:

Quadro 12 - Recorte 1 de comentários extraídos do *post*-editorial "Rastros bolsonaristas"

██████████: "O artigo 142 permitirá que os bandidos do STF sejam aprisionados." - Ives Gandra

Percebemos que nesse comentário há uma retomada do golpe de 1964, só que a partir de uma posição-sujeito diferente, atravessada pelo discurso bolsonarista. Temos aqui sujeitos que (re)significam os sentidos de golpe para desestabilizar os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico. Esse movimento produz um efeito de massa, que como já mencionamos anteriormente, faz com que outros sujeitos repitam o mesmo discurso. Além disso, não há um entendimento comum em relação a golpe, consequência desse silenciamento constantemente promovido pelo discurso jornalístico-político, que apaga as condições de produção e ressignifica esses acontecimentos a cada publicação. A partir disso, compreendemos como é possível que os discursos sobre o artigo 142 ser um instrumento para a tomada de poder, ou seja, um golpe de Estado, ressoem em alguns comentários presentes nesse *post*-editorial. Vemos que no recorte apresentado, o sujeito-usuário diz "O artigo 142 permitirá que os bandidos do STF sejam aprisionados". A frase escrita vem entre aspas, e é atribuída a Ives Gandra, um jurista brasileiro. Entretanto, não encontramos nenhum indício de que o jurista havia realmente dito ela nesses termos colocados, ainda que houvesse diversas manifestações de Gandra em relação a interpretação do artigo 142. O fato dessa frase ter sido atribuída a uma personalidade pública e jurídica, acaba produzindo um efeito de legitimidade, como se, de fato, aquilo fosse uma verdade. Quando esse comentário começa a circular junto com o *post*-editorial, ele deslegitima o discurso jornalístico presente na publicação, ao mesmo tempo que legitima seus dizeres sobre o artigo 142 por trazê-lo entre aspas e atribuir ao outro. É como se ele dissesse "não sou quem estou falando, é uma pessoa que entende de lei", ao mesmo tempo também é como se dissesse que o que o jornal traz não é legítimo, uma vez que não é dito por uma autoridade do assunto. Silveira (2016) chama esse discurso de discurso *ordinário* no digital, promovendo uma descentralização do poder e a "ocupação dos espaços midiáticos com sentidos incompletos e heterogêneos" (Silveira, 2016. p. 64). A autora ainda explica que esses discursos ordinários disputam o mesmo espaço das instituições legitimadas, porém produzindo diferentes efeitos.

(...) a fala comum, que circula no privado, na rua, nos bares e nos lares, passa a ter um estatuto social e comunicacional diferenciado, pois também ela é parte daquilo que se produz e circula no digital. (...) o *discurso ordinário* ganha espaço e projeção social, traduzida em *likes*, curtidas e seguidores, nas redes interpessoais e aglutinadoras que instituem a ordem discursiva do digital. (...) [ele] põe em jogo a posição-sujeito ordinário, ligado a instâncias midiáticas não legitimadas, que se desenvolve por uma relação de autoria de um texto coletivo que se constrói pelo conjunto de outros textos, dados, links, palavras-chaves, que não se sabe exatamente de onde vêm, nem tem necessariamente a marca de uma autoria (...) (SILVEIRA, 2016. p. 66).

Seguindo na análise dos comentários ainda desse mesmo *post*-editorial, destacamos outros dois recortes que produzem os mesmos efeitos fragmentados sobre a palavra golpe, porém de posições-sujeito diferentes:

Quadro 13 - Recorte 2 de comentários extraídos do *post*-editorial "Rastros Bolsonaristas"

<p>Se ele já é o presidente, qual é o golpe? Ele vai tomar o poder dele? Hahahahahaha</p>
<p>Até que enfim essa esquerda burra está acordando! Golpe é palavra gasta já!</p>

No primeiro comentário percebemos que o sujeito-usuário usa um tom debochado para questionar o golpe que a FSP liga à Bolsonaro. Uma interpretação possível, é que para esse sujeito um golpe de Estado só é possível quando uma força externa, de oposição, toma o poder, o que ali não seria o caso já que “ele é o presidente”, o que fica evidente quando o sujeito ainda questiona “Ele vai tomar o poder dele?” e solta algumas risadas ao final. Percebemos aqui um efeito do apagamento e silenciamento sistemático da FSP em relação aos golpes do/no Brasil. Ao silenciar a memória que conecta o jornal ao golpe de 1964, e ao apagar o golpe de 2016, a FSP produz um efeito de esvaziamento da palavra golpe, o que permite com que outros significados sejam atribuídos a essa palavra, e diversas interpretações e leitura possam se concretizar. Além disso, há um contingenciamento de sentidos feito pelo jornal no *post*-editorial que vaza quando os sujeitos-usuários questionam o que está sendo dito, e reformulam a palavra golpe a partir das suas diferentes posições-sujeito. Mas não só isso: a repetição sistemática do jornal em relação a possibilidade de Bolsonaro sofrer um impeachment não produz efeito de leitura nos sujeitos-usuários que se filiam ao discurso bolsonarista, fazendo com que o funcionamento do discurso jornalístico sobre um possível golpe de Bolsonaro falhe à medida em que circula pelo Instagram. É nesse confronto entre o discurso jornalístico e os discursos ordinários (Silveira, 2016) presente no espaço dos comentários que faz com que o significante golpe seja sempre (re)significado na sua circulação, não consolidando um imaginário social

sobre essa palavra e fazendo com que ela “escape” conforme as condições de produção dos enunciados e a posição dos sujeitos enunciadoreis.

(...) Esse é o risco dos sentidos. Não há discurso estanque que os torne de todo “controláveis” nem discurso que garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que são produzidos. Uma vez postos em circulação, eles podem se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos. Por esses meios, o conflito dos sentidos se estabelecia de modo tão feroz quanto silencioso. (ORLANDI, 2007. p. 117).

É o que acontece no segundo comentário do recorte apresentado, em que o sujeito-usuário diz que “golpe é palavra gasta”. Ao trazer esse enunciado, há por um lado um efeito de saturação produzido pela recorrência com que a FSP publica *posts*-editoriais falando sobre golpe e relacionando-o a Bolsonaro. Mas há também, e principalmente, um efeito de esvaziamento no debate político, onde não se considera mais a probabilidade de um golpe de Estado, pois os acontecimentos relacionados a ela são reduzidos apenas a uma palavra “gasta”. Apaga-se aqui toda a historicidade de golpe, enfraquecendo ainda mais o discurso jornalístico da FSP sobre os golpes do/no Brasil, e possibilitando novas discursivizações sobre esse significante.

4.2 “SEM ANISTIA”

No dia 30 de outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é eleito Presidente do Brasil pela 3ª vez, com mais de 59 milhões de votos em uma disputada eleição contra Jair Bolsonaro (PL). E embora os rumos da política no Brasil tenham mudado com a volta de Lula, o projeto autoritário de Bolsonaro se manteve presente até se materializar em uma tentativa de golpe no dia 08 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do novo Presidente do Brasil. A cronologia dos atos de 08 de janeiro tem início no final do 2º turno das eleições presidenciais, porém sua preparação vinha de muito antes. E aqui não me refiro apenas à arquitetura das ações que culminaram em horas de depredação dos STF, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional. Como vimos nos capítulos anteriores, eles se construíram lentamente na circulação de novas discursivizações sobre os golpes do/no Brasil. Quanto mais a mídia hegemônica reafirmava, aqui caracterizada pelo jornal FSP, repetia os “avisos” de que Bolsonaro estava arquitetando um golpe, mais e mais comentários questionavam, apoiavam ou contradiziam o

discurso jornalístico. Esse confronto materializado no espaço dos comentários nos *posts*-editoriais fez com que sujeitos que compartilhavam de uma mesma posição, se aglutinassem em torno de um efeito de afirmação daquilo que acreditavam. Assim, percebemos nos atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023 não só a força de uma parcela de indivíduos que haviam perdido as eleições, mas também o funcionamento de uma massa que se alimentou e ganhou corpo com os discursos em circulação nos últimos quatro anos de governo Bolsonaro.

O Brasil bolsonarista adotou a aurora como símbolo, retomando a velha temática nazista do despertar de uma nação (*Errwachts*). (...) Note-se que é sempre em nome do realismo e da urgência de acordar e fazer alguma coisa contra o pior que o pior vem sucedendo discursivamente. (...) Encorajando a intolerância e a violência, manifestadas pela retórica do armamento, do policiamento ostensivo e do Exército no poder, esse discurso possui um efeito capilar e imediato que autoriza a opressão (...). Provavelmente isso não vai ocorrer por meio de atos institucionais e arbitrariedade, mas pela terceirização da violência, em particular de ações agressivas praticadas por seus partidários (...) (DUNKER, 2022. p. 184).

Foi exatamente esse o comportamento citado por Dunker visto durante todo o processo eleitoral em 2022 e após as eleições, com acampamentos de bolsonaristas espalhados por diversas cidades do país, pedindo recontagem de votos e alegando golpe do TSE nas eleições. Embora tenham perdido nas urnas, essa parcela de indivíduos buscou instaurar o Estado caos, com ameaças de atentados, fechamento das principais rodovias do país e, por fim, a invasão à Praça dos Três Poderes. A mídia hegemônica, por sua vez, procurou inúmeras maneiras de nomear esses indivíduos, produzindo um efeito de imparcialidade, ao mesmo tempo que desse conta de reforçar que aquelas ações eram atos isolados, portanto sem risco de uma ruptura institucional. Havia uma necessidade de tirar Bolsonaro dos holofotes, agora que o “inimigo” era outro: o retorno de Lula e do PT à presidência²⁷. Esse acontecimento político retoma os sentidos do golpe de 2016, recuperando a memória desse acontecimento e produzindo mais uma rachadura no discurso jornalístico da FSP. Ele também retoma 1964, evidenciando o contingenciamento feito pelo jornal nos últimos anos, no Instagram. A força com que essa

²⁷ No editorial intitulado “Mau começo”, de 12 de novembro de 2022, o jornal FSP se dedica em fazer uma crítica ao governo Lula que havia proposto uma PEC da Transição, a fim de garantir investimentos para áreas sociais. Segundo o levantamento da equipe de transição, o governo Bolsonaro havia aprovado um orçamento que inviabilizava algumas das principais promessas de campanha de Lula, como o aumento real do salário-mínimo acima da inflação e a manutenção do Bolsa Família no valor de R\$600 mais R\$150 por criança até 6 anos de idade. Bolsonaro havia estendido o benefício a esse valor só até o final de 2022, sem que houvesse previsão de renovação para os anos seguintes.

memória do golpe é retomada se materializa em alguns comentários feitos em um dos primeiros *posts*-editoriais publicados após a vitória de Lula no 2º turno²⁸:

Quadro 14 - Recorte de comentários extraídos do *post*-editorial “Troca de Guarda”.

██████████ Tá na hora de prender, e não conversar. Fazemos isso a 130 anos e eles dão golpes.
 ██████████ Não vai ter anistia.
 ██████████ Não vai ter ANISTIA !
 ██████████ : Bolsonaro tem que ser preso.

O que possibilita com que dizeres que carregam sentidos do golpe de 1964 sejam retomados mais de cinco décadas depois? Quando me deparei com os comentários que falavam sobre a anistia, compreendi como todo o processo de discursivização dos golpes do/no Brasil teve consequências diretas no discurso jornalístico. Foi na tentativa de negar 2016 e (re)significar 1964 que a FSP abriu espaço para que a memória desses acontecimentos fosse retomada. Os recortes dos comentários apresentados no quadro 14 foram retirados do *post*-editorial “Troca de Guarda”, publicado em 12 de dezembro de 2022. A publicação traz uma foto em preto e branco do Ministro da Defesa nomeado por Lula, José Múcio. No texto que acompanha a peça gráfica, a FSP aprecia a escolha de Lula quando diz que “Lula tem a oportunidade de valorizar a pasta da Defesa e esvaziar a pregação golpista”. A escolha de Múcio para assumir o Ministério da Defesa veio ao encontro da tentativa do novo governo eleito de amenizar as hostilidades em relação às forças armadas, e mitigar os boatos de golpe, como aponta o próprio *post*-editorial da FSP. Contudo, a escolha de Múcio também gerou outras repercussões que não foram exploradas na publicação, mas fazem parte das suas condições de produção. Além de ter sido bem falado pelo comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior²⁹, o ex-vice-presidente General Hamilton Mourão e o próprio Bolsonaro teceram elogios ao ministro. Esses episódios geraram um efeito de desconfiança em relação às atitudes que o Governo Lula tomaria em relação às manifestações e os acampamentos golpistas que se proliferaram pelo país após o 2º turno. Além disso, havia

²⁸ Uma das principais promessas de campanha de Lula era a revogação do sigilo de 100 anos que Bolsonaro havia decretado sobre a sua carteira de vacinação e a agenda de visitas presencial. Lembrando que Bolsonaro afirmara não ter tomado a vacina contra covid-19 e era um ferrenho negador da pandemia, o que motivou o sigilo sobre a sua carteira de vacinação.

²⁹ A fala do comandante foi trazida em uma reportagem da BBC Brasil feita após a confirmação do nome de José Múcio à frente do Ministério da Defesa. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63912906>

uma preocupação de que o sigilo de 100 anos fosse revogado já na posse de Lula, assim como uma investigação fosse feita em relação à gestão Bolsonaro, principalmente nas suas ações durante a crise sanitária da pandemia de covid-19. Todo esse contexto, que não aparece no *post*-editorial, é materializado nos comentários, quando os sujeitos-usuários dizem “Não vai ter anistia”, “sem anistia” e “Bolsonaro tem que ser preso”.

Há nesses comentários dois efeitos distintos e contraditórios, ainda que todos os sujeitos pareçam ocupar a mesma posição. O primeiro recupera o ato de resistência política do período pós-redemocratização, em que inúmeros grupos e organizações civis questionavam - e ainda questionam - a Lei da Anistia que favoreceu torturadores e militares responsáveis pelos anos de chumbo. Cabe lembrar que o Brasil nunca puniu plenamente todos os envolvidos no golpe militar de 1964. Assim, quando esses sujeitos dizem “sem Anistia”, eles produzem um efeito que busca não repetir o passado, recuperando a historicidade do golpe de 64 silenciada nos *posts*-editoriais da FSP. Já o segundo efeito é produzido tanto pelo primeiro comentário do recorte, que diz “tá na hora de prender e não conversar”, quanto no último que reivindica a prisão de Bolsonaro. Aqui, há uma forte presença do efeito de polarização produzido pela FSP ao longo dos anos, bem como de seu apagamento do passado, como se todos os envolvidos no golpe de 64, inclusive os militares, já tivessem pagado por seus crimes e não pudessem tornar a repeti-los, como vimos nos capítulos anteriores. Não há uma memória presente em relação aos golpes do/no Brasil, ainda que o primeiro comentário cite outros golpes dados “há 130 anos”. O que percebemos nesses comentários é justamente o atravessamento do discurso jornalístico, que direcionou os sentidos de golpe para uma personificação em Bolsonaro. Esse efeito de polarização, ao contrário do efeito de resistência política produzido pelo enunciado “sem anistia”, é o que estimula as reações positivas ou negativas em relação a esses comentários, aumentando o engajamento na publicação e, conseqüentemente, fazendo com que esse *post*-editorial circule mais e seja distribuído conforme a gestão algorítmica da plataforma. Desse modo, há um efeito de esvaziamento do debate político, que acaba naturalizando certos enunciados, seja para um lado ou para outro. É justamente essa fragmentação dos sentidos que faz com que o discurso neoliberal atravesse todos os outros discursos que circulam no Instagram. Para Silva Junior (2021), o neoliberalismo produz outras formas dos indivíduos se relacionarem com a verdade, a moralidade e novos modos de subjetivação, promovendo a individualização e a criação de um novo pacto social.

4.3 “PEGA QUE O FILHO É TEU”: A RESISTÊNCIA PRESENTE

Quando iniciei o percurso de pesquisa, tinha uma visão bastante pessimista dos resultados que encontraria. Acreditava que a modulação e a gestão algorítmica de plataformas como o Instagram promovia um silenciamento sistemático dos discursos de resistência. No meu entendimento, era como se esses discursos se “perdessem” em bolhas que dificilmente seriam furadas. Contudo, a observação dos comentários nos *posts*-editoriais analisados mostrou como as minhas percepções iniciais estavam equivocadas. O espaço dos comentários vai materializar que, de fato, “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 1988. p. 281). E isso acontece porque há uma mudança significativa na relação entre sujeitos-leitores e instituição imprensa. Ainda que o Instagram possua modulações específicas e uma gestão algorítmica cujos critérios não são públicos, a aproximação do sujeito-leitor com o discurso jornalístico fez com que o discurso dominante do jornal fosse perdendo cada vez mais força, misturando-se a outros discursos em circulação naquele espaço. Se antes o próprio jornal controlava essa interação a partir da seção de cartas do leitor, no impresso, aqui essa hierarquização e controle deixam de existir. Assim como a FSP pode dizer no seu perfil do Instagram, todos os outros sujeitos-usuários também podem dizer ali, de maneira pública e não mediada, ainda que com uma força de circulação diferente, uma vez que o perfil do jornal tem muito mais impacto na circulação dos seus *posts* do que os comentários feitos neles. Esse gesto acaba produzindo um efeito que Orlandi (2021) chama de “Volatilidade da interpretação³⁰”, abrindo possibilidade e espaço para contradições, falhas, equívocos e, também, resistência. Já Paveau (2021) entende que há nessa relação dos comentários uma enunciação ampliada, em que a escrita se prolonga por adição. Entendemos, portanto, que os comentários acabam exercendo essa função de soma, fazendo com que o texto se prolongue e outros sentidos sejam ali mobilizados.

(...) a compreensão das mensagens não depende mais apenas da sua enunciação primeira, mas integra as enunciações segundas, prolongamentos temáticos ou metadiscursos, que constituem os comentários, os compartilhamentos, as circulações. (...) Nos contextos digitais, a instância enunciativa não é mais, com efeito, assimilável a uma figura única, o enunciador (...) o comentário do blog, assim como o da rede

³⁰ Orlandi (2021) formula essa noção a partir da compreensão de que as materialidades digitais têm como ponto forte a instância da circulação. Para ela, nas condições de produção dos discursos que circulam nesses espaços, “que privilegiam a interatividade”, a volatilidade refere-se à “diluição do real (pela força do imaginário) e à evanescência dos fatos (que são produzidos de múltiplas maneiras). Quando mais se fala em fatos, mais eles se desvanecem. Na volatilização das interpretações” (ORLANDI, 2016. p. 3-4)

social, não apenas adiciona conteúdo, mas prolonga o texto primeiro. (PAVEAU, 2021, p. 53-54).

Essas articulações teóricas nos possibilitam pensar como, ao mesmo tempo quem que os sentidos sobre os golpes do/no Brasil estão sempre em um jogo de apagamento/silenciamento pelo discurso jornalístico, eles também são constantemente retomados nos processos discursivos, impossibilitando a estabilização desses sentidos, assim como seus silenciamentos. Ainda que os sentidos apreendidos nos comentários sejam múltiplos e contraditórios, eles também agem no sentido de tirar da evidência os “fatos” que o jornal FSP traz como óbvios, mostrando que há um já-dito presente na memória discursiva sobre os golpes de 1964 e 2016. A seguir, apresento recortes de comentários feitos em diferentes *posts*-editoriais da FSP, publicados entre 2018 e 2023. Optei por organizar os comentários em quadros separados, conforme o ano de publicação, para depois trabalhar com uma análise conjunta desses comentários, considerando que trago eles como uma evidência do processo discursivo de resistência observado na interação entre sujeitos-usuários e instituição imprensa:

Quadro 15 - Comentários recortados do post-editorial “Brasil à direita” de 2018


 08/10/18 14:28:16
 1 curtida
 @na_sugiyama Para quem apoiou o golpe.... O que esperar?


 08/10/18 16:00:12
 0 curtida
 #ELENÃO #ELENUNCA


 09/10/18 02:27:00
 0 curtida
 Essa culpa não carrego.

Quadro 16 - Comentários recortados do post-editorial “Foliões na Política” de 2020.


 22/02/20 21:10:18
 6 curtidas
 Tarde demais né folha???


 22/02/20 21:28:05
 3 curtidas

Sintam-se parte disso. Aliás, toda a imprensa tem uma grande parcela. Agora, estão colhendo o que ajudaram a plantar. Desculpa, mas “é verdade esse bilhete”.

██████████
23/02/20 00:29:46

0 curtidas

Eleito com apoio da Folha! Nunca mais esqueceremos!

Quadro 17 - Comentários recortados dos *posts*-editoriais “Limite a Bolsonaro” e “Resposta a Bolsonaro” de 2020.

██████████

26/02/20 23:33:32

52 curtidas

A Folha é sócia do golpe que levou esses caras ao poder.

██████████

28/02/20 10:28:18

0 curtida

Vocês tiveram a parcela de culpa na candidatura e eleição desse verme como presidente. Não há um dia pós-golpe que vocês estejam com as mãos limpas.

██████████

22/04/20 14:56:18

0 curtida

Uma escolha muito difícil né, querida? 🤔🤔

Quadro 18 - Comentários recortados do post-editorial “Os centros se movem” de 2020.

██████████

14/11/20 11:01:08

5 curtidas

Você é o responsável, nunca esqueceremos!!!!

██████████

14/11/20 15:29:28

0 curtida

Pega que o filho é teu 🍊🍊🍊

██████████

14/11/20 22:59:30

0 curtidas

A Folha por trás do Golpe de 16 agora quer pagar de Democrata.

██████████

15/11/20 02:25:33

0 curtidas

A velha folha pró ditadura 🤪🤪

Quadro 19 - Comentários recortados dos *posts*-editoriais “Aparelho Militar”, “Rubricão Institucional” e “Cautela Máxima” de 2021.

██████████
08/03/21 15:34:02
1 curtida
Embala que p filho é teu folha de SP...contribuíram MT p golpe de 2016

██████████
11/06/21 22:36:18
0 curtida
E daí Folha? Você apoiou o golpe de 64.

██████████
27/08/21 11:13:08
0 curtida
A Folha apoiou o golpe se 64 mas quer q vc use amarelo pela democracia 👉 👉 👉

Quadro 20 - Comentários recortados do post-editorial “Golpismo no armário” de 2023.

██████████
14/01/23 19:31:32
44 curtidas
...e a folha ajudou com toda essa agenda neoliberal f@scista. Segura que o filho é teu.

██████████
14/01/23 19:36:38
6 curtidas
Pra chegar num Estado-Fascista é necessário tbm uma imprensa conivente e passador de pano!

██████████
14/01/23 20:21:43
3 curtidas
Eu sei o que a Folha fez no Natal de 2015.

Parto do comentário “Pega que o filho é teu”, que dá origem a este subcapítulo para fazer alguns encaminhamentos em relação ao que entendo aqui por movimento de resistência. Mais do que desestabilizar os sentidos sobre o golpe de 1964 e 2016 que são trazidos nos *posts*-editoriais, estabelece-se aqui uma relação que antes não era possível. Paradoxalmente, o espaço dos comentários no perfil do jornal FSP faz mediatizar vozes que antes nunca teriam espaço no jornal impresso. E essa não é uma decisão editorial, pelo contrário, é justamente o resultado das sobredeterminações técnicas da plataforma. O que nos possibilita dizer que nesse espaço, onde há um constante confronto discursivo entre sujeitos que ocupam múltiplas posições, há, também, um efeito de resistência, em que o sujeito-usuário usa de uma metáfora para responsabilizar a FSP pela presença de Bolsonaro na presidência - o que antes era impossível de ser feito no jornal impresso. A partir disso, podemos compreender como a interação dos

discursos presentes nos comentários com o discurso jornalístico dos *posts*-editoriais produzem efeitos diversos, contradições, falhas e, como apresentado nos comentários dos quadros, também efeitos de resistência, que Indursky (2015) chama de gestos de resgate da memória. No caso dos comentários em questão, percebemos que há um constante confronto em relação ao que a FSP diz, resgatando a sua participação nos golpes de 1964 e 2016. Inclusive, um enunciado recorrente nesse confronto é “o filho é teu”, uma metáfora em que o “filho” é uma representação não só de Bolsonaro, como de todo projeto de governo autoritário promovido por ele durante quatro anos, assim como seus desdobramentos. Há nesse gesto dos comentários uma responsabilização da FSP, que não ocorreu nem em 1964 e nem em 2016, fazendo com que a política de esquecimento (Indursky, 2015) produzida pelo AIE da informação se rompa de alguma maneira. “O “apagamento” de um sentido em uma FD não implica o apagamento deste sentido ao nível do interdiscurso, que funciona como uma memória de todos os dizeres. Dessa forma, percebe-se que um sentido pode desaparecer de uma FD, mas não pode ser apagado do interdiscurso, onde ele permanece recalcado” (Indursky, 2011. p. 87). Desse modo, compreendemos que mesmo a FSP produzindo silenciamentos e apagamentos em relação aos golpes de 1964 e 2016, esses sentidos retornam nos comentários, rompendo o processo discursivo próprio do discurso jornalístico, que repete os saberes da sua FD dominante à exaustão, até produzir um efeito de verdade. (Indursky, 2015). Esse rompimento acontece a partir de outros processos discursivos que acontecem no espaço dos comentários durante a circulação desses *posts*-editoriais, o que impossibilita com que efeito de efeito de consenso (Indursky, 2015) sobre os golpes de 1964 e 2016 se perpetue no corpo social.

Desse modo, compreendo que há dois movimentos importantes e que precisam ser identificados de maneira separada. Primeiro, temos um efeito de resistência produzido pelos comentários dos sujeitos-usuários. Digo que é um efeito, pois essas formulações estão sempre se relacionando com as condições de produção e a circulação desses dizeres no Instagram. Ainda que em alguns comentários seja recuperada a memória dos golpes de 2016 e 1964, há uma interação coletiva que acontece ali com outros sujeitos-usuários, de diferentes posições, e com o próprio *post*-editorial. Esse é um processo que materializa o que Orlandi (2021) chama de volatilidade da interpretação, que “é a contrapartida da diluição do real. Fatos ou eventos se exaurem em versões (...)” fazendo com que os sentidos sejam “descaráveis”. Para a autora “As pessoas se desembaraçam deles logo que lhes for necessário, ou se recolhem neles assim que isso lhes der um ponto de sustentação” (Orlandi, 2021. p. 5). Desse modo, compreendemos que esses dizeres produzem um efeito de resistência justamente por contestar e responsabilizar a

FSP em um determinado contexto sócio-histórico e político, mas que também se dispersam à medida em que os sentidos sobre os golpes de 1964 e 2016 vão se saturando naquele espaço.

(...) o texto é território movente, incerto, impreciso. Mexe profusamente com a relação dito/não dito, com a presença-ausente, com as bordas do silêncio, com o entremeio dos sentidos. Observamos gestos de interpretação latentes na vontade de domesticar os sentidos do silêncio. Lugar de tensão, de incompletude e de dispersão dos sujeitos e da fuga dos sentidos. As versões exploram múltiplas direções de sentidos. O que as rege são as condições de produção e as formações discursivas em que os sujeitos se inscrevem, significando (se). (ORLANDI, 2021. p. 8)

Por outro lado, pude identificar também um lugar de resistência pelo qual o processo discursivo dominante falha. É contraditório pensar que um espaço criado pela própria plataforma é justamente o que torna possível com que a memória discursiva sobre os golpes de 1964 e 2016 seja constantemente retomada, midiaticizada e circule de uma maneira não-controlável e não-estável. Ainda que o *post*-editorial seja distribuído conforme as determinações algorítmicas, os comentários estarão lá, sempre presentes e reverberando no fio discursivo. Ao entender a plataforma Instagram também como um AIE da informação, assim como o jornal FSP, convocamos Pêcheux (2014) quando diz que a “interpelação ideológica (...) não é um ritual sem falhas, falta e rachadura”. É justamente a possibilidade de poder dizer, e a visibilidade mediante a midiaticização desse dizer, que faz com que o espaço dos comentários seja um lugar de controle e resistência, onde a dominação falha na relação do sujeito-usuário com a instituição imprensa. “O lapso, o ato falho etc. constituem, enquanto quebras e fragmentos de rituais, as matérias-primas da luta ideológica das classes dominadas, na medida exata em que o círculo-ritual da interpretação ideológica é a matéria-prima da dominação” (PÊCHEUX, 2014. p.16). É o que vemos no comentário “A Folha é sócia do golpe que levou esses caras ao poder.”, apresentado no quadro 17 e que teve 52 curtidas, uma vez que a curtida é um atributo de interação – e também de identificação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mariani (1998), ao explicar sobre o funcionamento do discurso jornalístico, diz que a sua principal propriedade é a submissão ao jogo das relações de poder. Isso se evidencia nas análises quando vemos nos *posts*-editoriais que mesmo o jornal buscando elementos para se (re)afirmar em um espaço enunciativo informatizado como o Instagram, há a formação discursiva dominante do discurso tecnicista-econômico que o impede de produzir outros sentidos sobre os golpes do/no Brasil. Desse modo, o jornal Folha de S. Paulo, que faz parte do AIE de informação, produz um silenciamento e um apagamento em relação ao golpe de 1964 e 2016, respectivamente. Entendemos que mesmo os *posts*-editoriais circulando no Instagram, não há uma mudança na posição-sujeito do jornal, o que faz com que haja um contingenciamento dos sentidos para que todos saibam que golpe é um movimento autoritário, militarizado e violento, nos moldes de 1964, o que silencia a participação da grande mídia e de setores da sociedade civil. Ao mesmo tempo, ao definir o que é golpe, a FSP apaga o golpe de 2016, nomeando esse acontecimento como um impeachment. E é justamente por não mudar de posição-sujeito no Instagram que a FSP continua buscando produzir os efeitos de imparcialidade de neutralidade, que são intrínsecos ao processo discursivo jornalístico.

Em uma palavra, a imprensa deve desambiguar o mundo. Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e consequências (...) ao se didatizar o 'mundo' exterior e o tempo em que os fatos acontecem. Dizendo de outro modo, a 'objetividade' dos fatos, ie, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos. (MARIANI, 1998. p. 63)

Entretanto, o jornal FSP discursiviza os golpes do/no Brasil não só a partir da sua posição-sujeito institucional. Como podemos perceber ao longo das análises, há uma sobredeterminação técnica e discursiva do Instagram que passa a afetar essa discursivização na instância da circulação dos *posts*-editoriais, aqui arriscamos a dizer que estamos diante de um atravessamento ou encontro em um mesmo espaço de modos de funcionamento determinados por dois AIE midiáticos: a imprensa e o digital (mais precisamente os espaços gerenciados pelas *Big Techs*, que são espaços enunciativos informatizados). Ou seja, quando o jornal adere às determinações técnicas da plataforma para publicar já há uma outra determinação de sentidos, além daqueles produzidos apenas pelo discurso jornalístico. Além disso, vimos que na

circulação há um atravessamento tanto técnico, a partir de uma distribuição gerida por algoritmos, quanto discursivo, uma vez que as plataformas digitais são ferramentas construídas e gerenciadas por grandes monopólios corporativos, que estão submetidos aos discursos neoliberal e econômico. Percebemos, então, que quando os *posts*-editoriais passam a circular no Instagram, há diversos atravessamentos que impactam diretamente no funcionamento do discurso jornalístico. E é justamente nessa circulação, materializada no espaço dos comentários, que os sentidos antes contingenciados pela FSP vazam a partir de processos discursivos de sujeitos-usuários, que não são apenas sujeitos-leitores, como acontecia no jornal impresso.

A partir daí, percebemos que, além das sobredeterminações técnicas e discursivas da plataforma, a possibilidade de uma interação continuada dos sujeitos-usuários com o jornal no espaço dos comentários, onde o poder dizer é acessível a todos que fazem parte daquela plataforma, fez com que algo se rompesse no discurso jornalístico, não só produzindo novos gestos de leitura e interpretação dos *posts*-editoriais, como adicionando outros sentidos de acordo com a posição de cada sujeito comentador. Ou seja, os sentidos sobre os golpes do/no Brasil no Instagram estão sempre sendo (re)significados conforme a posição-sujeito e as condições de produção em que o sujeito-usuários está inserido quando esse *post*-editorial chegar até ele. Desse modo, compreendemos que não há possibilidade de estabilização dos sentidos de golpe, uma vez que os processos discursivos presentes nesse espaço funcionam sob a determinação dominante do AIE midiático-digital, promovendo uma constante desestabilização por meio da controvérsia. Assim, são os atributos técnicos e discursivos da própria plataforma que dominam o debate político ali, uma vez que o efeito de despolitização e de esvaziamento dos sentidos da palavra golpe parece ser um efeito de sentido dominante na produção discursiva que se estabelece na relação com o *post*-editorial e comentários no perfil da FSP.

Por fim, cito Orlandi (2021) quando ela diz que “Os processos de significação são sempre historicamente determinados no confronto do simbólico com o político”, o que mostra que mesmo com a dominação das sobredeterminações técnicas e discursivas da plataforma, é possível encontrar não só gestos de resistência, por meio dos efeitos produzidos na interação entre diferentes sujeitos-usuários e os *posts*-editoriais, como também ocupar espaços que podem se tornar lugares de resistência, como o próprio espaço dos comentários. Por efeito de sua própria contradição constitutiva, esse espaço possibilita com que dizeres sobre os golpes de 1964 e 2016 ressoem na circulação dos *posts*-editoriais, a partir da mídiatização do próprio veículo jornalístico no Instagram, evidenciando não só a falha do jornal Folha de S. Paulo em mobilizar sentidos sobre os golpes do/no Brasil, como também sua busca constante por

ressignificá-los através de mecanismos de silenciamentos sobre determinados sentidos e figuras implicadas nesses acontecimentos. É assim que se abre espaço para a resistência.

As palavras são, pois, presença e ausência. Há fuga de sentidos. Há disputa pelo sentido, há fato a ser significado. Vale perguntar: que fato? Mobilização política da palavra que trabalha as fronteiras da interpretação. Quando entra a relação com o silêncio é mais o que não se diz que decide. Palavras que significam na incerteza. (...) O dizer é apenas sussurrado ao pé do ouvido. Mas não para aí e é passado adiante. Circula. Viraliza. Não é a verdade que importa. É a circulação. O ruído de seu potencial significativo. (...) Há sempre o incompleto, a falha, a tensão entre a paráfrase e a polissemia. Tomo aqui a polissemia como diferentes movimentos de sentidos no mesmo objeto simbólico (versões). Na tensão entre estes processos, os movimentos podem ser contrários, contraditórios, divergentes, produzindo o que chamo de “sentidos em fuga” (E. Orlandi 2012). Tomo a palavra “fuga” no sentido musical, além do senso comum: forma complexa de composição polifônica (polissêmica?) com base em um tema que é apresentado sobre várias formas (ORLANDI, 2021. p. 13)

Não tem como colocar um ponto final em uma pesquisa que considero viva. Mas chego ao fim desse percurso sabendo que há muitos desdobramentos possíveis a partir dela, desde o aprofundamento sobre o discurso jornalístico em plataformas digitais, com seus formatos híbridos de linguagem, como também sobre as próprias plataformas, que, como vimos, são carregadas de sentidos. Assim como falar sobre os golpes do/no Brasil também não é algo que se esgote. E nem poderia. Afinal, também é um ato de resistência.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado – notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 2.ed. São Paulo: SP. Ed. Graal. 1985

ARANTES, Paulo Eduardo. **1964, o ano que não terminou**. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 205-236.

BOITO JR., Armando. **Os atores e o enredo da crise política**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BORELLI, Viviane. O processo de midiaticização do jornalismo: desafios e perspectivas da prática laboratorial. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da et al (org.). *Estratégias Midiáticas*. Santa Maria: Facos-Ufsm, 2012. p. 149-165. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/estudosoculturais/arquivos/livros-completos/ESTRAT%C3%89GIAS%20MIDI%C3%81TICAS%202012.pdf#page=147>. Acesso em: 08 abr. 2023.

COELHO, C. N. P. **Os golpes de 1964 e 2016: poder, espetáculo, simulacro**. RuMoRes, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 224-249, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2017.133404. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/133404>.

CHAUI, Marilena. **A nova classe trabalhadora brasileira e ascensão do conservadorismo**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

BRASIL. **Lei Nº 6.683, de 11 de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=LEI%20No%206.683%2C%20DE%2028%20DE%20AGOSTO%20DE%201979.&text=Concede%20anistia%20e%20d%C3%A1%20outras,Art.

D'ANGELO, Pedro. **Pesquisa sobre o Instagram no Brasil: dados de comportamento dos usuários, hábitos e preferências no uso do instagram**. 2022. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DELA-SILVA, Silmara. **Sujeito mulher como acontecimento jornalístico, uma questão discursiva**. In: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; GARCIA, Dantielli Assumpção. *Inquietações de gêneros e sexualidades: leituras na contemporaneidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 131-151.

SILVA, Silmara Dela. **(Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia**. In: FLORES, Giovanna Benedetto;

NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda. *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. Campinas-Sp: Pontes, 2015. p. 213-233.

DUNKER, Christian. **Lacan e a Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FLORES, Giovanna B. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro**. Porto Alegre/RS: Edipucrs; Palhoça/SC: Editora Unisul. 2014

GALLO, S. L.; SILVEIRA, J. . **Forma-discurso de Escritorialidade: processos de normatização e legitimação**. In: Gallo, S.L; Flores, G.B; Neckel, N. M.; Lagazzi, S.; Pfeiffer, C. C.; Zoppi-Fontana, M.. (Org.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia - Vol 3*. 1ed.Campinas: Pontes, 2017, v. 3, p. 171-194.

GALLO, S. L. **Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online**. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Org.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi..* Campinas,SP: Editora RG, 2011, v. , p. -

_____. **Sobre a normatização vigilante dos discursos midiaticizados**. In: V LAVIT'S, 2018, Santiago. *Anais V Simpósio Internacional LAVITS: Vigilância, Democracia e Privacidade na América Latina: vulnerabilidades e resistências*. Santiago: Universidade do Chile, 2018. p. 426-438. <https://lavits.org/wp-content/uploads/2018/04/74-Solange-Leda-Gallo.pdf>

GENTILLI, Victor. **O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura**. *Os relatos jornalísticos*, v. 1, n. 2, 2004. p. 87-99. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2075>.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GUERREIRO NETO, G. **Da opinião à identidade Características do editorial em dois jornais brasileiros**. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 92–105, 2017. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/176>.

INDURSKY, Freda. **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, Freda et al. *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, Mercado de Letras, 2011, p.67-89.

INDURSKY, Freda. **Políticas do esquecimento X gestos de resgate da memória**. In: FLORES, Giovanna Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda. *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. Campinas-Sp: Pontes, 2015.

JINKINGS, Ivana. **O golpe que tem vergonha de ser chamado golpe**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-14.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Rio de Janeiro: RJ, Editora Revan; Campinas: SP, Editora Unicamp. 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. **A democracia na encruzilhada**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 31-37.

MARQUES, Francisco P. J.; MONT'ALVERNE, Camila. **A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais**. Múltiplas Telas, v. 12, n. 1, 2015. p. 121-137. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n1p121>.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: SP, Editora Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Análise de Discurso: Conversa com Eni Orlandi**. [Entrevista concedida a] Raquel Goulart Barreto. Teias, Rio de Janeiro, 7, jan-dez, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623>

_____. **Televisão e Memória**. In: ORLANDI, Eni. Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos. São Paulo: Pontes, 2011. p. 179-183.

_____. **Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia**. Cadernos de Linguística, v. 2, n. 1, 2021. p. 01-15. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/310/325>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, E. de M. A produção de efeito discursivo de copresença Lula-Dilma em 2010: enquadramentos da revista Época. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), [S. l.], v. 45, n. 3, p. 776-790, 2016. DOI: 10.21165/el.v45i3.771. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/771>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SILVA JUNIOR, NELSON. **O Brasil da Barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?” de Jair Bolsonaro**. In: Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico. São Paulo: Editora Grupo Autentica. 2021. p. (255-283)

SILVEIRA, Juliana da. **Efeitos de autoria e de leitura de um projeto-experimento: entre o cotidiano e o científico.** In: FLORES, Giovanna Benedetto et al (org.). *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2021. p. 271-291.

SILVEIRA, Juliana da. **O efeito de rumor na discursivização do corpo político-midiático: imagens rumorais no discurso ordinário digital. imagens rumorais no discurso ordinário digital.** 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2519/2083>.

SILVEIRA, S. A. **GOVERNO DOS ALGORITMOS.** *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 267–282, 2017. DOI: 10.18764/2178-2865.v21n1p267-281. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6123>.

SILVEIRA, S. A. **A noção de modulação e os sistemas algorítmicos.** *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, [S. l.], v. 3, n. 6, 2019. DOI: 10.31657/rcp.v3i6.111. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/111>.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil.** -: -, 1966.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism.** In: SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. Cambridge, UK; Malden, Ma: Polity Press, 2016. p. 27-36. Disponível em: <https://mudancatecnologicaedinamicacapitalista.files.wordpress.com/2019/02/platform-capitalism.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas.** Campinas-Sp: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Orlandi. 4a Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. 1988.

_____. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes.** *Décalages*. v. 1.n. 4, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/73345743.pdf>.

TEIXEIRA, Thais. **Os Aparelhos Ideológicos do Estado e a Posição-Sujeito da Imprensa Brasileira.** In: FLORES, Giovanna Benedetto et al (org.). *Discurso, Cultura e Mídia: pesquisas em rede*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2021. p. 762-773. Disponível em: <https://sedisc.files.wordpress.com/2021/09/discurso-cultura-e-midi-vol4.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

VOLPATO, Bruno. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais.** 2022. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.